UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

GISELE APARECIDA DE SÁ BRITO

Depois que o barro acaba: cultura e novas utopias nas periferias de São Paulo

São Paulo
2021

GISELE APARECIDA DE SÁ BRITO

Depois que o barro acaba: cultura e novas utopias nas periferias de São Paulo

Exemplar revisado e alterado em relação à versão original, sob responsabilidade da autora e anuência da orientadora. A versão original, em formato digital, ficará arquivada na biblioteca da faculdade.
São Paulo, 07/07/2021

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção de título de mestre em ciências.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Rolnik

São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Brito, Gisele
Depois que o barro acaba: cultura e novas utopias nas periferias de São Paulo / Gisele Brito; orientadora, Raquel Rolnik. – São Paulo, 2021.
108.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional.

1. Planejamento Urbano. 2. Periferia. 3. Movimento social. 4. Planejamento Urbano São Paulo. I. Rolnik, Raquel, orient. II. Título.

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em: <http://www.fau.usp.br/fichacatalografica/>

BRITO, G.A.S. **Depois que o barro acaba:** cultura e novas utopias nas periferias de São Paulo. 2021. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Aprovada em: 07/06/2021

Banca Examinadora

Profa. Dra.	Raquel Rolnik
Instituição:	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Julgamento:	Aprovada

Profa. Dra.	Ana Maria Fernandes
Instituição:	PPGAU_UFBA
Julgamento:	Aprovada

Prof. Dr.	Tiaraju Pablo D'Andrea
Instituição:	Instituto das Cidades/Unifesp
Julgamento:	Aprovada

Ao meu sobrinho Miguel e pela memória da minha sobrinha Mikaelly.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao movimento negro brasileiro que lutou por cotas raciais nas universidades. Graças a isso, eu me tornei prounista no primeiro ano da política pública e cursei jornalismo em uma universidade privada da elite paulistana.

Agradeço aos querides amigues da Rede Jornalistas das Periferias. O ombro e os ensinamentos que tenho recebido deles não têm tamanho. Obrigada. Thiago que leu. Mariana que me acordou para dizer que eu tinha passado. Ronaldo por transbordar. Obrigada a vocês que ajudaram a segurar todas as barras.

Agradeço demais aos companheiros do LabCidade, desta e de outras “gerações”. A convivência com vocês fortalece minha convicção na universidade pública. Só em um laboratório interdisciplinar e realmente aberto poderia ter aprendido e colaborado tanto, igualmente entre pós-doutorandos e ICs. Agradeço muito a Raquel e a Paula Santoro por essa experiência.

Agradeço às poetas, rappers, agentes culturais, trabalhadoras da cultura, fazedores e esticadores de ponte... que têm feito tanto bem. Agradeço especialmente a quem parou seu mundo no meio do caos para conversar comigo e responder coisas, às vezes tão óbvias; por isso, cito-os aqui: Tony Marlon, Mariana Belmont, Helena Silvestre, Fernando Ferrari, Gil Marçal, Mauro Neri, Jessica Moreira, Daniel Fagundes, Douglas Belchior, Mara Esteves e Suzi Soares e Binho Padial, e o agora covereador Alex Barcellos e a vereadora da cidade de São Paulo, Elaine Mineiro. Agradeço ao Movimento Cultural das Periferias e à Casa no Meio do Mundo.

Agradeço às pessoas que tiveram que lidar com minhas ideias fixas, com minha falação: Stella Paterniani, Laura Nakel e Silvia Raimundo.

Agradeço muito a minha orientadora, Raquel Rolnik. Raquel é uma intelectual fantástica, comprometida e perspicaz. Inspiradora. Apaixonada. Obrigada, Raquel. A minha admiração é imensa.

Agradeço a minha companheira, Aline Scátola. Aline sabe de cada vírgula desta dissertação. Não só por ter revisado o texto, mas porque acompanhou cada passo. Fez as mais importantes observações. As maiores colaborações. Conhece cada percalço. Foi ao lado dela que eu conheci a cidade. Ao lado dela que eu tracei os planos. Obrigada, pins.

A minha família, agradeço por resistir. Meus avós são analfabetos. E, ainda assim, minha vó Angélica passava horas me ensinando pauzinhos e bolinhas antes mesmo de eu ir à escola. Quando ninguém imaginava que isso seria possível, meu pai sempre me perguntava que faculdade eu queria fazer. A minha mãe, que dormiu na frente da pré-escola para que eu conseguisse uma vaga, que trouxe jornal da casa das patroas pra eu ler. Para eu chegar aqui, muito sacrifício foi feito, eu sei. Obrigada. Eu amo vocês.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Pelas nossas contas
Pelo nosso toque
Nosso fio desencapou
E você não escapa do choque
Com a nossa rapa você não é capaz
Com a nossa rapa você não é capaz
Nós estamos além desse mapa
Não cabemos na tua ampulheta
Não vestimos tampouco essa roupa
Nossa rapa é muita treta
Não nos damos com teus demônios
Decapitamos o teu capeta
Decapitaremos o teu capitão
Decapitaremos o teu capa preta
Decapitaremos o teu capataz
Da capoeira você não escapa
Com a nossa rapa você não é capaz
Com a nossa rapa você não é capaz

(Aláfia)

RESUMO

BRITO, G.A.S. Depois que o barro acaba: cultura e novas utopias nas periferias de São Paulo. 2021. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

O objetivo desta pesquisa é demonstrar que os sujeitos periféricos organizados em torno da cultura têm elaborado e implantado um projeto urbano para a cidade de São Paulo. Esse projeto se desenvolve em espaços de produção e fruição cultural que são autoconstruídos e tensionam a segregação espacial a partir da produção de centralidades descentralizadas. Buscamos demonstrar que esse projeto é territorial e racialmente orientado e contra-hegemônico, uma vez que nega a captura da cidade de São Paulo, em especial de suas periferias, para a conformação de paisagens para renda. Também é diferente daquele proposto pelo campo popular que entrou em cena a partir dos anos 1970, já que se anuncia com uma outra gramática que não aquela consagrada no planejamento urbano, tendo um enlace, a cultura, diferente do que ligou o campo democrático popular e a produção acadêmica, muito centrada no tema da moradia.

Palavras-chave: Periferia. Planejamento urbano. Movimento social.

ABSTRACT

BRITO, G.A.S. After the mud is gone: culture and new utopias on the outskirts of São Paulo. 2021. Thesis (Master in Urban and Regional Planning) – School of Architecture and Urban Studies, University of São Paulo, São Paulo, 2021.

This investigation aimed to demonstrate that *peripheral subjects* — collective political actors from the outskirts who organize in the cultural scene — have articulated and implemented an urban project for the city of São Paulo. Their project develops around self-built spaces of cultural production and fruition which create tension within spatial segregation by producing decentralized centralities. We aimed to demonstrate that their project is grounded in a deep understanding of territory and race, and it is counter-hegemonic as it refutes the seizing of the city of São Paulo, especially its outskirts, for profit-driven landscapes. It is also different from the project originally proposed by grassroots movements that emerged as of the 1970s, as it uses a language that differs from what has been long established in urban planning. Moreover, it is bound by a knot, culture, that is different from the connection that has brought democratic grassroots organizing and academic production together in the past, with a significant focus on housing.

Keywords: Urban periphery. Urban planning. Social Movement.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 15

1 DEPOIS QUE O BARRO ACABA: PERIFERIAS AUTOURBANIZADAS EM CONSOLIDAÇÃO DE SUAS PAISAGENS HÍBRIDAS 21

1.1 PERIFERIA É PERIFERIA 27

1.2 PAISAGENS HETEROGÊNEAS, TRANSFORMAÇÃO COMUM 29

1.3 AUMENTO DE RENDA E NOVA CLASSE TRABALHADORA 34

1.4 AQUI TEM DE TUDO 39

1.5 PAISAGENS HÍBRIDAS 40

1.6 TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS 42

2 SUJEITOS PERIFÉRICOS: NOVOS FARÓIS PARA O PLANEJAMENTO URBANO 48

2.1 UM CASO EMBLEMÁTICO 49

2.2 PERSONAGENS EM CENA 58

2.2.1 Baixo Augusta, Alto Escalão 58

2.2.2 MCP — Uma Andorinha Só Não Faz Verão, Mas Pode Acordar O Bando Todo 60

3 DE TANTO ATRITO, DETRITO, DISTRITO, BROTASTE QUILOMBOLA: O PROJETO URBANO 74

3.1 DISPUTAS, MIGALHAS E CONTRAGOLPES 74

3.2 QUILOMBO PERIFÉRICO 83

3.3 PROJETO URBANO 94

REFERÊNCIAS 100

APRESENTAÇÃO

O depósito da minha qualificação ocorreu exatamente um mês depois que a Organização Mundial da Saúde declarou que o estado de disseminação do coronavírus era pandêmico. Àquela altura, as consequências do anúncio não eram totalmente compreendidas. Em meio à revisão da qualificação, lembro-me de reclamar para minha orientadora, Raquel Rolnik, que eu estava há mais tempo mexendo naqueles textos do que de quarentena. Mal sabia eu.

Como é possível imaginar, todo o segundo e último ano da minha pesquisa de mestrado foi realizado durante a pandemia, inclusive a banca de qualificação. Ainda que a Covid-19 não seja tema na minha dissertação, seu impacto precisa ser de alguma forma analisado, ainda que seja impossível calculá-lo totalmente.

O objetivo desta pesquisa é demonstrar que os sujeitos periféricos (D'ANDREA, 2013) organizados em torno da cultura têm elaborado e implantado um projeto urbano para a cidade de São Paulo. Esses sujeitos emergem a partir de mudanças em seus cotidianos e de transformações em dados socioeconômicos, como explicito no Capítulo 1. Seu projeto para a cidade, como buscamos apresentar ao longo da dissertação, em especial no Capítulo 2, é formulado em espaços autoconstruídos de produção e fruição cultural.

De acordo com o planejamento de meu projeto de pesquisa elaborado antes da pandemia, eu me dedicaria ao campo em 2020. Pretendia frequentar alguns desses espaços e, a partir de observação participante, desenvolver a dissertação. Com o avanço dos casos de coronavírus na cidade, as atividades culturais presenciais desses espaços, assim como de todo o circuito cultural, foram interrompidas, o que inviabilizou meu plano.

Por outro lado, antes mesmo do agravamento da pandemia e da explosão do número de mortos, esses espaços assumiram a tarefa de atender a uma demanda urgente em seus territórios: a fome. Artistas e agentes culturais passaram a distribuir cestas e a prestar assistência básica, como ajudar pessoas não letradas, analfabetas digitais ou sem recursos para se conectar à rede mundial de computadores a se cadastrar no aplicativo ou no site da Caixa Econômica Federal para receber o auxílio emergencial duramente conquistado em meio à crise.

Essa nova configuração na ação política praticada pelos sujeitos periféricos parecia um empecilho para minha questão inicial. Ao mesmo tempo, eu parecia estar em um lugar privilegiado de observação para entender as redes de distribuição de alimentos obtidas via doações privadas. No entanto, como aponto no Capítulo 2, esses espaços de produção e fruição cultural tinham como um dos centros de sua ação a reivindicação de uma distribuição do orçamento da cidade capaz de corrigir injustiças históricas, e se caracterizam como locais de formação e emancipação popular. Isso se diferencia de outros espaços presentes nas periferias, fruto da luta dos sujeitos que entram em cena a partir dos anos 1970 e conformam o campo democrático popular, que em sua maioria se dedicam hoje à assistência social, ainda que em período anterior tivessem sido importantes espaços de formulação política (MORAIS, 2018), como aponto no Capítulo 1. Dessa forma, um possível desvio do meu objeto de pesquisa não parecia colaborar para o entendimento real da ação política dos sujeitos periféricos. Assim, resolvi manter os objetivos iniciais da investigação.

Certamente a pandemia agrava o cenário de desigualdade a que estão submetidas as cidades brasileiras. A dimensão territorial das mortes tem ficado evidente. Basta dizer que a criança mencionada no primeiro capítulo não foi alfabetizada no que seria seu primeiro ano escolar em função do fechamento das escolas e da ausência de um plano para minimizar o impacto da pandemia sobre crianças como ela. Ela ainda teve que conviver com a perda da irmã, que entrou em coma minutos depois do parto, após sofrer asfixia por negligência da equipe médica na primeira mamada. Em função da pandemia, a neném recém-nascida passou semanas sem receber o tratamento devido e faleceu meses depois.

Além disso, é preciso estar atenta para o cenário pós-pandêmico, pois não seria a primeira vez na história de São Paulo que argumentos sanitaristas seriam usados para promover remoções e banimentos raciais.

Justamente por isso, considerei ser importante trazer para o âmbito do planejamento urbano o debate sobre a ação insurgente dos sujeitos periféricos, que já vem sendo abordada em outras disciplinas, como a sociologia, a geografia e a antropologia. Parecia fundamental demonstrar que essa ação se trata, ainda que não se valha da mesma gramática do planejamento urbano, de um projeto para a cidade. Esse projeto, como apontamos no Capítulo 3, é contra-hegemônico, uma vez que nega a captura da cidade de São Paulo, em especial de suas periferias, para a

conformação de paisagens para renda (ROLNIK, 2019), e por ser territorial e racialmente orientado. De forma que sua contribuição para o campo do planejamento urbano, em especial em tempos de agravamento das desigualdades, pode ser importante.

Como já não era possível aplicar a observação participante, me vali de documentos e conversas com sujeitos periféricos ativos nesse projeto e daquilo que a escritora Conceição Evaristo chama de escrevivência. Praticamente todos os fatos que narro para contextualizar argumentos e conceitos, mesmo aqueles anteriores ao início da pesquisa, em 2019, foram vividos por mim, como mulher negra que nasceu e viveu 25 anos numa periferia da Zona Sul de São Paulo, ou ao longo da minha experiência de uma década como jornalista e repórter. Eu sou uma sujeita periférica. E de várias formas, estou aliada aos trabalhadores da cultura e ao movimento negro — ainda que seja mais atuante no campo do jornalismo de quebrada. Faz parte desse projeto de cidade disputar também a universidade, povoando a academia e o pensamento crítico por outras epistemologias, que sejam capazes de incidir sobre políticas públicas, em um novo ciclo de elaboração e lutas urbanas.

Da lama viemos. Para a lama voltaremos.

Da lama ao caos, do caos à lama
Um homem roubado nunca se engana

(Nação Zumbi)

1 DEPOIS QUE O BARRO ACABA: PERIFERIAS AUTOURBANIZADAS EM CONSOLIDAÇÃO DE SUAS PAISAGENS HÍBRIDAS

No início de 2020, eu estava em um carro em um bairro do distrito do Grajaú, na Zona Sul de São Paulo, acompanhada de outros adultos e uma criança de seis anos. Ao passar por uma rua nas adjacências da casa em que vivi parte da minha infância e onde a criança passa parte da sua, contei que, por volta de 1997, fui arremessada de uma bicicleta ao tentar descer aquela ladeira coberta de cascalho e só não me machuquei mais porque pousei em uma imensa poça de lama. Em seguida, detalhei o resgate feito por um vizinho e os danos causados à bicicleta. Mas a criança, encucada, só fez uma pergunta: o que é lama?

A dúvida é muito significativa. Tendo crescido na periferia, a lama fez parte do meu cotidiano objetivo e lúdico, das minhas angústias e felicidades, mas simplesmente não existe mais no dia a dia daquele menino, 23 anos depois, mesmo que ele frequente a mesma rua.

Mapa 1 — Localização do Novo Grajaú, Zona Sul de São Paulo

Fonte: Google Earth (2020)

Mapa 2 — Região do Novo Grajaú, Zona Sul de São Paulo

Fonte: Google Earth (2020)

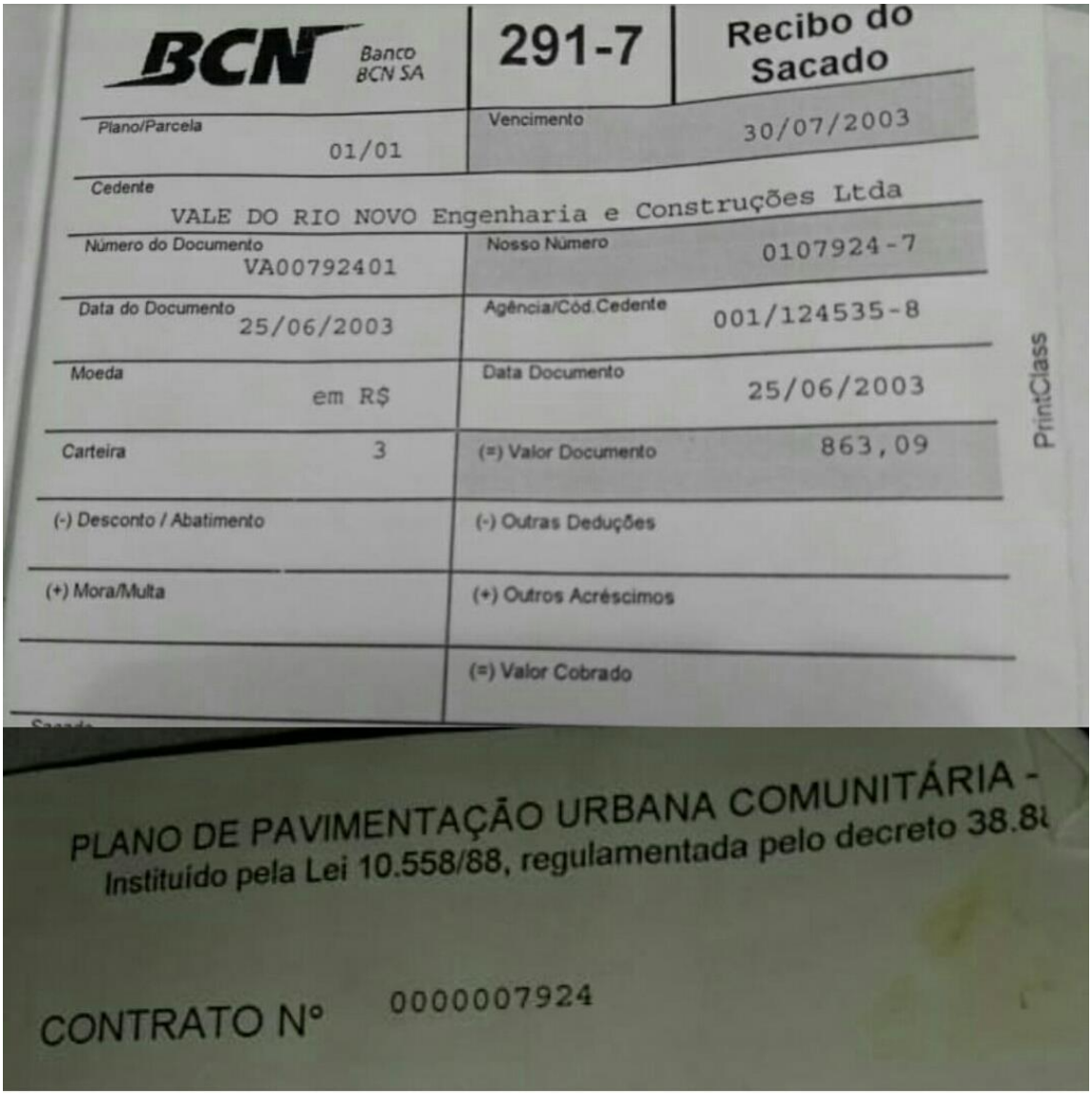
Quando a pergunta foi feita, eu já havia definido o título da minha pesquisa há alguns meses. Ao longo de minha experiência como repórter, entrevistei muitos moradores de bairros periféricos e áreas atingidas por transformações urbanas e, em quase toda pauta, era certo que alguém diria — e sempre dizia — que, quando chegou ali, “era tudo barro” ou “tudo mato”, como ilustra o trecho abaixo, extraído de reportagem para a revista *Fórum*.

> Gerôncio Henrique Neto ainda lembra de quando os moradores do Jardim Edith chegaram para construir suas casas no local, que depois seria alvo da Operação Urbana Água Espraiada. Segundo ele, era um grande brejo coberto de lama e completamente vulnerável a alagamentos. Não foi à toa que serviu para abrigar uma população pobre, em grande parte composta por migrantes nordestinos que não tinham acesso a áreas mais bem infraestruturadas e, consequentemente, mais valorizadas da cidade.
> “Ali dava enchente de 2 metros d’água. Já cheguei a ficar 15 dias sem poder voltar para casa com minha família por causa da cheia. Era um barrão mesmo. O que dava muito ali era preá, cobra. Ninguém imaginava que ia virar o que virou. Mas depois que valorizou, veio o interesse imobiliário. Naquela área já construíram prédio em tudo. O único terreno que tem é esse do Jardim Edith”, conta Gerôncio. Ele faz referência às inúmeras moradias que existiam ali antes do início da Operação Água Espraiada. (DELORENZO; BRITO; FARIA, 2012)

O bairro em que vivi, no Grajaú, foi loteado em 1990 de maneira irregular em uma área de proteção aos mananciais. Para mim, ainda é viva a lembrança das máquinas derrubando a mata para dar lugar às ruas, e a mina d’água que brotava em frente ao lote escolhido pelos meus pais. A área fica entre outros dois bairros, loteados nos anos 1970, como a maior parte dos loteamentos regulares que compõem a região e sua pavimentação só foi feita em 2003. Até a obra ser

concluída, era comum que moradores de outros bairros identificassem quem vivia ali como “moradores da Rural”, ou da “ZR”, abreviação de Zona Rural. Isso em função da abundância da vegetação, de gado, cavalos e lama. Quando foi finalmente asfaltado, em concordância com a Lei Municipal 10.558/88 (SÃO PAULO, 1988), o serviço foi pago pelos moradores diretamente à construtora. Quem pôde arcar com os custos à vista teve de desembolsar R$ 863,09, o equivalente a 3,5 salários-mínimos da época.

Figura 1 — Comprovante de pagamento pela pavimentação urbana comunitária no Novo Grajaú


BCN Banco BCN SA | 291-7 | Recibo do Sacado

Plano/Parcela 01/01	Vencimento 30/07/2003
Cedente VALE DO RIO NOVO Engenharia e Construções Ltda	
Número do Documento VA00792401	Nosso Número 0107924-7
Data do Documento 25/06/2003	Agência/Cód.Cedente 001/124535-8
Moeda em R$	Data Documento 25/06/2003
Carteira 3	(=) Valor Documento 863,09
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras Deduções
(+) Mora/Multa	(+) Outros Acréscimos
	(=) Valor Cobrado

PrintClass

PLANO DE PAVIMENTAÇÃO URBANA COMUNITÁRIA -
Instituído pela Lei 10.558/88, regulamentada pelo decreto 38.8

CONTRATO Nº 0000007924

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2003)

Entre ser conhecido como “Rural” nas adjacências e seus moradores não terem mais que conviver com a lama, há um grande processo de transformação no ambiente vivido, com forte impacto no cotidiano das pessoas. Essas transformações ocorreram à revelia do status jurídico do loteamento e das casas. Até hoje, aquele é

um bairro irregular que não teve concluído nenhum processo de regularização fundiária. Mas é também um território que não sofre ameaça iminente de remoção de seus moradores, cujas casas são, em sua maioria, sobrados com acabamento na área externa e garagem. Além disso, o bairro conta atualmente com ruas largas o suficiente para o trânsito de mão dupla, iluminação e serviços públicos, como água, coleta de esgoto, luz e coleta de lixo. E uma praça inominada que, mesmo sem nome oficializado pelo poder público, tem equipamentos de ginástica, brinquedos, árvores, bancos e uma quadra com piso de cimento.

Desde 2012, um dos moradores solicita à Câmara Municipal de São Paulo que nomeie a praça em homenagem a um outro morador já falecido, Lucio Lupinetti. Segundo a justificativa anexada ao projeto para a denominação do logradouro, Lupinetti era católico, atuante na igreja e no bairro e sempre “busca[va] melhorias para o bairro e seus moradores”. O Projeto de Lei N.º 343/2012 foi apresentado a primeira vez em 2012 pelo Vereador Alfredinho, do Partido dos Trabalhadores, e recebeu aprovação em diversas comissões. Um parecer do Departamento de Regularização de Parcelamento do Solo (Resolo), no entanto, esclareceu que o loteamento:

> não está regularizado perante a Municipalidade e não consta do referido processo, plano de regularização envolvendo esta área. Segue cópia de uma planta particular do loteamento (não aprovada e nem regularizada). Ressaltamos que o parcelamento está situado em área de proteção aos mananciais hídricos (bacia da represa Billings) e que a sua regularização, também, está condicionada a anuência prévia do órgão Estadual competente. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2012, p. 41)

Em 2013, o PL voltou a ser apresentado. Em 2016 e 2017, foi discutido em comissões e, em 2018, foi aprovado em primeira votação, sempre por iniciativa do Vereador Alfredinho. Finalmente, em 2020, o projeto foi aprovado em segunda votação e encaminhado para sanção do prefeito Bruno Covas, que o vetou com a justificativa de que o bairro é irregular:

> Conforme levantamento levado a efeito pela Secretaria Municipal de Licenciamento, por meio de sua Divisão de Logradouros e Edificações – DLE, o logradouro em apreço não reúne condições de ser imediatamente oficializado, o que demanda o encetamento dos devidos e permanentes estudos e providências administrativas.
> Além disso, o local encontra-se localizado no loteamento Condomínio Residencial Novo Grajaú, não regularizado perante os órgãos técnicos municipais. Como é cediço, a denominação de logradouros públicos insere-se em amplo contexto urbanístico. Tanto é assim que a própria Lei Orgânica do Município de São Paulo, ao prever a competência dos Poderes Legislativo e Executivo para denominar as vias e logradouros públicos, exige o respeito às normas urbanísticas aplicáveis (artigos 13, inciso XXI, e 70, inciso XI). (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2020, p. 1)

Vale pontuar que as ruas do bairro já tinham identificação desde sua abertura, ainda que só em 1997 tenham sido reconhecidas e nomeadas oficialmente pelo município, substituindo os nomes de flores pelos quais eram conhecidas até então (DICIONÁRIO DE RUAS, 20--). Por acaso, o ponto de minha queda de bicicleta, relatada no início do capítulo, foi exatamente em frente ao local que viria a ser construída a praça. Na época, a área era cercada e havia uma imensa plantação de girassóis, mantida pela família do morador que tem pleiteado a nomeação em homenagem ao amigo falecido.

As transformações ocorridas no bairro exemplificam bem um fenômeno pouco estudado e que não será desenvolvido neste trabalho, mas que cabe ser pontuado: o desenvolvimento de um território onde movimentos populares não protagonizaram diretamente lutas pela conquista de direitos. Aquela microrregião se desenvolveu a partir do investimento dos próprios moradores e do relacionamento de alguns deles com políticos, especialmente vereadores.

Figura 2 — Lotes em construção nos anos 1990 no Novo Grajaú, Zona Sul de São Paulo

Fonte: Arquivo pessoal da autora (c. 2001)

Figura 3 — Sobrados de alvenaria na mesma rua da Figura 2, vinte anos depois da primeira imagem

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2017)

O Censo de 2010 apontou que 91,8% dos domicílios particulares da cidade contavam com pavimentação adequada. Embora não seja possível comparar o mesmo dado com o recenseamento anterior, já que o levantamento foi o primeiro a coletar informações sobre o entorno das moradias no país (MARQUES, 2015), é possível afirmar que houve avanço nesse quadro em relação às décadas anteriores.

Em um dos textos pioneiros a caracterizar as periferias, Bonduki e Rolnik (1979) pesquisaram cinco loteamentos abertos entre 1951 e 1970 em Osasco, cidade da região metropolitana de São Paulo. Em 1979, todos os bairros já contavam com luz e água. Mas apenas um deles, o mais antigo, tinha asfalto (p. 119).

Segundo Bichir (2005), entre 1975 e 2000, os investimentos de pequeno porte no sistema viário corresponderam a 21,5% do total aplicado pela Secretaria de Transportes e Vias Públicas no município de São Paulo. Esses recursos incluem a pavimentação de “menor visibilidade e um impacto localizado, e muitas vezes se associam a interesses [político-eleitorais] bem específicos” (p. 249). Ainda segundo a autora, 34,3% desses valores foram investidos nas áreas onde viviam as classes baixas. Esses investimentos foram mantidos acima do patamar inicial do levantamento e atingiram o nível mais alto durante a gestão de Mário Covas à frente da prefeitura, entre maio de 1983 e dezembro de 1985, segundo o estudo.

O avanço na oferta desses serviços públicos urbanos estava diretamente relacionado à capacidade dos movimentos que se constituíram naquele período de pressionar o Estado, à abertura democrática — que ampliou o poder de barganha dos moradores das periferias em função do direito ao voto — e ao desenvolvimento de um arcabouço legal, que foi construindo brechas normativas para a consolidação desses bairros.

Por isso, aquela pergunta sobre o que é lama, narrada no início do texto e vinda de uma criança em idade pré-escolar, foi muito sugestiva. Para além da própria lama, ela ilustra importantes transformações ocorridas nas periferias da cidade de São Paulo nas últimas décadas. A dúvida não indica necessariamente desconhecimento, mas apenas a desnaturalização daquela condição, que, por muito tempo, caracterizou territórios classificados como periferias. Mas ainda que visualmente o bairro não expresse mais a precariedade evidente nos primeiros anos de sua ocupação, a espoliação urbana e a injusta distribuição de recursos públicos estão inscritas em sua trajetória e na vida de seus moradores — assim como de outros bairros. Pelas ruas do bairro não circula nenhuma linha de ônibus. Não há nenhum equipamento de saúde ou cultura. Apenas em 2016, a outra única área de lazer disponível, um campo de futebol, foi removida para dar lugar a um centro de educação infantil conveniado à prefeitura, ou seja, suas instalações são privadas.

1.1 PERIFERIA É PERIFERIA

A noção acadêmica de periferia no Brasil vem sendo construída nos estudos urbanos e sociológicos desde meados da década de 1970. Seu marco inicial é o livro *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*, de 1976, organizado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). O tema se configurou como assunto central dos estudos urbanos até meados dos anos 1990 (TANAKA, 2006), na vertente denominada por Maricato (2014) de “pensamento crítico sobre a cidade capitalista periférica” (p. 108), que, segundo sua definição “é, em síntese, o desenvolvimento de uma nova leitura do espaço urbano que construiu para uma nova formulação teórica sobre a metrópole na periferia do capitalismo” (Ibid., p. 108).

Essa leitura só foi possível em função de uma relação dialética e simbiótica entre academia e movimentos sociais, que “se retroalimentavam” (MARICATO, 2014, p. 106). A luta pelo direito a ter direitos foi a essência dos novos sujeitos que entraram na cena política desde os anos 1970 (SADER, 1988), dando origem a uma

cidadania insurgente que se consolidou na Constituição de 1988 (HOLSTON, 2013) e avança até os anos 1990.

Num primeiro momento, as reivindicações foram marcadas pela carência e necessidade de serviços públicos e infraestrutura. A luta pelo direito à cidade e à moradia emergiu em contraposição ao modelo de urbanização excludente (ROLNIK et al., 2012) e espoliativo (KOWARICK, 1980) e à profunda repressão a outras formas de fazer político durante o período ditatorial (MARICATO, 2011). É dessa relação movimento-universidade que a cidade passa a ser compreendida e instrumentos que pretendiam dar conta de sua complexidade são criados e implementados, sendo a função social da terra e a criação das Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) dois dos mais emblemáticos.

A partir dos anos 1990, no entanto, essa relação se enfraquece e dá lugar a outras abordagens e agendas de pesquisa urbana, conforme descreve Rizek (2016):

> Entre os anos 1990 e a primeira década dos anos 2000, um leque de novos temas e chaves de leitura conformaram a questão urbana e social. Ganhavam corpo os temas de governança e governabilidade, fortemente inspiradas na chamada governança corporativa, das políticas sociais e políticas urbanas, da dinâmica pendular entre Estado e mercado, a partir da ideia das parcerias tanto em relação aos processos de intervenção quanto em relação a filantropização e refilantropização da pobreza, da financeirização, globalização e grandes projetos, da fragmentação urbana e do fim da ideia de totalidade; e, finalmente o tema das violências e dos ilegalismos, em suas múltiplas formas e expressões na cidade. (p. 25)

Com essa mudança de agenda, o próprio interesse pelas problemáticas urbanas nas periferias também é enfraquecido. Maricato (2014) explica esse afastamento a partir da trajetória do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), entidade que havia sido criada em 1987 por movimentos sociais urbanos, acadêmicos e técnicos, com o propósito de “superar as reivindicações pontuais e específicas e propor uma agenda unificada para as cidades” (p. 106).

> A predominância das demandas institucionais e abstratas ganhou mais e mais importância, com o tempo, no processo de constituição e militância do Fórum. Um vocabulário técnico, jurídico e urbanístico – próprio dessas esferas profissionais e demandas restritas a avanços formais institucionais – tornou-se hegemônico e até absoluto. O FNRU afastou-se das ações de utopia social, além de incorporar um discurso genérico do direito à cidade, que deverá ser alcançado por meio do aperfeiçoamento legal, institucional e da ampliação da participação popular. (Ibid., p. 155)

A partir dos anos 1990, no entanto, importantes transformações ocorreram nas periferias de São Paulo continuaram sendo registradas e capturadas por seus moradores e movimentos sociais.

1.2 PAISAGENS HETEROGÊNEAS, TRANSFORMAÇÃO COMUM

O documentário *Fim de Semana*, dirigido pela urbanista Ermínia Maricato, foi apresentado na reunião de 1975 da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O filme mostra quatro bairros em plena construção por seus moradores, trabalhadores que, com salário insuficiente para arcar com a compra e locação de imóvel em áreas estruturadas da cidade, empenhavam seus fins de semana na construção de suas próprias casas em loteamentos sem infraestrutura (FIM..., 1976). Segundo texto em seu blog, o documentário "teve uma carreira muito bem sucedida em cine clubes de todo o Brasil" (MARICATO, 2016) e deu origem ao livro *A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial*, organizado pela pesquisadora. Segundo Tanaka (2006), o livro foi pioneiro na pesquisa urbana e na própria descrição do ambiente da periferia e da ação transformadora dos moradores dessas periferias sobre o ambiente, de uma paisagem rural para algo que se pretendia urbano, mas que, por fim, era classificado pela bibliografia como "urbanização precária".

Dezoito anos depois, a música *Fim de Semana no Parque,* lançada em 1993 pelo grupo Racionais MCs, também descreveu a rotina dos moradores de uma periferia em seu dia de folga. Nela, um narrador relata a paisagem que vai se modificando durante seu trajeto de uma hora entre algum lugar de renda mais alta e o Parque Santo Antônio, "uma comunidade pobre na zona sul de São Paulo", segundo a própria letra. Ao se referir ao local com melhores condições socioeconômicas, a letra descreve:

> Olha só aquele clube, que da hora
> Olha aquela quadra, olha aquele campo
> Olha, olha quanta gente
> Tem sorveteria, cinema, piscina quente
> Olha quanto boy, olha quanta mina
> [...]
> Tem corrida de kart, dá pra ver
> É igualzinho o que eu vi ontem na TV
> Olha só aquele clube, que da hora (RACIONAIS MCS, 1993)

Já sobre seu bairro, a letra afirma:

> Automaticamente eu imagino
> A molecada lá da área como é que tá
> Provavelmente correndo pra lá e pra cá
> Jogando bola descalços nas ruas de terra
> É, brincam do jeito que dá
> Gritando palavrão, é o jeito deles
> Eles não têm videogame, às vezes nem televisão
> Mas todos eles têm um dom, São Cosme, São Damião
> A única proteção (Ibid.)

A música dos Racionais narra a desigualdade na oferta de opções de lazer e amenidades urbanas, a ausência do asfalto e de bens privados, como eletroeletrônicos, à época itens de consumo restrito às populações de renda média e alta e que faziam parte dos desejos e aspirações dos moradores das periferias. Em outro trecho da letra, essa escassez é relacionada com um quadro de violência:

> Tem um corpo no escadão, a tiazinha desce o morro
> Polícia, a morte, polícia, socorro
> Aqui não vejo nenhum clube poliesportivo
> Pra molecada frequentar, nenhum incentivo
> O investimento no lazer é muito escasso
> O centro comunitário é um fracasso
> Mas aí, se quiser se destruir está no lugar certo
> Tem bebida e cocaína sempre por perto
> A cada esquina 100, 200 metros
> Nem sempre é bom ser esperto
> Schmidt, Taurus, Rossi, Dreyer ou Campari
> Pronúncia agradável estrago inevitável (RACIONAIS MCS, 1993)

A perspectiva é compatível com o conceito de exclusão territorial de Rolnik (1999), segundo o qual essa exclusão “torna indivíduos, famílias e comunidades particularmente vulneráveis, abrindo espaço para a violência e o conflito” (p. 107), e com as análises que apontam os anos 1990 como a década em que “que ocorreu o maior genocídio da história recente contra a população negra moradora das periferias” (D’ANDREA, 2020a, p. 9).

O poeta Binho Padial, fundador do Sarau do Binho, também tratou sobre as mudanças na paisagem ocorridas nas periferias em um poema de 2002, publicado em livro em 2007. Os versos têm como pano de fundo os bairros do Campo Limpo e Capão Redondo, também na Zona Sul de São Paulo, e Taboão da Serra, cidade vizinha da capital. Enquanto a letra dos Racionais trata das mudanças observadas entre bairros, o poema de Binho relata transformações na paisagem e na forma de sociabilidade no tempo.

> Campo Limpo Taboão
>
> Quando nasci tinha seis anos.
> No lugar em que nasci,
> Sonhava que era tudo nosso.
> Tinha os campinhos e os terrenos baldios.
> Era meu território.
> Já foi interior,
> Hoje periferia com as casas cruas.
> As vacas com tetas gruas
> Não existem mais.
> A cerca virou muro. Óbvio.
> A cidade cresce.
> O muro cresce.

> Vieram os prédios, as delegacias, os puteiros
> E as Casas Bahia.
> Também cresci,
> Fiquei grande.
> Já não caibo dentro de mim.
> E de tão solitário
> sou meu próprio vizinho.
> E de tão solitário
> Sou meu próprio vizinho (PADIAL in PADIAL e POETA, 2007)

O poema descreve transformações entre os anos 1970, já que Binho nasceu em 1964, e 2002. O período abrange desde a ditadura militar até o ano da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente. De maneira lírica, trata da transição do rural para o urbano e da chegada de infraestrutura e possibilidade de consumo, que marcariam mudanças na paisagem e na sociabilidade.

Se em Binho o relato das transformações carrega uma certa melancolia, as mudanças ocorridas entre o final dos anos 1990 e os primeiros anos da década de 2000 são tratadas como positivas por Mano Brown, membro dos Racionais MCs, em entrevista concedida à autora enquanto atuava como repórter em 2012. Brown fala sobre melhorias significativas na vida dos moradores da região no período, apesar de evidenciar também o surgimento do Primeiro Comando da Capital (PCC), principal facção criminosa do estado.

> A carência era monstra em 2000, 99. Era outro Brasil. O Lula foi eleito quando? [...] 2002 […] O ano que nunca devia ter acabado. [...] Antes disso, tudo era precipício. Nós estamos na fase da Dilma. Imagina três eleições para trás. Fernando Henrique no finalzinho [...] Imagina aquela época. Era outra época. Não tinha PCC, era uma coisa muito restrita nas cadeias. Não tinha essa disciplina, não tinha esse controle. Não tinha nada. Não tinha governo de Lula, não tinha nada. Tinha o quê? Tinha uma repressão monstra. Desentrosamento. Desarmonia. Carência monstra. Muita desarmonia devido a carência. [...] Muita droga na rua. As armas modernas chegou. [...] Assalto a banco era o que mais dava dinheiro. Não era droga. Era assalto a banco. Nas agências era só meter o pé e entrar. Na época muita gente fez dinheiro com isso na periferia. Esse foi o começo. Isso foi o começo. Os moleque de periferia assaltava banco que nem *cowboy*. Em 99 era outro mundo. O pessoal chegava na favela com aqueles puta carrão. A polícia vinha na boca… aquele inferno. Isso era uma época que a gente não sabia nem para onde ir, mulher. Era um caos. 99. Não faz muito tempo. (BROWN, 2012)

Eventos de transformação também estão presentes nos depoimentos colhidos no *Inventário Campo Limpo: Memoráveis Paisagens*, realizado pela autora em parceria com Aline Rodrigues, Anabela Gonçalves, Leonardo Britto, Ronaldo Matos e Tony Marlon a pedido do Sesc Campo Limpo, em 2018[1]. O objetivo do trabalho era

[1] O inventário foi apresentado publicamente no Sesc Campo Limpo durante a Jornada do Patrimônio de 2018. Um relatório sobre o levantamento foi entregue à unidade, não tendo sido publicado até o depósito desta pesquisa.

inventariar as memórias de transformação num raio de até dois quilômetros de distância a partir da unidade do Sesc, o que abrangia partes do território do Campo Limpo, Capão Redondo e Jardim Ângela, indicados no Mapa 3 e Mapa 4 abaixo. Trinta pessoas com idades entre 16 e 85 anos responderam a um questionário.

Além de criar a metodologia e aplicar o inventário, a equipe apresentou alguns resultados. O mais interessante deles é que as transformações na região fazem parte da memória dos entrevistados. Para aqueles que já haviam nascido, os anos 1970 e 1980 são lembrados como períodos de agitação política, grande influência da igreja católica e adventista no cotidiano e forte presença de elementos da natureza, como animais, lagos, vegetação, lama e poeira. Já os anos 1990 remetem a um período de grande violência, atrelada à memória da presença de cadáveres e tiroteios nas ruas.

Mapa 3 — Parte do perímetro no entorno do Sesc Campo Limpo onde foi aplicado o *Inventário Campo Limpo: Memoráveis Paisagens*

Fonte: Google Earth (2020)

Mapa 4 — Região do Capão Redondo também incluída no perímetro do inventário

Fonte: Google Earth (2020)

As principais mudanças físicas elencadas pelos entrevistados estavam relacionadas ao surgimento de empreendimentos imobiliários, à estrutura viária — incluindo asfaltamento, canalização de rios e abertura de vias — e ao incremento de serviços públicos e privados. As menções à estrutura viária e imobiliária aludem à eliminação de formas de lazer, enquanto as transformações na oferta de serviços privados aparecem nas entrevistas como indicação da melhoria na qualidade de vida, especialmente com o surgimento de um supermercado no final dos anos 1980; depois, no mesmo terreno, o lançamento do Shopping Campo Limpo, em 2005; e a inauguração do próprio Sesc, em 2014.

As entrevistas também indicaram a permanência de condições sociais, como a segregação em relação ao restante da cidade e a diferenciação interna no território. Nas memórias mais antigas, as diferenças internas eram demarcadas pelas margens do Rio Guavirituba e, a partir de 2002, pelos dois lados dos trilhos aéreos da Linha 5–Lilás do Metrô, construída sobre o leito do rio canalizado. Essa divisão é marcada hoje principalmente pela presença de áreas mais precárias, em sua maioria favelizadas, e a “parte dos *boy*”. “Dos *boy*” era a forma como alguns entrevistados se referiam à área dentro do perímetro onde se concentravam habitações percebidas como melhores, com maior presença de prédios e condomínios, mais oferta de serviços e pessoas de maior renda. As entrevistas mostraram que as áreas “de *boy*” haviam se desenvolvido sobre chácaras e fazendas loteadas por seus proprietários, e sugerem que as áreas favelizadas se consolidaram sobre áreas públicas.

O supermercado, a princípio categorizado como espaço de consumo na metodologia do inventário, também foi se revelando ao longo das entrevistas como espaço de sociabilização e lazer muito importante, especialmente para aqueles que eram jovens na época. Seu estacionamento era um ponto de encontro, permanência, passagem e acesso para diferentes áreas do bairro. O supermercado funcionou até 1995 e mais tarde deu lugar a um shopping, que exerce hoje a mesma função.

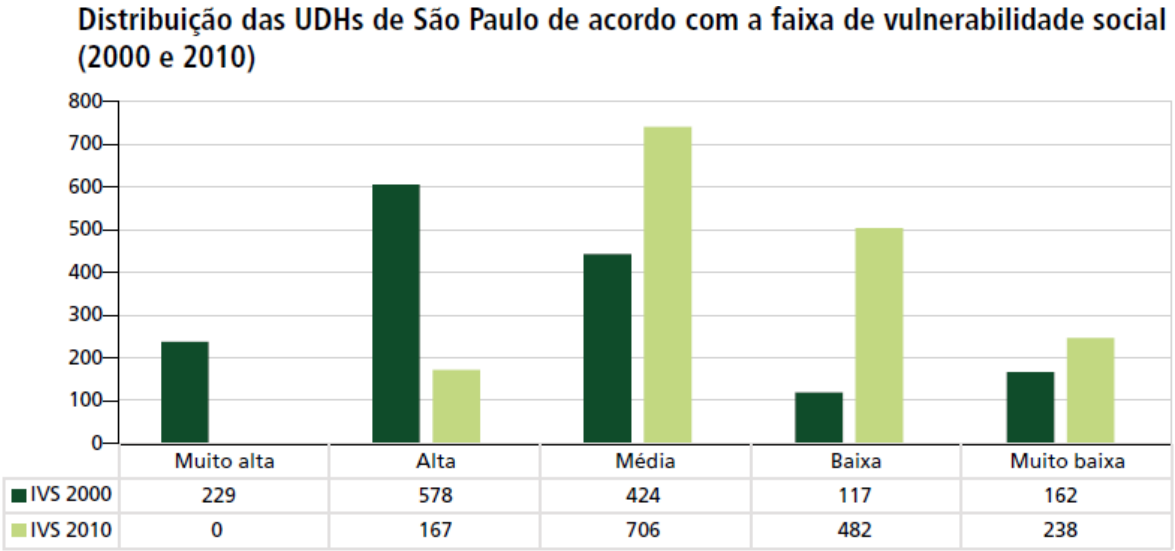
Vale ressaltar que, até a inauguração do shopping, a área que concentrava a maior parte de serviços e opções de linhas de ônibus no distrito do Campo Limpo ficava na Praça do Campo Limpo, a cerca de 3,5 quilômetros de distância dali. Com o surgimento do novo centro de compras, essa centralidade muda para seu entorno, que sequer era nomeado como Campo Limpo pela população, como capturou o inventário.

1.3 AUMENTO DE RENDA E NOVA CLASSE TRABALHADORA

As transformações na periferia também podem ser mensuradas pelo Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ao se comparar os resultados de 2000 e 2010. Segundo Bugni e Jacob (2017), o IVS na capital paulista melhorou 21%, ou seja, houve uma diminuição na vulnerabilidade nesse período. Já as áreas classificadas com o pior patamar possível, de muito alta vulnerabilidade social, que representavam 10% das unidades de desenvolvimento humano (UDH) demarcadas pelo Ipea em 2000, tinham deixado de existir em 2010.

O IVS é composto por três dimensões: Renda e Trabalho, Capital Humano e Infraestrutura Urbana. A vulnerabilidade em todas elas diminuiu em toda a cidade, sendo a queda mais expressiva registrada na dimensão da renda e trabalho, com melhora de 34%. A infraestrutura urbana, por outro lado, teve a melhora menos expressiva, com avanço de apenas 16%.

Figura 4 — Distribuição de Unidades de Desenvolvimento Humano de São Paulo de acordo com a faixa de vulnerabilidade social (2000 e 2010)



Fonte: Bugni e Jacob (2017)

Essas transformações também reverberam nos dados socioeconômicos do país. Segundo Pochmann (2012), “entre 1960 e 2010, o Brasil conviveu com três dimensões diferenciadas de transformação social” (p. 14). Entre 1960 e 1980, houve aumento da renda per capita média anual de 4,6% ao ano. A taxa geral de ocupação da mão de obra, formalização do emprego e redução da pobreza subiu, em média, 4,2% por ano. Ainda assim, a participação da renda do trabalho caiu 11,7% e a desigualdade da distribuição da renda pessoal aumentou 21,9%. No segundo período, entre 1981 e 2003, houve estagnação dos rendimentos do trabalho na renda nacional e aumento considerável do desemprego, com proliferação de trabalhos com baixa remuneração e grande informalidade. Na terceira etapa, entre 2004 e 2010, houve crescimento consecutivo da participação dos salários na renda nacional, acumulando 10,3% (Ibid., p. 9).

> O fortalecimento do mercado de trabalho resultou fundamentalmente na expansão do setor de serviços, o que significou a difusão de nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal. Juntamente com as políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social brasileira, como elevação do valor real do salário mínimo e massificação da transferência de renda, houve fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho. (Ibid., p. 10)

Para o economista, a elevação de renda nos governos Lula (de 2003 a 2010) é reflexo da expansão do mercado dos empregos de baixa remuneração, que gerou aumento no consumo. Para ele, no entanto, a classificação de “nova classe média” para a base da pirâmide social, que tradicionalmente ocupam as periferias, é equivocada:

> O adicional de ocupados na base da pirâmide social reforçou o contingente da classe trabalhadora, equivocadamente identificada como uma nova classe média. Talvez não seja mero equívoco conceitual, mas expressão da disputa que se instala em torno da concepção e condução das políticas públicas atuais. A interpretação de classe média (nova) resulta, em consequência, no apelo à reorientação das políticas públicas para a perspectiva fundamentalmente mercantil. Ou seja, o fortalecimento dos planos privados de saúde, educação, assistência e previdência, entre outros (POCHMANN, 2012, p. 11)

Nesse sentido, parece-nos que a elevação de renda e o aumento do poder de consumo se refletiram nas periferias com aumento da oferta de serviços privados. Entre o ano 2000 e 2018, enquanto no conjunto do município o número de estabelecimentos e empregos formais no setor de comércio, serviços, indústria de transformação e construção civil que promovem trabalho formal cresceu 48%, em 18 distritos, todos localizados nos extremos da cidade, o crescimento passou dos 100% e, em quatro deles, a quantidade desse tipo de estabelecimento passou de 200%. Em Cidade Tiradentes, no extremo leste da cidade, a variação chegou a 354% (Mapa 5). Ainda que esses estabelecimentos gerem proporcionalmente poucos empregos formais, a multiplicação de galerias comerciais, lojas de serviços eletrônicos e supermercados tem diminuído a distância entre os moradores e atividades banais do cotidiano, como a compra de roupas e calçados, móveis, eletrônicos, educação e sociabilidade.

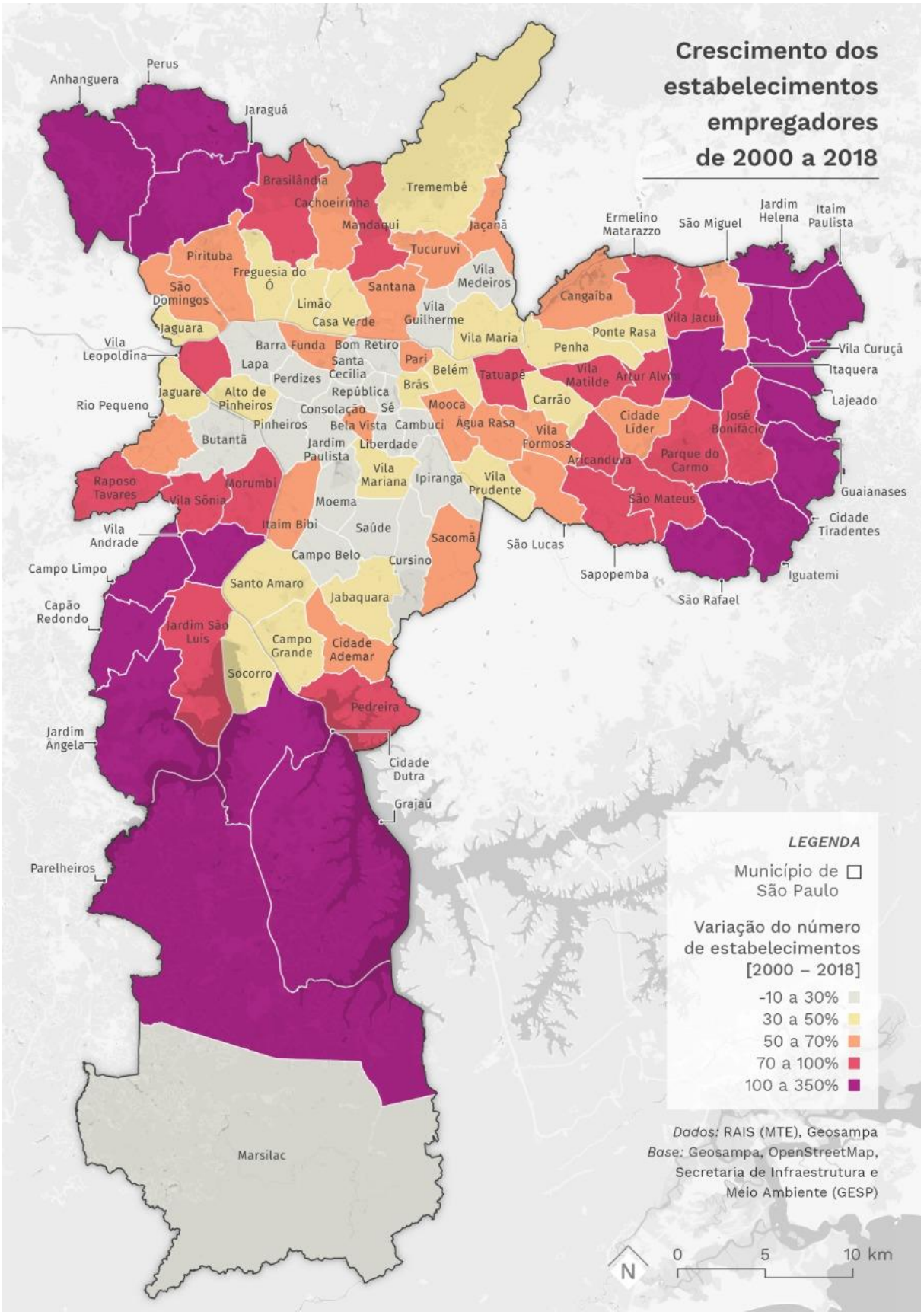
Em *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*, Kowarick (2009) aponta que oportunidades de trabalho, a não necessidade de fazer deslocamentos longos, a oferta de serviços públicos, comércio e serviços privados "constituem o tripé que torna vantajoso habitar os cortiços nas áreas centrais" (p. 288) em vez de casas nas periferias.

> *"O que mata não é o trabalho, é a viagem"* constitui uma frase frequente dos moradores da periferia. Ela sintetiza um modo e condição de vida altamente espoliativos, pois no tempo de remuneração obtido pelo trabalho estão embutidas horas cotidianas de locomoção: trata-se, de fato, de *um tempo extra*, condição necessária para cumprir a jornada de trabalho. É também o caso da ida e volta para a escola, da iluminação das ruas, do posto de saúde ou da limitada oferta de serviços ou da escolha de produtos. Isso para não falar da polícia, que nem chega, tornando os bandidos mais fortes do que os órgãos de segurança pública. Estes e outros aspectos se condensam na frase segundo a qual *"o bairro é fraco"*, é preciso que ele evolua, afirmação que se contrapõe às qualidades das áreas centrais: "*Lá tem de tudo*". (Ibid., p. 289, itálicos do autor)

Dessa forma, o investimento privado e em pequena escala dos moradores das periferias, combinado com o investimento público, tem constituído um processo

de autourbanização que tensiona a localização desses territórios na geografia da cidade. “Perto” e “longe” se transformam junto com a paisagem.

Mapa 5 — Variação do número de estabelecimentos com empregados formais de 2000 a 2018



Fonte: Tabulação por Gisele Brito e mapa por Pedro Mendonça (2021) a partir de dados da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento

1.4 AQUI TEM DE TUDO

Em abril de 2017, coordenei um curso de educomunicação no Jardim Brasil, na Zona Norte da cidade, que atraía jovens de áreas próximas e outros bairros populares da região noroeste. Entre as atividades, os e as participantes realizaram uma série de entrevistas em vídeo com personagens importantes e invisibilizadas da Vila Sabrina e dos Jardins Brasil, Guançã e Julieta (vide Mapa 6). Entre as pessoas entrevistadas estava uma senhora de 72 anos escolhida pela turma porque distribuía à comunidade feijão andu e ervas medicinais plantadas em um canteiro na Avenida do Poeta, que dá acesso ao Terminal de Cargas Fernão Dias e à Favela do Violão, uma das mais antigas e precárias da região. A moradora descreveu as transformações do bairro assim:

> Melhorando demais. Aqui só era lama. Aqui era lama, barro. Era campo que a turma jogava. Hoje cada dia mais mudando. Mudando para melhor. Eu falo assim, quando eu cheguei aqui só tinha o que não presta, aí agora, o povo pegou as casinhas, fez as casinhas [...] Melhora para todo mundo que tem sua casa. Sua casinha está melhorando, um faz uma padaria, está melhorando. Antes não tinha uma padaria nem nada. Só o que não tem dentro desse pedacinho é açougue. Mas no mais, aqui tem de tudo. (informação verbal)[2]

O Jardim Julieta e o Jardim Brasil são bairros populares, autoconstruídos em meio ao Parque Edu Chaves, que foi loteado nos anos 1950 e onde vive hoje uma população de classe média. Nos anos 1980 e início dos 1990, atuavam ali uma Comunidade Eclesial de Base e militantes do movimento negro e de moradia, engajados na melhoria da região. Talvez essa reunião de fatores seja a responsável pela avaliação positiva de seus moradores quanto à quantidade de equipamentos de saúde, educação e oferta de linhas de ônibus e praças, ainda que haja críticas com relação à sua qualidade. Vale notar que a senhora apontou como indicador de qualidade a abertura de padarias e, como de carência, a ausência de açougues.

---

[2] Entrevista concedida aos participantes do projeto Cultura Comunica organizado pela Casa no Meio do Mundo, em 2017, e coordenado pela autora. O projeto foi financiado com recursos do Programa de Fomento à Cultura da Periferia.

Mapa 6 — Região onde estudantes de educomunicação entrevistaram moradores, na Zona Norte

Fonte: Google Earth (2020)

Em boa parte da literatura produzida sobre as periferias entre os anos 1970 e 1990, a ausência de infraestrutura e serviços urbanos públicos aparece como o principal indicador da precariedade urbanística dos loteamentos. Interpretações sobre essa problemática (ROLNIK et al., 2012) corroboram o argumento jurídico de que a inconformidade dos loteamentos com as regras urbanísticas e a impossibilidade do registro da propriedade criavam uma justificativa legal para o não investimento público. Mas, como vimos, os mesmos empecilhos não existem para o investimento privado, especialmente aquele de pequeno porte. Parte desses espaços privados e de consumo atendem a demandas e reivindicações que não são garantidas pelo Estado. A necessidade de educação é garantida por escolas privadas (DANTAS, 2018) e a de segurança, por empreendimentos imobiliários como condomínios e shoppings centers (CALDEIRA, 2000), por exemplo. E a demanda por áreas de lazer infantil, como se pode observar nas tardes de domingo, é atendida por redes de *fast-food* que oferecem a seus clientes *playgrounds* inexistentes nas praças, mais raras que franquias de esfirra em alguns bairros.

1.5 PAISAGENS HÍBRIDAS

Os dados acima traçam um panorama das transformações das periferias, cujo processo de produção foi amplamente estudado, mas cujas transformações recentes

têm menos espaço na literatura acadêmica. Ao longo do capítulo, pontuamos três tempos no processo de transformação de territórios periféricos, entre a sua produção autoconstruída e irregular, passando pela consolidação com exclusão territorial fortemente marcada pela violência e precariedade econômica, até a entrada de amenidades urbanas públicas e privadas. Vale lembrar que esses três tempos não são sincrônicos, muito menos homogêneos nas periferias da cidade. Ainda hoje, novas ocupações expandem as fronteiras da urbanização (LACERDA et al., 2019) e ocupações antigas permanecem sem infraestrutura básica.

Essas transformações são, como vimos, fruto de investimentos privados articulados com a instalação de redes de serviços e infraestrutura pública. No entanto, também são muito diferentes dos processos que descrevem os produtos imobiliários financeirizados, denominados por Rolnik (2019) como “paisagens para a renda”, definidos como:

> Formas que correspondem a produtos imobiliários identificados e precificados no mercado financeiro global e, portanto, capazes de atrair parte da “muralha de dinheiro” [wall of money] que circula pelo planeta, em uma busca permanente por frentes de expansão, em sua fome de ativos capazes de gerar rentabilidade, presente ou futura (p. 21)

Assim, as transformações nas periferias parecem estar mais próximas das “paisagens para a vida” que, segundo a urbanista, são aquelas que,

> Construídas pelas e para as maiorias, a partir da lógica da sobrevivência, das necessidades e dos desejos de prosperidade, elas se instalam progressivamente – sem plano prévio, mas em relação permanente com as próprias formas propostas pelo planejamento –, em condições escassas de recursos, sobre as localizações disponíveis: periferias distantes, áreas declaradas pelas normas do planejamento urbano como impróprias, terrenos e construções abandonadas. (Ibid., p. 26)

No entanto, no processo de contínua transformação das periferias de São Paulo, apesar de estarem mais próximas dessa conformação, essas paisagens ainda assim podem ser caracterizadas como híbridas, pois parte importante das “necessidades e dos desejos de prosperidade” permanece fora do rol de itens básicos do direito à cidade e acaba relegada aos interesses do mercado: o shopping, o empreendimento imobiliário, a franquia comercial. Nesse sentido, parece-nos adequado relacionar o avanço da cultura política que o consumismo e a valoração da iniciativa privada produzem ao que Sader (1988) descreveu como voragem do progresso: “o conjunto de mudanças feitas, tanto as queridas como as indesejadas, aparecendo estas, em geral, como o preço pago pela obtenção das primeiras” (p. 66).

Ainda que a falta de moradia adequada, a baixa oferta de serviços públicos e privados em quantidade e qualidade e a segregação urbana permaneçam como questões importantes, como largamente demonstrado na bibliografia (MARQUES, 2015; D'ANDREA, 2020a; KOWARICK, 2009), há outras condições — a maioria estrutural, como o racismo, como veremos nos próximos capítulos — que mantêm, na periferia econômica e política, mesmo aqueles territórios onde houve melhorias em indicadores socioeconômicos e urbanos. Esse processo ainda é pouco pesquisado pelos estudos urbanos, especialmente pelo planejamento. A consequência disso é o agravamento e a manutenção de velhas formas de espoliação urbana e o surgimento de novas.

1.6 TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS

As condições a que os moradores das periferias eram submetidos em seu cotidiano foram o ponto-chave para entender o surgimento, a organização e as demandas dos movimentos sociais urbanos a partir dos anos 1970, tratados como novidade pela literatura sociológica naquele momento. Além das organizações nas fábricas, fazendo renascer o movimento sindical, esses movimentos organizavam suas reivindicações e lutas no cotidiano dos bairros (SADER, 1988). Seu próprio surgimento e desenvolvimento está intimamente ligado à visibilidade, ao interesse político e à produção social e política do conceito de periferia (TANAKA, 2006), que produzem, a partir daquela década, um deslocamento contra-hegemônico na definição do que é a cidade, de quais são os problemas dela e como resolvê-los. Essa força política pautou e foi pautada pela academia e pelas relações políticas entre centro e periferia, e as potências desse movimento se transformaram no principal nó explicativo para o debate político urbano.

Assim, se as condições do cotidiano nos ajudam a entender o ciclo de mobilização social daquele momento, é plausível que a mudança nesse cotidiano, ainda desigual e segregado, mas marcado por outros processos, seja condição propícia para a reorganização dos movimentos sociais. Isso, no entanto, não acontece nos mesmos espaços políticos onde a população se organizava tradicionalmente, o que leva a análises como a de Pochmann (2012), que vê um processo de despolitização das classes populares com o aumento da renda e do consumo:

> Em grande medida, o segmento das classes populares em emergência apresenta-se despolitizado, individualista e aparentemente racional à

> medida que busca estabelecer a sociabilidade capitalista. A ausência percebida de movimentos sociais em geral, **identificados por instituições tradicionais, como associações de moradores ou de bairro, partidos políticos, entidades estudantis e sindicatos**, reforça o caráter predominantemente mercadológico que tantos intelectuais engajados como a mídia comprometida com o pensamento neoliberal fazem crer. (POCHMANN, 2012, p. 11, grifo nosso)

Na citação acima, o economista menciona espaços de articulação política importantes entre os anos 1970 e 1980, que estariam vivendo a crise de representatividade da década de 2010. O esvaziamento político desses espaços aparece também em cartografia produzida por Morais (2018) sobre o que a autora classificou como espaços militantes e ativistas no distrito do Campo Limpo. Segundo a arquiteta, essas instituições tradicionais mudaram suas agendas para atividades de assistência social, não sendo mais "espaços de formação e emancipação popular" (p. 118), como haviam sido no passado. No entanto, o levantamento mostrou que, ao mesmo tempo, emergiram nas áreas menos vulnerabilizadas desses territórios "espaços militantes" ligados à cultura, que passaram a assumir o papel de articulação política.

A partir desse ponto, nossa hipótese é de que, com as mudanças nas condições socioeconômicas das periferias, há a emergência de novos espaços de ação política e novos personagens na cena pública. É nesse sentido que apontamos o movimento cultural como expressão ativa dos sujeitos periféricos, que, segundo D'Andrea (2013), agem a partir de uma nova subjetividade que emerge a partir dos anos 1990, em função do avanço do neoliberalismo que aumenta o desemprego e esvazia o sentido da identidade "trabalhador". Mas também, e essencialmente, agem por mudanças no âmbito da produção cultural, tendo como características essenciais "reconhecer-se como periférico; se orgulhar disso e agir politicamente a partir dessa condição" (p. 177). Esses sujeitos se organizam em coletivos (MARINO, 2016) e atuam de maneira contra-hegemônica na produção de uma outra cultura política (GOHN, 1999) e outras matrizes discursivas (SADER, 1988), que se diferenciam tanto das formas de fazer política que emergiram entre os anos 1970 e 1980 quanto dos valores do consumismo e da privatização. A concepção desses sujeitos sobre a problemática que aflige as periferias também nasce de sua vida cotidiana nos bairros, mas é influenciada pelas transformações nas paisagens a que estão submetidos, como explica Elaine Mineiro, militante do movimento cultural e recém-eleita, em 2020, vereadora em São Paulo, como detalharemos no capítulo 3.

> Porque minha mãe e meu irmão foram fazer a disputa pela moradia? Foi uma coisa teórica, pensada? Ou foi a necessidade prática da vida? Pra mim foi a necessidade prática da vida. [...] O que eu quero dizer é que nossa militância é forjada na necessidade. A gente precisa das coisas. Não é diferente do que sempre foi. Tudo que tem aqui nesse bairro: água, luz, asfalto, escola, igreja foi porque as pessoas se reuniram e foram brigar e brigar por anos. E na cultura da periferia não é diferente. Nenhuma das necessidades que a periferia tem foram atendidas de um projeto visionário de nenhum gestor. As soluções aparecem nos fóruns de discussão, dos movimentos. (informação verbal)[3]

No próximo capítulo, aprofundaremos a discussão sobre os sujeitos periféricos e sobre como eles se organizam por meio da cultura e disputam a política urbana a partir dela.

[3] Entrevista concedida por Elaine Mineiro à autora, por chamada de vídeo, em agosto de 2020.

Nóis é Ponte e atravessa qualquer rio...
O nóis pra nós
É singular
O nóis pra nós
O plural é pessoal
Nóis é Ponte e atravessa qualquer rio...

(Marcos Pezão)

2 SUJEITOS PERIFÉRICOS: NOVOS FARÓIS PARA O PLANEJAMENTO URBANO

Em *Quando Novos Personagens Entraram em Cena,* Sader (1988) definiu sujeito coletivo como “coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (p. 55). Para o autor, novos personagens eclodiram na cena pública entre os anos 1970 e 1980, com forte protagonismo feminino, a partir de uma nova configuração da classe trabalhadora. Eles se caracterizavam como novos pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos, pela linguagem, por seus temas e valores e pelas características das ações sociais que se moviam (p. 36) em um período violento e antidemocrático em que os espaços tradicionais de organização da classe trabalhadora haviam sido solapados pelo autoritarismo. Elaborando sobre o mesmo período, mas focado na produção da cidade, Holston (2013), em *Cidadania Insurgente*, descreve os sujeitos coletivos que emergiram nas periferias de São Paulo durante os anos de fundação e urbanização desses territórios, entre meados dos anos de 1970 e 1990, como aqueles que lutavam para ter direito a direitos e que se constituíam enquanto sujeitos políticos na medida em que construíam suas moradias e bairros. A produção desses territórios, em uma cidade onde não tinham lugar, era uma ação política em si, que se potencializou à medida que aqueles sujeitos coletivos se organizaram para incidir na cena política, ganhando visibilidade com os embates travados pelo reconhecimento de seus direitos e atendimento de suas demandas por parte do poder público. Para os dois autores, é o cotidiano e a experiência vivida que forjaram uma verdadeira cidadania insurgente e a entrada de novos atores na cena política.

Já o sujeito periférico, segundo D’Andrea (2013), emerge a partir dos anos 1990, fruto de uma nova subjetividade, como vimos, engendrada por mudanças no campo econômico, em função do avanço do neoliberalismo, que aprofunda a situação de desemprego e esvazia o sentido da identidade “trabalhador”. Isso também acontece pelo esvaziamento de espaços que antes haviam sido importantes para a organização dos moradores nas periferias: os núcleos de base organizados pela igreja católica progressista, as associações de bairro, os sindicatos e o Partido dos Trabalhadores (PT), que desde os anos 80 canalizou as lutas sociais, lugares onde as matrizes discursivas identificadas por Sader se estruturavam.

Em trabalho mais recente, D'Andrea (2020b) afirma existirem cinco precondições para a formação desses sujeitos e sujeitas periféricas:

> 1. Assujeitamento às condições: toda sorte de situações sociais que sujeitam o indivíduo e existem para além de sua vontade;
> 2. Formação de subjetividades: a partir de relações sociais produzidas em dadas condições geográficas, sociais e históricas, calcadas em experiências basilares de socialização na família, no bairro e na escola, é formadora de um dado habitus (Bourdieu, 2005) territorial que se entrelaça com a experiência racial, de gênero e de classe;
> 3. Códigos culturais compartilhados: são experiências e modos de vida comuns que produzem uma linguagem compartilhada, em contraposição a linguagens típicas e características de outros territórios;
> 4. Consciência de pertencimento: elaboração intelectual que permite a compreensão de uma posição urbana compartilhada a partir de um dado território (esse processo não abarca a totalidade da população);
> 5. Agir político: ato de apoderar-se da própria história, tornando-se sujeito político a partir da ação em prol do território (esse processo não abarca a totalidade da população). (p. 30-31)

Neste trabalho, partiremos do conceito que anuncia esse novo sujeito coletivo, mas enfatizamos que sua subjetividade é formulada a partir de uma ação deliberada de sujeitos políticos que vêm produzindo espaços de socialização — portanto, cidade — e novas culturas políticas. Dessa forma, nem todos os moradores de bairros periféricos, conviventes de uma geração cronológica, são sujeitos periféricos, dado que esse sujeito é determinado por um projeto cultural e político socialmente construído. Nesse sentido, os códigos culturais compartilhados não são produzidos apenas pelas condições geográficas e sociais, mas são produzidos tanto por elas quanto pela elaboração da consciência dessas condições.

Nossa hipótese é de que esses espaços de sociabilidade são autoconstruídos por esses sujeitos políticos e são essencialmente produção de cidade e prefiguração de um projeto urbano, diferente dos projetos hegemônicos e dos sujeitos coletivos descritos por Sader, ainda que evoquem parte daquele repertório de luta, por ser territorialmente e racialmente orientado.

2.1 UM CASO EMBLEMÁTICO

Ao assumir a prefeitura de São Paulo em janeiro de 2017 depois de vencer a eleição no primeiro turno, João Doria, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), reduziu em 43,5% o orçamento da Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Além de cumprir uma agenda neoliberal de eliminar o que interpreta como gasto, o corte parecia estratégico para desmantelar políticas públicas que vinham sendo capazes de produzir grande impacto nas periferias da cidade, entre elas o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI). Aprovado em 2003, o VAI é

resultado da ascensão da cultura periférica como objeto de política pública, promovida pelo engajamento de jovens moradores de bairros periféricos, segundo analisa Aderaldo (2013). A concepção da lei foi resultado da articulação promovida em audiências públicas pela Coordenação de Juventude da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. O programa inovou ao destinar recursos públicos para pessoas físicas, jovens, especialmente moradores das periferias, e definir cultura de forma abrangente, conforme fica explícito no texto da lei:

> Art. 1º - Fica instituído o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais - VAI - no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos culturais.
> Art. 2º - O Programa VAI tem por objetivos: I - estimular a criação, o acesso, a formação e a participação do pequeno produtor e criador no desenvolvimento cultural da cidade; II - promover a inclusão cultural; III - estimular dinâmicas culturais locais e a criação artística. [...]
> Art. 4º - Os recursos destinados ao Programa VAI deverão ser aplicados em atividades que visem fomentar e estimular a produção cultural no Município de São Paulo vinculada a diversas linguagens artísticas, consagradas ou não, relativas a artes e humanidades ou a temas relevantes para o desenvolvimento cultural e formação para a cidadania cultural no Município. (SÃO PAULO, 2003)

Desde a implantação da política pública, os projetos contemplados são selecionados por meio de uma comissão formada por membros do Executivo, representantes do setor cultural e da sociedade civil, indicados por ex-beneficiários que avaliam as propostas enviadas à SMC depois da divulgação de um edital público e da realização de oficinas de escrita de projeto em toda a cidade. Em sua primeira edição, o VAI teve orçamento atualizado de R$ 888.128 e contemplou 67 ações, que receberam, em um ano, até R$ 15 mil cada. Com esse valor, ainda abaixo das necessidades reais, os coletivos podiam comprar equipamentos, materiais de apoio, cobrir custos de transporte e alugar espaços, por exemplo. Em 2020, o orçamento atualizado foi de R$ 9.503.877, podendo cada iniciativa receber R$ 42 mil na modalidade 1 e R$ 84 mil na modalidade 2[4]. O aumento de 970% no orçamento acumulado até 2020, na comparação com seu primeiro ano, aponta a capacidade de mobilização política em torno do projeto. Ainda assim, em 2017, primeiro ano da gestão Doria, o valor empenhado foi 37,44% menor do que o orçado inicialmente. Apenas no ano de lançamento do programa, em 2004, o congelamento havia sido maior.

[4] Até 2013, o VAI era destinado a jovens entre 18 e 29 anos. Em novembro daquele ano, foi aprovada a chamada modalidade 2, pela Lei N.º 15.897/13 (SÃO PAULO, 2013). Nela, pessoas de qualquer idade que já tenham sido contempladas pelo programa uma vez podem receber recursos.

Em 2020, foram registradas 543 inscrições da modalidade 1 (de 18 a 29 anos) e 422 na modalidade 2 (maiores de 18 anos que já tenham sido contemplados pelo VAI 1). No VAI 1, 60,7% das pessoas proponentes das inscrições naquele ano se declararam pretas ou pardas. Os projetos partiram de 80 dos 96 distritos da cidade, ficando de fora apenas Barra Funda, Belém, Brás, Cambuci, Campo Belo, Consolação, Itaim Bibi, Jaraguá, Jaguaré, Jardim Paulista, Lajeado, Moema, Pari, Pedreira, São Domingos e Vila Jacuí.

Figura 5 — Nuvem de palavras com o bairro de origem dos e das proponentes de inscrições realizadas no VAI 1 2020

Fonte: Blog Programa VAI (2020)

O ex-coordenador do programa, Gil Marçal, explica a relação do VAI com as questões urbanas da seguinte forma:

> Quando mais pessoas começam a olhar para um órgão como a secretaria de cultura, responsável pelo desenvolvimento cultural e artístico de toda uma cidade, e constatar que a maior parte de seus equipamentos estão no centro da cidade, que a maior parte do dinheiro, do recurso, que é público, é investido em grupos que são ou estabelecidos pelas Belas Artes ou equipamentos no centro da cidade ou para grandes eventos e grandes artistas, isso é uma constatação de que a cidade é muito menor do que ela é realmente. (informação verbal)[5]

Além dos cortes promovidos por Doria em seu primeiro ano de gestão municipal, o secretário escolhido para a Secretaria Municipal de Cultura (SMC), o cineasta André Sturm, foi acusado de envolvimento em casos de corrupção e protagonizou episódios de agressão verbal contra trabalhadores da pasta e ativistas

[5] Entrevista concedida por Gil Marçal à autora em agosto de 2020.

culturais. Em maio de 2017, por exemplo, Sturm ameaçou agredir um agente cultural ligado ao Movimento Cultural das Periferias (MCP)[6], durante uma reunião oficial na sede da secretaria. O áudio do episódio, gravado às escondidas pelo agente ameaçado, foi amplamente divulgado pela mídia na época (DURÁN e BALZA, 2019; “VOU..., 2017). Em junho, em protesto contra a violência e os cortes, membros do MCP ocuparam a sede da secretaria, localizada no Largo do Paissandu, no centro da cidade, durante 30 horas. Ao saírem, divulgaram a seguinte nota, redigida coletivamente por comunicadores da Rede Jornalistas das Periferias, o que me inclui:

> NOTA OFICIAL
>
> As trabalhadoras e os trabalhadores da cultura acabam de deliberar em assembleia que irão desocupar o prédio da Secretaria Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo de maneira pacífica.
>
> A decisão foi tomada, principalmente, porque os integrantes entendem que precisam defender sua integridade física e conhecem a capacidade de violência do Estado.
>
> Elas e eles sairão de cabeça erguida, e continuam lutando pelas suas demandas e pelos pontos colocados na construção da cultura da cidade de São Paulo.
>
> Somos vitoriosxs, pois vencemos a invisibilidade imposta pela mídia e a repressão a que historicamente somos submetidos.
>
> Expomos aqui a incapacidade do Secretário Municipal de Cultura, André Sturm, e do Prefeito, João Doria JR, de dialogar. Eles não vão bater na nossa cara de novo, como batem dia após dia em nossas quebradas (DESENROLA E NÃO ME ENROLA, 2017) .

A partir daí, intensificou-se o que os militantes entendem como perseguição e represália ao movimento, que vinha expondo a gestão de Sturm. A demissão do secretário foi amplamente reivindicada por vários setores culturais, mas só ocorreu com a saída de Doria da prefeitura para disputar o governo do Estado, em 2018.

Com a posse do então vice-prefeito Bruno Covas, também do PSDB, o empresário Alexandre Youssef foi nomeado para a pasta municipal da Cultura. Assim que assumiu o cargo, o novo secretário deu início a uma série de reuniões a portas fechadas com articuladores setoriais, mas o Movimento Cultural das Periferias exigiu uma audiência pública que reunisse todas as linguagens da cultura existentes nas periferias e impedisse o que entendia como “política de balcão”[7].

---

[6] Trataremos do MCP mais adiante.

[7] Como parte da minha pesquisa-ação, estive presente na audiência e em algumas das reuniões que a antecederam.

Após intensa negociação, na noite de 12 de abril de 2019, cerca de 350 pessoas, entre agentes culturais, coletivos e organizações sociais, atenderam ao chamado do MCP e se reuniram com Youssef, no teatro da Cia. Pessoal do Faroeste, na Luz, região central da cidade, espaço aliado escolhido pelo movimento. Os trabalhadores da cultura apresentaram um minucioso diagnóstico sobre as políticas culturais da cidade e reivindicações para 10 demandas específicas de segmentos da ação cultural, refletindo a diversidade da articulação que precedeu a audiência: teatro, patrimônio material e imaterial, funk/fluxo, reggae, ocupações culturais e espaços independentes, programa jovem monitor, hip hop, arte de rua e programas Piá e Vocacional. Cada reivindicação foi apresentada por uma pessoa, mas todas elas constavam de uma apresentação única de 50 slides, pactuada entre todos os presentes. Vistas em conjunto, as demandas apontavam para uma agenda comum: a volta e ampliação do investimento nas políticas públicas que priorizavam ações de formação e valorização cultural de iniciativas voltadas para as pessoas que vivem nas periferias da cidade.

Quando finalmente teve direito a fala, depois de uma hora e meia como plateia, Youssef reafirmou seu histórico ativista e predisposição para o diálogo e enfatizou a importância de realizar “ocupações táticas” no espaço público, de modo geral apresentando a secretaria como facilitadora dessas ocupações e eventos culturais e artísticos. Isso destoou da apresentação feita pelos coletivos, que enfatizava a importância da continuidade de ações de formação cultural nas periferias, especialmente para os jovens moradores das periferias, a valorização da cultura negra e periférica e a defesa do trabalho dos profissionais da cultura envolvidos nessas ações, cuja origem territorial também foi enfatizada. Mas entre todas as ideias fora de lugar de Youssef, a que rompeu com o silêncio da plateia foi a menção à Biblioteca Mário de Andrade, localizada no centro valorizado da cidade, como “farol” das políticas de difusão literária do município. O secretário afirmou aos presentes:

> Outra coisa muitíssimo fundamental, que me parece que dialoga muito com o Plano Municipal de Cultura e com tudo que foi conversado aqui é uma grande ação de utilização das novas tecnologias, das grandes tecnologias criadas pelas periferias. Dos saraus, dos *slams*. De todas as formas novas de difusão literária para ser a política central de difusão literária da secretaria. Isso significa não apenas incluir essas expressões no circuito municipal de cultura, como foi colocado, mas fazer delas a principal forma de atividade das bibliotecas e dos espaços culturais para a difusão da literatura. Isso já está sendo feito. Já foi uma determinação e a gente acha

> que a Biblioteca Mário de Andrade é o farol disso. (MOVIMENTO CULTURAL DAS PERIFERIAS, 2019)

A afirmação despertou risos e protestos entre quem estava presente. Naquele momento, para boa parte dos sujeitos periféricos que o observavam criticamente, evidenciava-se o lugar geopolítico do secretário, até então dúbio. Quando Youssef reconhece a “tecnologia” dos saraus, mas escolhe como farol das políticas culturais para a cidade a Biblioteca Mário de Andrade, localizada em uma área privilegiada no centro de São Paulo, ele ignorou a essência dessa tecnologia: colocar a periferia no centro de todas as coisas e deslocar a centralidade do centro para as periferias.

Aqui cabe avançar na compreensão do que são os saraus realizados nas periferias de São Paulo e o que pode ser entendido como sua “tecnologia”. O Sarau da Cooperifa é considerado o pioneiro entre os saraus da cidade. Liderados por Marcos Pezão e Sérgio Vaz, os primeiros encontros ocorreram em 2001, na Zona Sul de São Paulo. Dois anos depois, foi a vez de Suzi Soares e Binho Padial usarem o termo “sarau” para denominar as noites de poesia e música que produziam em seu bar, no Campo Limpo, também na Zona Sul. Desde então, centenas de outros eventos similares se multiplicaram por bares, praças e bibliotecas comunitárias da cidade.

Segundo Silva (2016), em 2015, ocorriam 80 saraus pela cidade de São Paulo, sendo 25 deles com regularidade. Destes, cinco eram realizados em espaços culturais públicos, três em praças e estações de trem, sete em espaços culturais autoconstruídos e 10 em bares. Com esse quadro, a autora destaca que, “considerando os espaços nos quais eles acontecem, e os bairros onde estão localizados [...] se trata de uma prática cultural associada às regiões periféricas da cidade de São Paulo” (SILVA, 2016, p. 52). Ainda segundo a pesquisa, os saraus se tornaram,

> de forma orgânica, um tipo específico de atividade cultural, um movimento com uma identidade particular, mobilizando pessoas em uma rede de relações de trabalho, produção, criação, amizade, parcerias. Os organizadores e participantes destes eventos atuam com diversas intenções e de diferentes formas.
> Os eventos se tornaram, ainda, um meio pelo qual os escritores passam a se integrar e perpetuar a produção literária enquanto um movimento, e não apenas por iniciativas isoladas. (Ibid., p. 40)

Como atividade particular de cultura, Silva afirma que os saraus têm promovido “uma discreta revolução” no mercado literário e, a partir disso, a produção e difusão de uma agenda política comum calcada no território e que vai além das políticas literárias ou mesmo culturais.

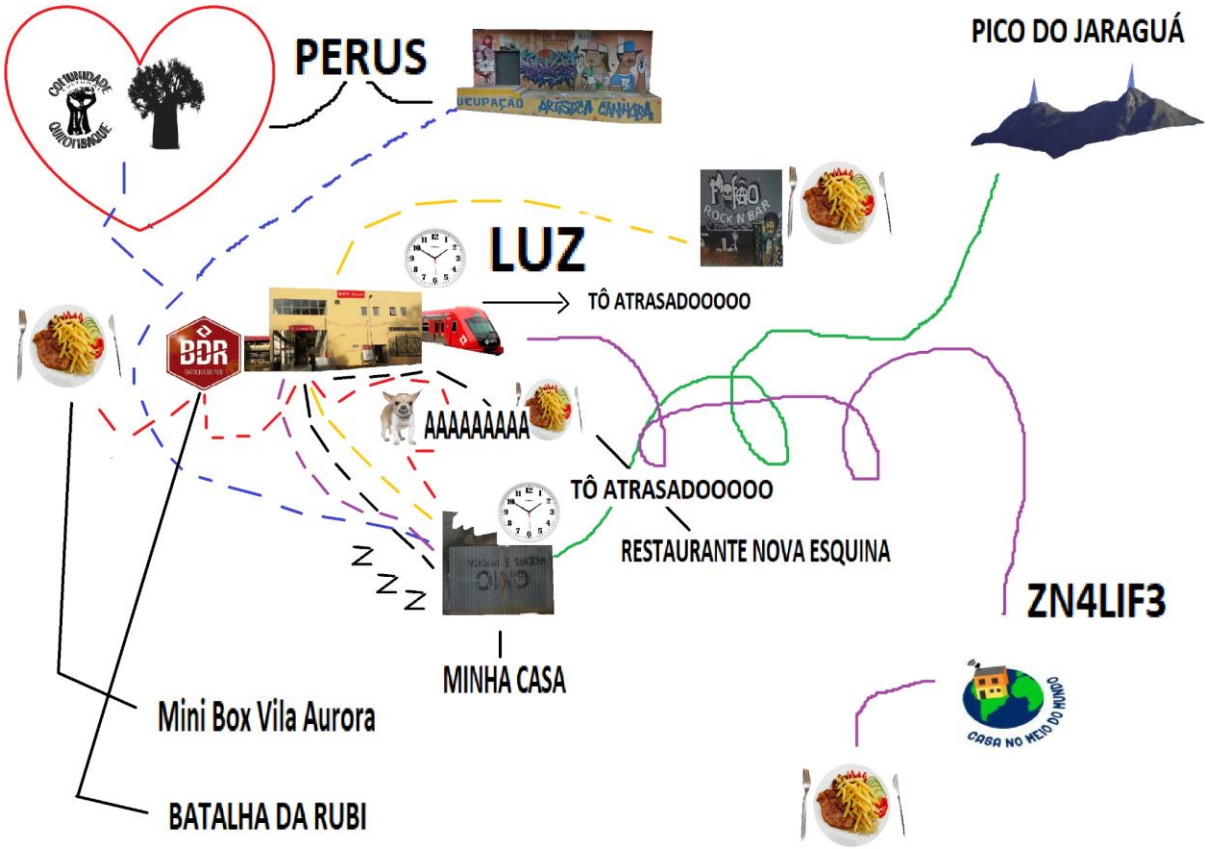
O Manifesto da Antropofagia Periférica, assinado por Sérgio Vaz, na ocasião da Semana de Arte Moderna da Periferia, organizada pela Cooperifa em 2007, afirma:

> A periferia nos une pelo amor, pela dor e pela cor.
> Dos becos e vielas há de vir a voz que grita contra o silêncio que nos pune.
> Eis que surge das ladeiras um povo lindo e inteligente galopando contra o passado.
> A favor de um futuro limpo, para todos os brasileiros.
> A favor de um subúrbio que clama por arte e cultura, e universidade para a diversidade.
> Agogôs e tamborins acompanhados de violinos, só depois da aula.
> Contra a arte patrocinada pelos que corrompem a liberdade de opção.
> Contra a arte fabricada para destruir o senso crítico, a emoção e a sensibilidade que nasce
> da múltipla escolha.
> A Arte que liberta não pode vir da mão que escraviza.
> A favor do batuque da cozinha que nasce na cozinha e sinhá não quer.
> Da poesia periférica que brota na porta do bar.
> Do teatro que não vem do “ter ou não ter...”.
> Do cinema real que transmite ilusão.
> Das Artes Plásticas, que, de concreto, quer substituir os barracos de madeiras.
> Da Dança que desafoga no lago dos cisnes.
> Da Música que não embala os adormecidos.
> Da Literatura das ruas despertando nas calçadas.
> A Periferia unida, no centro de todas as coisas.
> Contra o racismo, a intolerância e as injustiças sociais das quais a arte vigente não fala.
> Contra o artista surdo-mudo e a letra que não fala.
> É preciso sugar da arte um novo tipo de artista: o artista-cidadão.
> Aquele que na sua arte não revoluciona o mundo, mas também não compactua com a
> mediocridade que imbeciliza um povo desprovido de oportunidades.
> Um artista a serviço da comunidade, do país.
> Que armado da verdade, por si só exercita a revolução.
> Contra a arte domingueira que defeca em nossa sala e nos hipnotiza no colo da poltrona.
> Contra a barbárie que é a falta de bibliotecas, cinemas, museus, teatros e espaços para o
> acesso à produção cultural.
> Contra reis e rainhas do castelo globalizado e quadril avantajado.
> Contra o capital que ignora o interior a favor do exterior.
> Miami pra eles? “Me ame pra nós!”.
> Contra os carrascos e as vítimas do sistema.
> Contra os covardes e eruditos de aquário.
> Contra o artista serviçal escravo da vaidade.
> Contra os vampiros das verbas públicas e arte privada.
> A Arte que liberta não pode vir da mão que escraviza.
> Por uma Periferia que nos une pelo amor, pela dor e pela cor.
> É tudo nosso! (NASCIMENTO, 2011, p. 166)

Distribuídos pela cidade, saraus e ocupação culturais se conformaram como centralidades que atraem moradores de outros bairros, às vezes vindos de outro lado da cidade, em trajetos atípicos para a lógica de circulação casa-trabalho ou centro-periferia, criando uma dinâmica periferia-periferia. Um exemplo desses

percursos pode ser observado na Figura 6 abaixo, elaborada por um jovem de 19 anos, durante um dos cursos de formação de jornalistas que ministrei em 2019. Nela, ele aponta seus territórios afetivos pela cidade de São Paulo. Morador do Jaraguá, na Zona Noroeste, ele sinaliza os caminhos — incomuns, se comparados aos de seus vizinhos — que fazem parte de sua rotina: atravessar a Serra da Cantareira para ir a Perus, localidade que reúne espaços como a Comunidade Cultural Quilombaque e a Ocupação Artística Canhoba; desembarcar uma estação depois de sua casa para participar da Batalha da Rubi, na Vila Aurora; ou ir à Casa no Meio do Mundo, espaço cultural no Jardim Brasil, na Zona Norte.

Figura 6 — Territórios afetivos de jovem de 19 anos, morador do Jaraguá, pela cidade de São Paulo



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Partindo do conceito de *habitus* de Bourdieu, Silva (2016) afirma que

> a realização dos saraus, dentre tantos outros movimentos culturais que possam ter emergido nos bairros periféricos nos últimos anos, se relacionam com uma mudança de habitus das frações de classe que compõem a população destas regiões, influenciada por uma ampliação do nível educacional e pela aquisição de capital cultural destes moradores que dentre, outros processos em suas trajetórias, passam a ter acesso ao ensino médio e à universidade. (p. 76)

Segundo Fontes (2020), os saraus “têm funcionado como esfera pública subalterna, uma vez que trazem à tona questões públicas e são fundamentais na formação de novos sujeitos políticos” (p. 96). Aqui, compreendemos formação no mesmo sentido que dado por Gomes (2003) para educação. Segundo a pedagoga, “a educação pode ser entendida como um amplo processo, constituinte da nossa humanização, que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho, nos movimentos sociais, na escola, dentre outros” (p. 38).

Apesar da ênfase dada aqui aos saraus, cabe lembrar que o circuito cultural é amplo e composto, por exemplo, de cineclubes (ADERALDO, 2013), grupos feministas (MEDEIROS, 2017) e, mais recentemente, *slams*.

Com a circulação e o encontro desses corpos, vão também ideias que denunciam o racismo, o machismo e a segregação urbana. São circuitos culturais e redes de relações que fortalecem as ações dos diversos coletivos e difundem repertórios de ação política. Como fica explícita na fala do poeta Luan Luando, à época morador do Campo Limpo, em entrevista concedida a mim para uma reportagem publicada em 2014.

> O primordial para um povo é a comunicação entre si mesmo. E a cultura é bem isso. A cultura é nada mais que um meio de comunicação, de relação. Acho que é o supremo meio de comunicação e relação. As pessoas têm medo uma da outra. Têm medo. Têm desconfiança, tá ligado? Mas porque não se conhece. Inclusive as mídias brasileiras trabalham para que não se conheçam. Trabalham mesmo. Isso é declarado. Por isso que eu vou de sarau em sarau, tá ligado? Eu posso dizer que eu já fui em mais de 150 saraus na minha vida. Com o maior orgulho, maior prazer. Ajudei a fazer uma pá também. Sou convidado pra vários sarau. E vou porque acredito nisso. Nessa mudança: primeiro a gente vira família de novo, primeiro a gente se estrutura intelectualmente, tá ligado, e depois a gente tem uma ação. [...] Porque é louco isso. É claro que um povo vai ser muito mais frágil quando ele não tem uma biblioteca. No Capão Redondo, não existe uma biblioteca. Em compensação polícia, vixe… (LUANDO, 2012)

Nascimento (2011), que desenvolveu pesquisa pioneira sobre a literatura periférica e o Sarau da Cooperifa, aponta que a noção de cultura mobilizada pelo coletivo

> ora pode abarcar produções e manifestações artísticas, ora abranger certas experiências e práticas tidas como comuns aos habitantes de bairros periféricos. De todo modo, é por meio de alguma ideia de cultura que a periferia se une e se coloca no centro de todas as coisas. Ou ainda, traz para o centro do debate público sujeitos políticos que se colocam como portadores de demandas dos moradores da periferia num contexto amplo de luta por direitos sociais e de afirmação da particularidade de suas produções culturais. (p. 162)

2.2 PERSONAGENS EM CENA

2.2.1 Baixo Augusta, alto escalão

Alexandre Youssef é um empresário da noite paulistana e foi coordenador de Juventude da Prefeitura de São Paulo entre 2001 e 2004, na gestão petista de Marta Suplicy. Em janeiro de 2019, uma reportagem da rádio CBN, onde Youssef era colunista, anunciou sua ida para a gestão municipal de Bruno Covas e afirmou que a nomeação foi “mais um passo à esquerda” do novo prefeito, que queria “dialogar com setores da sociedade com quem seu antecessor, João Doria, não conversava” (DURÁN e BALZA, 2019). Em outubro, dez meses depois da posse do secretário, foi a vez do jornal *Folha de S.Paulo* afirmar que Youssef era o “responsável por trazer o pêndulo para a esquerda” quando Covas “inclina para a direita” (RODRIGUES e SETO, 2019). Mas, como ficou evidente a partir daquela noite de embate com coletivos e trabalhadores da cultura, o repertório do novo chefe da pasta municipal de Cultura privilegia a região com melhor infraestrutura na cidade e os interesses que nela se concentram.

Um mês depois de se tornar secretário, em fevereiro de 2019, Youssef lançou o livro *Baixo Augusta: A Cidade é Nossa*. Nele, o autor conta a trajetória da aclamada transformação da Rua Augusta, uma travessa da Avenida Paulista, no coração econômico da cidade, e de um perímetro denominado no livro como bairro, o Baixo Augusta. Essas transformações, segundo o enredo, passam pela ação do próprio Youssef e de seus negócios na região, ação essa endossada pelo jornalista Marcelo Tas na orelha do livro:

> Alê Youssef resolveu encarar a tarefa com a coragem de quem sabe a importância e urgência do registro da transformação cultural crucial para entender a cidade mutante contemporânea. Vetor ativo da mudança, em 2008, Alê deslocou seu Studio SP da Vila Madalena para a Augusta e disparou na corrente sanguínea da cidade uma enzima que facilitou a reação química em cadeia que já se desenhava desde sempre. (TAS in YOUSSEF, 2019, Orelha do livro)

No livro, Youssef, que também é mestre em filosofia e advogado, critica a “sanha especulativa” de certos empreendedores, mas situa seus negócios e o capital que teria “arriscado” ao migrar para a Rua Augusta numa espécie de zona positiva do capitalismo:

> O processo descrito nesse livro foi um condutor de oportunidades que estão transformando o centro da cidade. Como observado, a região central sofreu muito com a sanha especulativa que buscava expandir as fronteiras, em busca de grandes empreendimentos, muitas vezes corroborada por gestões

> municipais ao longo de todos esses anos. A cidade do carro, das grandes avenidas e dos condomínios não tratou bem seu centro. A retomada veio a partir dos negócios que incendiaram a noite da região com arte, cultura e diversidade e o sucesso de alguns projetos, fizeram empresário se arriscarem a ocupar outras áreas das Subprefeitura da Sé como Santa Cecília, Via Buarque [sic], Liberdade, República, Bela Vista, Barra Funda e etc. O Baixo Augusta pode ser considerado como uma das portas de entrada do centro para muitos jovens que frequentam o bairro e para muitos empreendedores que a partir da experiência de sucesso na região, avançaram para mais perto do Pátio do Colégio. (2019, p. 119)

No segundo capítulo, intitulado “Meu Quintal”, Youssef afirma que o livro nasceu do incômodo de não ver registrados os movimentos culturais urbanos, e descreve experiências vividas pelo autor, discorrendo brevemente sobre a cena da Vila Madalena. O bairro fica localizado em área branca e rica da Zona Oeste da cidade e, segundo Youssef, reunia a cena cultural vanguardista antes da migração de estabelecimentos comerciais para a Rua Augusta, território onde centra a narrativa. O marco desse processo teria sido, de acordo com o livro, a mudança de uma das casas de show do próprio autor para a região.

A obra também aponta como protagonistas dessas transformações os membros do bloco carnavalesco Acadêmicos do Baixo Augusta, do qual Youssef é um dos fundadores. A partir de 2012, esses atores travaram disputas com a prefeitura para garantir a realização de seus cortejos na rua e, em 2013, passaram a ser considerados um “bloco ativista” (p. 108) e sujeitos importantes na cena política da cidade. A expressão mais nítida dessa ascensão política, podemos imaginar, é a chegada de Youssef à Secretaria Municipal de Cultura em 2019 e, mais tarde, a cogitação de seu nome para concorrer a vice-prefeito na chapa de Bruno Covas na eleição municipal de 2020[8].

Como revela o próprio título do livro, a Rua Augusta e sua vizinhança são tratadas como “cidade”, e as disputas ali travadas, como “disputa” pelo imaginário de cidade, “desde sempre” dividida entre os “que sonham uma cidade mais humana, colorida, arborizada, com espaços públicos abertos e ocupados pelas pessoas e os mais ordeiros ou conservadores que buscam apenas o ideal econômico de ‘fazer suas vidas na cidade’” (p.26), sem que seja feita qualquer referência às desigualdades territoriais da cidade.

É possível detectar no livro de Youssef o que ele considera “cidade”: seu centro e “cultura urbana”, ou seja, a cultura dos novos empreendimentos culturais

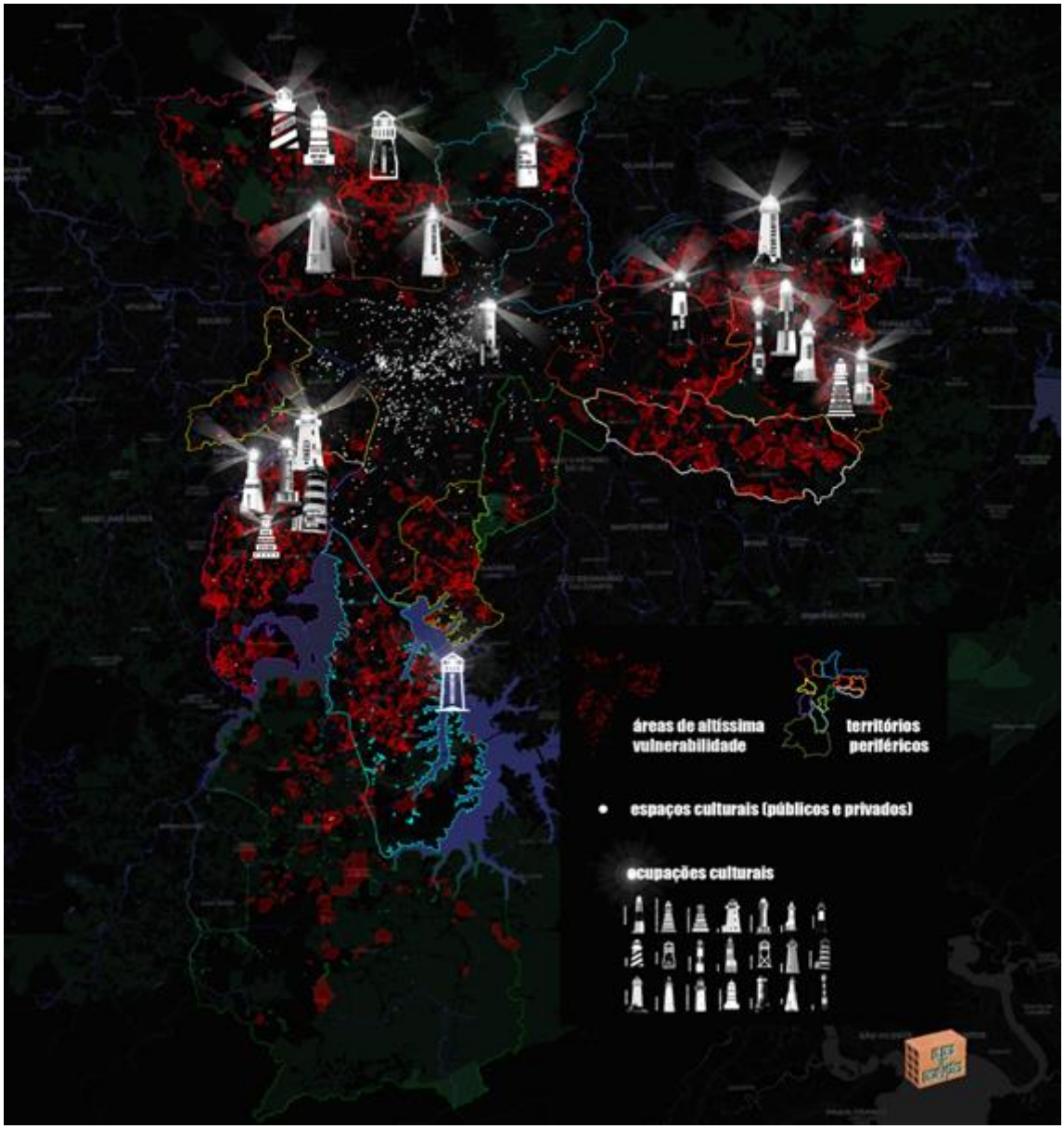
[8] Em março de 2020, Youssef deixou a pasta da Cultura para se disponibilizar para concorrer a vice-prefeito na chapa encabeçada por Bruno Covas nas eleições municipais. Não foi escolhido para compor a candidatura, mas, com a vitória de Covas, voltou a ocupar o cargo em 2021.

que se fixaram nessa área. A periferia e, mais particularmente, a cultura periférica não fazem parte, portanto, dessa visão.

2.2.2 MCP — Uma andorinha só não faz verão, mas pode acordar o bando todo

Pouco depois daquela audiência em 2019 com Youssef no teatro da Cia. Pessoal do Faroeste, ativistas do Movimento Cultural das Periferias (MCP) ligados à Frente do Bloco das Ocupações Culturais se reuniram novamente com a secretaria e reapresentaram, por meio de uma cartografia ilustrada, aquilo que consideravam de fato faróis para a ação da pasta: 21 ocupações culturais em espaços públicos ociosos em regiões periféricas da cidade. Cabe dizer que se tratava de uma reapresentação porque não era a primeira vez que a secretaria recebia a demanda relacionada a essas ocupações. Na Figura 7 abaixo, produzida pelo movimento, a concentração de equipamentos culturais públicos e privados reconhecidos pela política cultural está no centro geográfico de São Paulo, que também é a região com menos áreas de altíssima vulnerabilidade — estas, marcadas em vermelho. Já as ocupações que, para o MCP, realizam a função social da cultura, mas não são reconhecidas pelo poder público, estão espalhadas pelas bordas da capital paulista, representadas como diferentes faróis.

Figura 7 — Mapeamento produzido pelo MCP com 21 ocupações culturais em São Paulo



Fonte: Movimento Cultural das Periferias (2019)

Segundo Marino (2016), as primeiras ocupações culturais em áreas públicas ociosas surgiram na Zona Leste da cidade no início dos anos 2000 e aumentaram significativamente a partir de 2013, impulsionadas pela articulação do MCP. Essas ocupações reivindicam que prédios abandonados pelo próprio poder público cumpram uma função social, argumento típico dos movimentos de moradia, mas mobilizado por eles para a cultura e contra o próprio Estado, que abandona os raros espaços construídos distantes do centro.

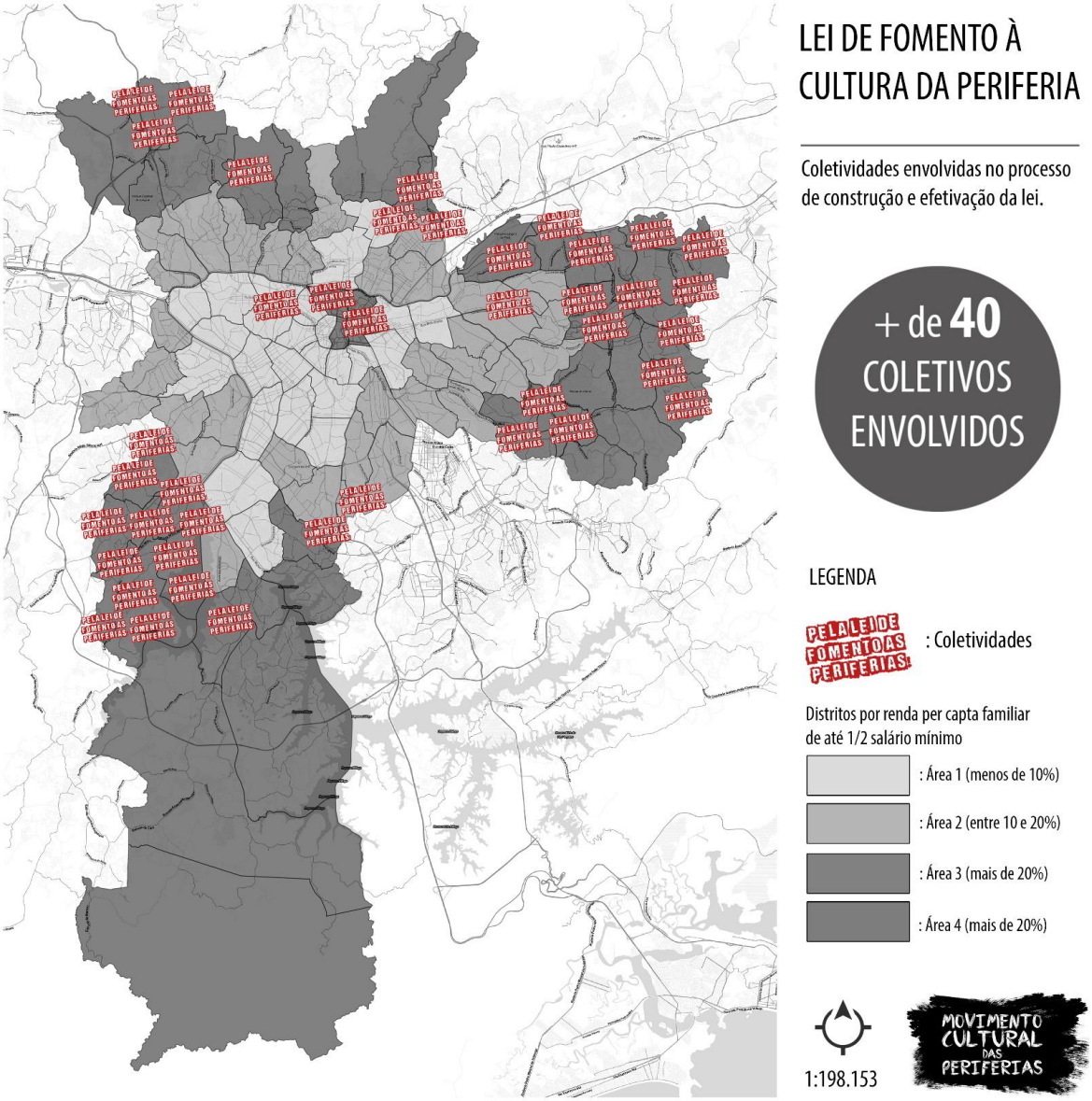
O Movimento Cultural das Periferias é um coletivo de coletivos de ações culturais.

> Os coletivos culturais devem ser compreendidos como movimentos sociais urbanos que possuem um enorme potencial. Tais atores ocupam um espaço que o Estado, a iniciativa privada e outros movimentos sociais historicamente deixaram de lado. Na atualidade, são atores centrais na mobilização e articulação social das periferias. (MARINO, 2016, p. 47)

A articulação do movimento começou em 2013, no início da gestão municipal do petista Fernando Haddad e de Juca Oliveira à frente da Secretaria de Cultura. Tratava-se de um grupo de sujeitos periféricos — artistas e trabalhadores da cultura com histórico de atuação em várias regiões da cidade de São Paulo — que identificou a convergência de pautas que, até aquele momento, eram discutidas sem articulação. Os primeiros encontros para a construção do MCP aconteceram no âmbito do Fórum de Cultura da Zona Leste (FCZL), que, naquele momento, também rearticulava coletivos da região e, em seguida, atraiu pessoas que atuavam na cena cultural da Zona Sul e Noroeste. Inicialmente, o movimento pautou, junto ao poder público municipal, o retorno das Casas de Cultura para a gestão da pasta da Cultura. Os equipamentos eram considerados importantes para a realização de atividades culturais nas periferias, mas, naquele momento, estavam sob o comando da Secretaria das Subprefeituras, fortemente militarizados, com a presença de policiais e loteados por vereadores e subprefeitos (BRITO, 2013).

A partir de 2014, a pauta se direciona para “estruturar econômica e poeticamente as coletividades das quebradas” (FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE, 2014), o que motivou a articulação de um projeto de lei. As palavras de ordem da jornada de luta pela aprovação do PL 624/2015 (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2015) foram “reivindicando o óbvio” e “reparação de direitos”. Segundo o Manifesto Periférico pela Lei de Fomento às Periferias, publicado pelo Fórum de Cultura da Zona Leste em 2014, o objetivo do projeto era obter “uma política pública proposta e produzida por agentes periféricos, de modo a distanciar-se da lógica mercantilista, do caráter eventual das ações culturais e da competitividade desigual dos editais” (FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE, 2014). Pelo menos 41 coletivos de todas as regiões da cidade se envolveram na jornada de lutas (Figura 8). A emenda do projeto de lei, escrito pelos coletivos, foi apresentada em reuniões abertas em espaços culturais, escolas públicas, centros comunitários, igrejas, entre outros. Vereadores, o próprio prefeito Fernando Haddad e até a presidenta da República, Dilma Rousseff foram alvo de “enquadros” — nome dado pelos militantes do MCP para os momentos de pressão a políticos e poderosos — para se comprometer com o manifesto e a aprovação da lei.

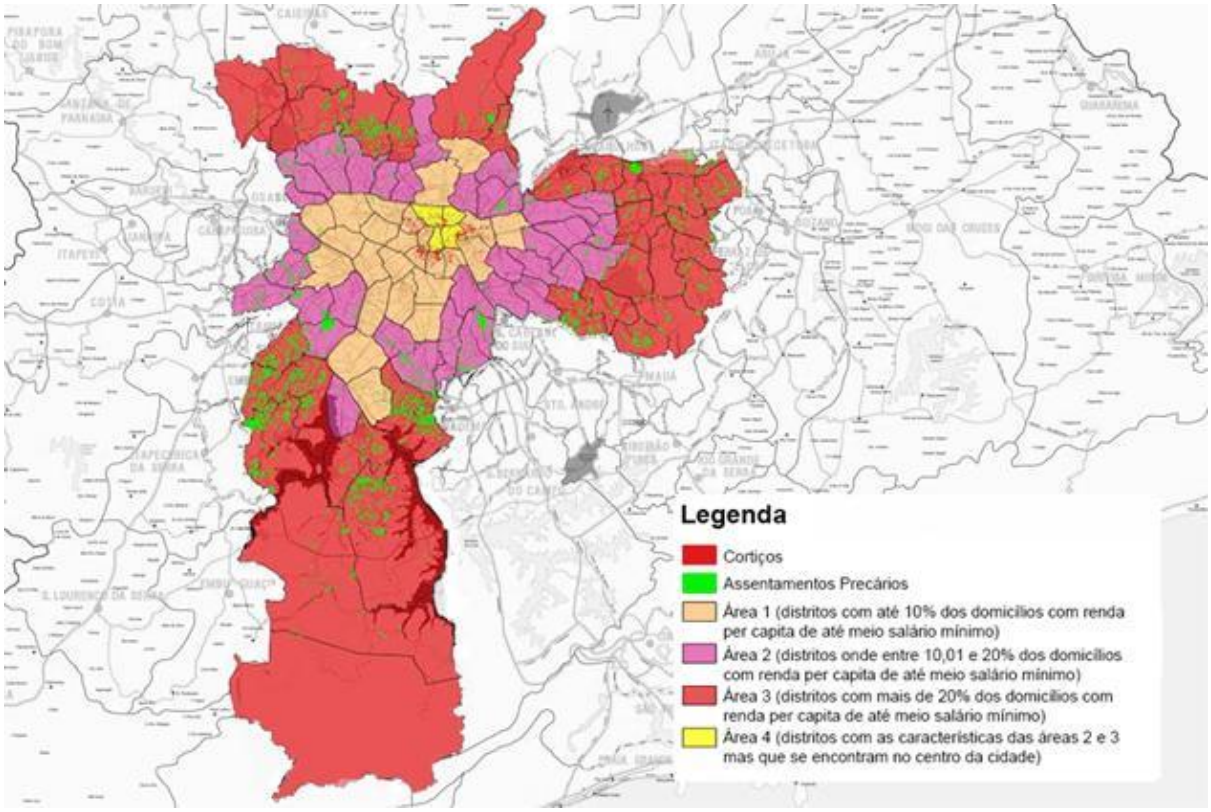
Figura 8 — Distribuição dos coletivos envolvidos na elaboração e luta pela Lei de Fomento à Cultura da Periferia



Fonte: Movimento Cultural das Periferias (2014)

O PL trazia uma inovação importante: a distribuição dos recursos conforme o percentual de domicílios particulares, permanentes ou improvisados, com renda *per capita* de até meio salário-mínimo. Quanto mais vulnerável, mais recursos disponíveis, como indicado na Figura 9 abaixo, que mostra o mapeamento apresentado por integrantes do movimento no Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da Universidade Federal da Bahia, em Salvador, em 2019.

Figura 9 — Divisão de áreas de vulnerabilidade da cidade de São Paulo, baseada em percentual de domicílios com renda de até 2,5 salários-mínimos



Fonte: Movimento Cultural das Periferias (2019)

Em junho de 2016, o projeto foi aprovado na Câmara de Vereadores e, em julho, foi sancionado pelo prefeito, tornando-se a Lei Municipal N.º 16.496/2016. Em seu artigo 2, inciso 2, o texto assume a leitura crítica realizada pela articulação dos coletivos, argumentando que os recursos da cidade eram distribuídos de maneira desigual, e afirma, como objetivo, “consolidar o direito à cultura e diminuir as desigualdades socioeconômicas e culturais presentes nos distritos ou bolsões com altos índices de vulnerabilidade social, especialmente nas áreas periféricas do município” (SÃO PAULO, 2016). A lei de iniciativa popular, segundo Raimundo (2019),

> reconheceu pela primeira vez a importância da dimensão territorial como base para a distribuição de recursos públicos para a cultura, chamando atenção para a existência de uma cidade para além do centro expandido, território para a construção de outra geografia cultural. (p. 59)

Nos anos seguintes, várias outras ações políticas de tensionamento e proposição em relação às políticas institucionais foram realizadas, entre elas a ocupação da Secretaria Municipal de Cultura, como mencionado anteriormente, a criação da UniDiversidade de Saberes, dispositivo de troca de saberes e formação política, além de centenas de saraus e produção cultural em si. No cerne de todas

elas, estava a reivindicação da descentralização do orçamento e mais recursos para as periferias.

Figura 10 — Cartaz de divulgação dos encontros territoriais promovidos pelo MCP em 2018

Fonte: Movimento Cultural das Periferias (2018)

Nesse sentido, podemos entender que, enquanto as ações de saraus e outras manifestações da cultura periférica atuam na elaboração das subjetividades políticas dos sujeitos periféricos e na difusão de agendas comuns gerais, o MCP reúne esses sujeitos numa empreitada de reivindicação de caráter institucional dirigida ao Estado. Dessa forma, além de autoconstruir a própria casa, os sujeitos periféricos estão construindo equipamentos culturais e, portanto, cidade, onde é compartilhada uma nova subjetividade política. São saraus, *slams*, ocupações culturais, veículos de comunicação e arte — uma *estética política*, segundo Raimundo (2017). Em sua tese de doutorado, a geógrafa afirma:

> Os integrantes dos Coletivos, formados em um contexto reivindicatório, desenvolvem suas atividades artísticas, em diferentes linguagens, contudo associadas às lutas políticas. A linguagem e a estética das artes tornam-se veículos para a exposição de críticas à ordem contra racionalidade. Arte e cultura criam espaços de liberdade de expressão e trocas de saberes, com slams e saraus, urdindo condições para a construção de outros olhares sobre a cidade. Criam constantemente projetos éticos, estéticos e comprometidos com a periferia, onde São Paulo, vista pelos empreendedores imobiliários, latifundiários urbanos e Estado como espaço do capital, toma outra dimensão, uma cultura de caráter democrático confere à cidade uma estética política. (p. 148)

Em 2 de abril de 2019, menos de um mês após a audiência cidadã com Youssef, o MCP divulgou em sua página no Facebook, em seu grupo aberto no WhatsApp e em outros grupos um manifesto intitulado "#rachou — Secretaria

Municipal de Cultura desconectada com a cidade". O texto descreveu uma outra aparição pública do novo secretário e denunciou o caráter cênico da audiência com os coletivos periféricos, já que, diante de outra plateia, formada por empresários, gestores públicos, assessores e repórteres, ele não incorporou as demandas nem fez inflexão importante no viés político de sua gestão. Em um trecho, o manifesto afirma:

> Bem, o secretário oriundo do Baixo Augusta e empresário da "naite" falou enfaticamente sobre o DNA da cidade e pasmem, a cidade dele(s) não possui o DNA dos meus ancestrais - negros e indígenas! A Cultura, no caso, é uma senhora paulistana quatrocentona cujo DNA enaltece a história dos imigrantes que tanto embranqueceram, ops! engrandeceram a Cultura brasileira. Que sangue pobre! (MOVIMENTO CULTURAL DAS PERIFERIAS, 2019)

Ao propor, naquela audiência de março de 2019, o uso da Biblioteca Mário de Andrade como farol para as políticas de leitura da prefeitura, mesmo que a biblioteca tenha frequência popular, o secretário não garantia o objetivo central da ação deliberada pelos sujeitos periféricos. Ao se reunirem com o secretário, os ativistas e trabalhadores da cultura propunham descentralizar o investimento cultural da cidade (público e privado) e valorizar seus modos de fazer e promover processos de formação emancipadora. Ao fazer isso, propõem uma nova cidade, onde o centro não centraliza o investimento público e as experiências sociais. A distância, como uma das características explicativas da periferia (D'ANDREA, 2020a), é tensionada a partir de um esforço das margens, que aproxima delas seus interesses e "relativiza o centro". Isso se conecta com o que aponta Aderaldo (2013) na conclusão de sua pesquisa:

> nas situações em que os atores pesquisados promovem intervenções em espaços públicos – geralmente marcados por processos de precarização –, longe dos holofotes e esquemas administrativos provenientes das tramas institucionais com as quais convivem cotidianamente, mesclando distintas linguagens e formas expressivas, o que eles normalmente fazem, para além de uma simples ressignificação do termo "periferia", conforme eu supunha no início da pesquisa, é relativizarem a ideia de "centro" (p. 328).

O episódio da audiência pública com o secretário municipal de Cultura ajuda a entender as tensões entre a epistemologia dominante nos espaços de ação convidados e aquela vigente nos espaços inventados (MIRAFTAB, 2016) pelos sujeitos periféricos e contribui para avançar na compreensão de suas prefigurações de cidade para a reinvenção do planejamento urbano, capturado por interesses corporativos. Acreditamos que esses sujeitos propõem um planejamento insurgente, que não é reconhecido pelo Estado. Segundo Miraftab:

> O planejamento insurgente avança essa tradição ao abrir a teorização do planejamento a outras formas de ação, para incluir não apenas formas selecionadas de ação dos cidadãos e de suas organizações sancionadas pelos grupos dominantes, as quais designo de espaços de ação convidados; mas também as insurreições e insurgências que o Estado e as corporações sistematicamente buscam colocar no ostracismo e criminalizar – que designo de espaços de ação inventados. (Ibid., p. 368)

A autora ainda pontua a importância da incorporação dessas práticas ao planejamento:

> Porque rompe ontologicamente com a noção liberal de inclusão, que guiou o planejamento profissional durante a maior parte do século XX.
> Práticas insurgentes perfazem uma ruptura ontológica não por almejarem uma fatia maior da torta, mas por desejarem um outro tipo de torta – uma torta ontologicamente distinta. As práticas insurgentes e o planejamento insurgente não buscam por inclusão através de uma melhor representação (seja de especialistas ou de políticos); mas buscam a inclusão autodeterminada, na qual os direitos das pessoas são reais e praticados. (Ibid., p. 368)

Rolnik (1994) chamou de poder urbano “o conjunto de mecanismos econômicos, ideológicos e políticos que funciona no cotidiano da cidade para reprimir ou transformar tudo que se diferencia da ‘ordem’ social” (p. 98). Esse conjunto de coisas está para além do Estado e, segundo a urbanista, age de duas maneiras: a) intervenções na materialidade urbana e b) por meio de um discurso que estabelece o modelo de cidade e cidadão.

> Essa ordem é antes de mais nada um modelo que a classe dominante estabelece para si mesma e que pressupõe e propõe uma absoluta homogeneidade social. Assim a diferença é considerada um desvio e transforma-se imediatamente em “objeto de intervenção”. (Ibid., p. 98)

Como apontamos até aqui, os sujeitos periféricos tomam parte do poder urbano, ainda que em um fragmento muito pequeno, apresentando-se como personagens na cena política. Segundo Furtado (1977), “poder é a capacidade que tem um grupo social de forçar a formação de um excedente e/ou dele apropriar-se. Assim, o excedente é, por si mesmo, a manifestação material da existência de um sistema de poder” (p. 29). Nesse sentido, disputar o orçamento da cidade é exigir o óbvio direcionamento dos recursos para os espaços mais necessitados, tensionando sua localização e a segregação urbana. Trata-se da evidência da presença desses sujeitos na cena pública e na disputa de poder. Essas manifestações se territorializam e, onde estão presentes, se constituem em centralidades, espaços de formulação política e de prefiguração de cidade, conforme expresso no Manifesto Periférico pela Lei de Fomento:

> Reconhecer a capacidade de sua população em mediar as contradições por meio da produção cultural e da elaboração cotidiana de mecanismos que

> garantam a sobrevivência coletiva, é compreender este território periférico como lugar de resistência política. (FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE, 2014)

O projeto de cidade dos sujeitos periféricos é acionado duplamente: ao exigir uma distribuição justa dos recursos da cidade e ao engendrar novas subjetividades, de certa forma realizando, na prática, uma “cidadania cultural” (CHAUÍ, 2006).

Muitos autores citados neste capítulo se debruçaram sobre as movimentações culturais periféricas a partir de diferentes disciplinas — estudos literários (SILVA, 2016), geografia (RAIMUNDO, 2017), sociologia (NASCIMENTO, 2011; D’ANDREA, 2013; ADERALDO, 2013) — e parecem concordar que o problema público anunciado pelos movimentos culturais das periferias é a própria cultura periférica como estética e ética. Ainda que estejamos de acordo com isso, e talvez resida aí a importância desta pesquisa no campo do planejamento urbano, acreditamos que esses sujeitos reconstituem o debate sobre direito à cidade com outra gramática e propósitos. Essa reconfiguração é feita por meio de temas diferentes daqueles que centralizaram o debate entre os anos 1970 e 1990 — a democracia, a moradia, a terra, o direito a ter direitos. Suas demandas não ignoram essas pautas, mas se estruturam a partir de outros eixos, que, na prática, propõe desde a distribuição justa de recursos pela cidade até o fim do genocídio do povo preto, pobre e periférico. Além disso, esses novos atores não confundem direito à cidade e à participação política com direito ao centro — seja para poder estar em algum lugar considerado importante pelo pensamento hegemônico ou simplesmente reproduzir esses lugares em seus territórios. Acreditamos que esses sujeitos periféricos avançam, na verdade, para outra coisa: a produção de centralidades e o deslocamento da centralidade do orçamento e do poder. O território não representa apenas o local onde esses sujeitos se organizam, mas é um elemento estruturante de sua construção ética, estética e subjetiva como sujeito político e coletivo, detentor e reivindicador de direitos e propositor de novas formulações políticas, com uma matriz discursiva diferente, que não está na fábrica ou na igreja. Sem ignorar as iniquidades, os sujeitos periféricos organizados em torno da cultura a percebem e elaboram a partir de um entendimento sobre o impacto estruturante do racismo na sociedade. Parece-nos evidente que os sujeitos periféricos tensionam a ampliação desse poder para colocar em prática um projeto de cidade que incorpora práticas e agendas pouco interessantes à ordem vigente, sendo a mais importante delas o combate à política de genocídio da população preta pobre e periférica, síntese da

necropolítica (MBEMBE, 2016) estruturante das nossas cidades. O conteúdo das ações culturais, que reafirmam fortemente uma ancestralidade africana e indígena, e a presença dessa palavra de ordem entre as bandeiras que acompanham diferentes momentos da ação política são evidências da importância dessa agenda e pauta, como exemplificado nas imagens abaixo (Figura 11, Figura 12 e Figura 13).

No próximo capítulo, aprofundaremos a compreensão sobre a contribuição do debate racial para a prefiguração desse projeto de cidade elaborado pelos sujeitos periféricos.

Figura 11 — Ato “Jornada de Lutas Periféricas”, puxado pelo Movimento Cultural das Periferias e pelo Fórum de Hip Hop MSP em abril de 2016

Fonte: Movimento Cultural das Periferias/Facebook

Figura 12 — 1° Seminário “Insurgências Periféricas: A cidade que queremos”, realizado em 2017

Fonte: Movimento Cultural das Periferias/Facebook

Figura 13 — Audiência cidadã com Secretaria Municipal de Cultura, em 2019

Fonte: Movimento Cultural das Periferias/Facebook

Se apronta
tens o dia todo contra
tens o mundo de afronta
uma guerra sem nome
uma cadeia sem grade
olhos hostis que te ferem
como sabre

Se apronta
o inimigo não se conta
se enfrenta se encara se olha
erga a cabeça que tonta
de tanto atrito detrito
distrito brotaste quilombola

Se apronta
se arme se vigie se monta
os pragas se pegam é tronco
do nascer do dia até a ponta
sobreviva e pronto

Se apronta
nasceu preto
num vale um conto
mas se resiste é
um quilombo e ponto

(Akins Kintê)

3 DE TANTO ATRITO, DETRITO, DISTRITO, BROTASTE QUILOMBOLA: O PROJETO URBANO

Como vimos nos capítulos anteriores, os sujeitos periféricos vêm ganhando espaço na esfera pública e se consolidando como sujeitos políticos. Suas movimentações culturais em São Paulo vêm crescendo numa constante desde os anos 2000 e, durante todo esse período, os repertórios de intervenção na política urbana desses sujeitos apresentaram várias formas — desde a produção de subjetividades, por meio de literatura, poesia e música, passando pela produção de espaços de encontro e convivência, onde são elaborados repertórios de ação e agendas políticas, até a disputa por recursos públicos. Conduzidas por esses espaços, a circulação de pessoas entre periferias produz novas centralidades, deslocadas dos territórios privilegiados da cidade, concentrados no eixo sudoeste, onde reside a população de alta renda (VILLAÇA, 2009), promovendo a elaboração de um projeto para a cidade a partir de uma perspectiva crítica. Isso se expressou de maneira institucional na escrita de projetos de leis e formulações de políticas públicas, como no caso do VAI, aprovado em 2003, e da Lei de Fomento à Cultura da Periferia, aprovada em 2016, já discutidos neste trabalho.

Apesar de esses dois dispositivos terem sido construídos em diálogo, ainda que conflituoso, com o poder público, a disputa desses sujeitos pelo poder político era bastante resistente a associações partidárias e corridas eleitorais. Neste capítulo, apresentaremos como esse quadro vem mudando nos últimos anos, sugerindo mais um desdobramento da ação dos movimentos culturais das periferias de São Paulo. Também abordaremos como isso se entrelaça com uma aproximação ao movimento negro organizado, conformando conteúdos antirracistas que já estavam presentes ao longo de toda a trajetória dessa movimentação. Para traçar esse percurso, partiremos do episódio da construção do que ficou conhecido como Periferias Contra o Golpe, em 2016.

3.1 DISPUTAS, MIGALHAS E CONTRAGOLPES

Em março daquele ano, o Congresso Nacional deu início ao processo de *impeachment* contra a então presidenta Dilma Rousseff. Apesar da fachada de legalidade do trâmite, o processo foi antecedido por ilegalidades e por um espírito golpista, conservador e neoliberal. Nesse contexto, militantes que atuavam em várias frentes de luta nas periferias de São Paulo se articularam para resistir ao que

interpretavam como o avanço do conservadorismo, o retrocesso nos direitos conquistados e um fechamento da esfera pública para sua atuação política, além do agravamento dos processos de genocídio da população preta, pobre e periférica. A articulação contou com militantes da educação, do meio ambiente, da saúde e da economia solidária, mas foi protagonizada por coletivos de comunicação e cultura, o que fez com que a forma da ação utilizasse os repertórios desse campo. Após duas reuniões, ficou decidido que o circuito de saraus seria ocupado por eventos temáticos e especiais denominados Periferias Contra o Golpe (PCG).

Na primeira reunião que preparou as ações do PCG, um dos participantes, militante de um coletivo da região do Ipiranga, apresentou a seguinte avaliação:

> Temos nos preocupado com a própria vida pública, de conquistas básicas que têm acontecido nesses territórios. Preocupação muito grande [com os] retrocessos em debates sobre direito à moradia, à saúde, à educação e à cultura. A partir da nossa atuação, os movimentos têm levado [essa preocupação] para dentro de suas estruturas… [Preocupação em relação ao] diálogo com o poder público, no sentido de pautar e garantir a organização através das conquistas históricas… [Preocupação] que haja uma tentativa de rompimento desse diálogo que estamos prestes a vivenciar. (PERIFERIAS CONTRA O GOLPE, 2016)[9]

O teor da fala, enfatizando o medo do retrocesso, foi comum a outras, conforme registrado na ata da reunião, a que esta pesquisa teve acesso. Também foi comum a avaliação de que era necessário realizar ações territoriais e em rede para combater o avanço das narrativas conservadoras, como expressa a fala de outro participante da reunião, militante da região do Campo Limpo:

> O que me aflige é passar na rua de vermelho e um cara me ofender, outro tacar um bagulho e outro me ameaçar de morte. Se a gente não se mobilizar e não se voltar pra nossa base e essa fala acontecer na nossa quebrada. Me chamar de comunista, pilantra ou até querer me matar. A gente já morre, já existe um aparelhamento do estado que mata a gente, mas agora acho que está sendo uma educação midiática e quem dá maior audiência pra Globo é a quebrada. E isso me incomoda bastante. Tem que ter opinião formada dentro dos territórios. Uma coisa era ver cartaz do Aécio nas casas na quebrada, até aí beleza. Quando essa fala que está sendo reproduzida na mídia, que vai partir pra questão de gênero, de intolerância religiosa, povos quilombolas, indígenas que já estão sofrendo... O que a gente vai ter que fazer dentro do nosso território? (Ibid.)

Ao fim do debate, foram tirados quatro encaminhamentos :

> – Ação prática agora: o que conseguimos fazer já
> – Formação de público na base, em rede, sobre processo político
> – Fortalecer narrativa em defesa de constitucionalidade, direitos, tomar posição a partir de narração afirmativa disso

---

[9] PERIFERIAS CONTRA O GOLPE. [**Ata da primeira reunião**], São Paulo, 2016. A autora teve acesso aos documentos da articulação, que não foram publicados. Os nomes foram omitidos para preservar a identidade dos participantes.

> – Construção de alternativa ou reconexão com representatividade no poder (PERIFERIAS CONTRA O GOLPE, 2016)

Segundo o jornalista Tony Marlon, que participou da reunião, a partir dessas linhas gerais de encaminhamento, surgiu a ideia “de fazer coisas onde as pessoas já estavam” (informação verbal)[10], de forma que os saraus pareciam uma escolha natural. A ideia era criar um circuito, começando pelo Sarau do Binho e depois seguindo para outros locais de referência, como o Sarau da Cooperifa, no Jardim Guarujá, Zona Sul, e a Comunidade Cultural Quilombaque, em Perus, Zona Noroeste.

Até 2012, o Sarau do Binho era realizado em um bar no Campo Limpo, na Zona Sul da capital paulista, em uma rua demarcada à época como Zona Mista de Proteção Ambiental (ZMp), mas precisou fechar as portas depois de receber diversas multas por desrespeitar o zoneamento vigente e não ter alvará de funcionamento. Os organizadores do evento, Suzi Soares e Binho Padial, acreditam que a fiscalização tenha sido fruto de perseguição política, pois, na época o sarau já era um importante ponto de encontro e debate político e, principalmente, era insubmisso ao políticos com bases eleitorais naquele território. No momento em que as ações do Periferias Contra o Golpe estavam sendo organizadas, o Sarau do Binho acontecia na sede do Grupo Clariô de Teatro em Taboão da Serra, cidade da Região Metropolitana de São Paulo.

Antes do sarau-ato, no entanto, era preciso elaborar um manifesto, colher assinaturas e divulgar o evento. Foi nessa altura que me juntei à articulação e, a partir daí, tive acesso às atas das reuniões anteriores e documentação produzida posteriormente. Fui incluída no grupo geral de *WhatsApp* Periferias Contra o Golpe por Alex Barcellos, militante da Agência Popular Solano Trindade e articulador de iniciativas de economia solidária na região do Campo Limpo, na Zona Sul. Nós havíamos nos conhecido quando trabalhei como jornalista *freelancer* na Solano em 2014. Da mesma forma que me colocou no grupo, Alex adicionou outras pessoas que, de certa forma, estavam conectadas a sua rede e ao circuito cultural nas periferias. No grupo geral, foram colhidas ideias e depois apresentada a primeira versão do manifesto, redigida por um grupo de trabalho de comunicação[11]. Após

---

[10] Entrevista concedida por Tony Marlon à autora em julho de 2020.

[11] Para saber mais sobre o movimento de comunicação e a produção de jornalismo de quebrada nas periferias, ler SOUZA, Juliana Salles de. **Jornalismo de quebrada e as representações das**

ajustes pontuais, o texto foi aprovado, divulgado nas redes sociais e lido no Sarau do Binho com a seguinte redação:

> #PeriferiasContraOGolpe
>
> **“**Periferias, vielas, cortiços… Você deve estar pensando o que você tem a ver com isso”
>
> Nós, moradoras e moradoras das periferias, que nunca dormimos enquanto o gigante acordava, estamos aqui pra mandar um salve bem sonoro aos fascistas: somos contra mais um golpe que está em curso e que nos atinge diretamente!
>
> Nós, que não defendemos e continuamos apontando as contradições do governo petista, que nos concedeu apenas **migalhas** enquanto se aliou com quem nos explora. Nós, que também nos negamos a caminhar lado a lado de quem representa a Casa Grande.
>
> Nós, periféricas e periféricos, que estamos na luta não é de hoje. Nós, que somos descendentes de Dandara e Zumbi, sobreviventes do massacre de nossos antepassados negros e indígenas, filhas e filhos do Nordeste, das mãos que construíram as grandes metrópoles e criaram os filhos dos senhores.
>
> Nós, que estamos à margem da margem dos direitos sociais: educação, moradia, cultura, saúde.
>
> Nós, que integramos movimentos sociais antes mesmo do nascimento de qualquer partido político na luta pelo básico: luz instalada, água encanada, rua asfaltada e criança matriculada na escola.
>
> Nós, que enchemos laje em mutirão pra garantir nosso teto e conquistar um pedaço de chão, sem acesso à terra tomada por latifundiários e especuladores.
>
> Nós, que sacolejamos por três, quatro horas por dia, espremidos no vagão, busão, lotação, enfrentando grandes distâncias entre nossas casas aos centros econômicos, aos centros de lazer, aos centros do mundo.
>
> Nós, que resistimos a cada dia com a arte da gambiarra - criatividade e solidariedade. Nós, que fazemos teatro na represa, cinema na garagem e poesia no ponto de ônibus.
>
> Nós, que adoecemos e padecemos nos prontos-socorros e hospitais sem maca, médico, nem remédio.
>
> Nós, que fortalecemos nossa fé em dias melhores com os irmãos na missa, no culto, no terreiro, com ou sem deus no coração, coerentes na nossa caminhança.
>
> Nós, domésticas, agora com carteira assinada. Nós, camelôs e marreteiros, que trabalhamos sol a sol para tirar nosso sustento. Nós, trabalhadoras e trabalhadores, que continuamos com os mais baixos salários e sentimos na pele a crise econômica, o desemprego e a inflação.
>
> Nós, que entramos nas universidades nos últimos anos, com pé na porta, cabeça erguida, orgulho no peito e perspectivas no horizonte.

Nós, que ocupamos nossas escolas sem merenda nem estrutura para ensinar e aprender. Nós, professoras e professores, que acreditamos na educação pública e não nos calamos e falamos sim de gênero, sexualidade, história africana e história indígena - ainda que tentem nos impedir.

Nós, que somos apontados como problema da sociedade, presas e presos aos 18, 16, 12 anos, como querem os deputados.

Nós, cujos direitos continuam sendo violados pelo Estado, levamos tapa do bandeirante fardado, condenados sem ser julgados, encarcerados, esquecidos, quando não assassinados - e ainda dizem: “menos um bandido”.

Nós, mulheres pretas da mais barata carne do mercado, que sofremos a violência doméstica, trabalhista, obstétrica e judicial, e choramos por filhos e filhas tombados pelo agente do Estado.

Nós, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, homens e mulheres trans, que enfrentamos a a violência e invisibilidade, e não aceitamos que nos coloquem de volta no armário.

Nós, que não aceitamos nossa história contada por uma mídia que não nos representa e lutamos pelo direito à comunicação. Nós, que estamos construindo, com nossa voz, as próprias narrativas: poesia falada, cantada, escrita.

Nós, que sempre estivemos nas ruas, nas redes, nas Câmaras, na cola dos politiqueiros de plantão e que agora somos taxados de terroristas por causa de nossas lutas. Nós, que aprendemos a fazer até leis para continuar lutando por nossos direitos. Nós, que garantimos a duras penas o mínimo de escuta em espaços de poder, não aceitamos dar nem um passo atrás.

Nós, que somos de várias periferias, nos manifestamos contra o golpe contra o atual governo federal promovido por políticos conservadores, empresários sem compromisso com o povo e uma mídia manipuladora.

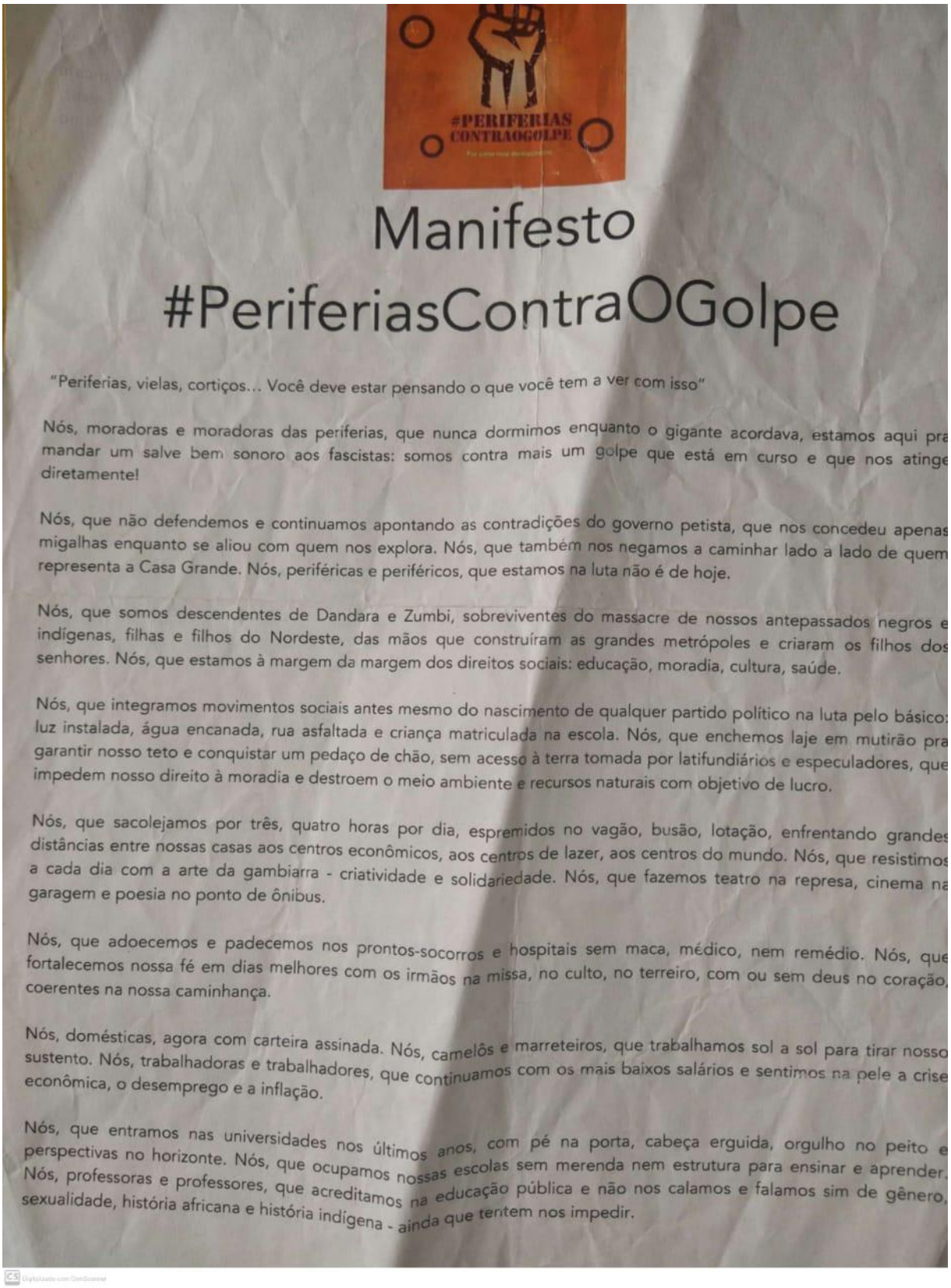
Não compactuamos com quem vai às ruas com um discurso de ódio, fascista, argumentando o justo “combate à corrupção” mas motivado por interesses privados. Não compactuamos com quem defende a quebra da legalidade para beneficiar a parcela abonada da população, em troca do enfraquecimento do Estado Democrático de Direito pelo qual nós dos movimentos sociais periféricos lutamos ontem, hoje e continuaremos lutando amanhã.

Nós, que sabemos que a democracia real será efetiva apenas com a ampliação de direitos e conquistas de nosso povo preto, periférico e pobre, a partir da esquerda e de baixo pra cima.

Nós, que conquistamos só uma parte do que sonhamos e temos direito, não admitimos retrocesso. Reivindicar o respeito à soberania das urnas e a manutenção do Estado Democrático de Direito. Reivindicamos as ruas enquanto espaço de diálogo, debate e fazer política, mas nunca como território do ódio. Reivindicamos nossa liberdade de expressão, seja ela ideológica, política ou religiosa. Reivindicamos a desmilitarização das polícias, da política e da vida social. Reivindicamos o avanço das políticas públicas, dos direitos civis e sociais.

> Não vai ter golpe. Não vai ter luto. Haverá luta! (PERIFERIAS CONTRA O GOLPE, 2016, grifo nosso)[12]

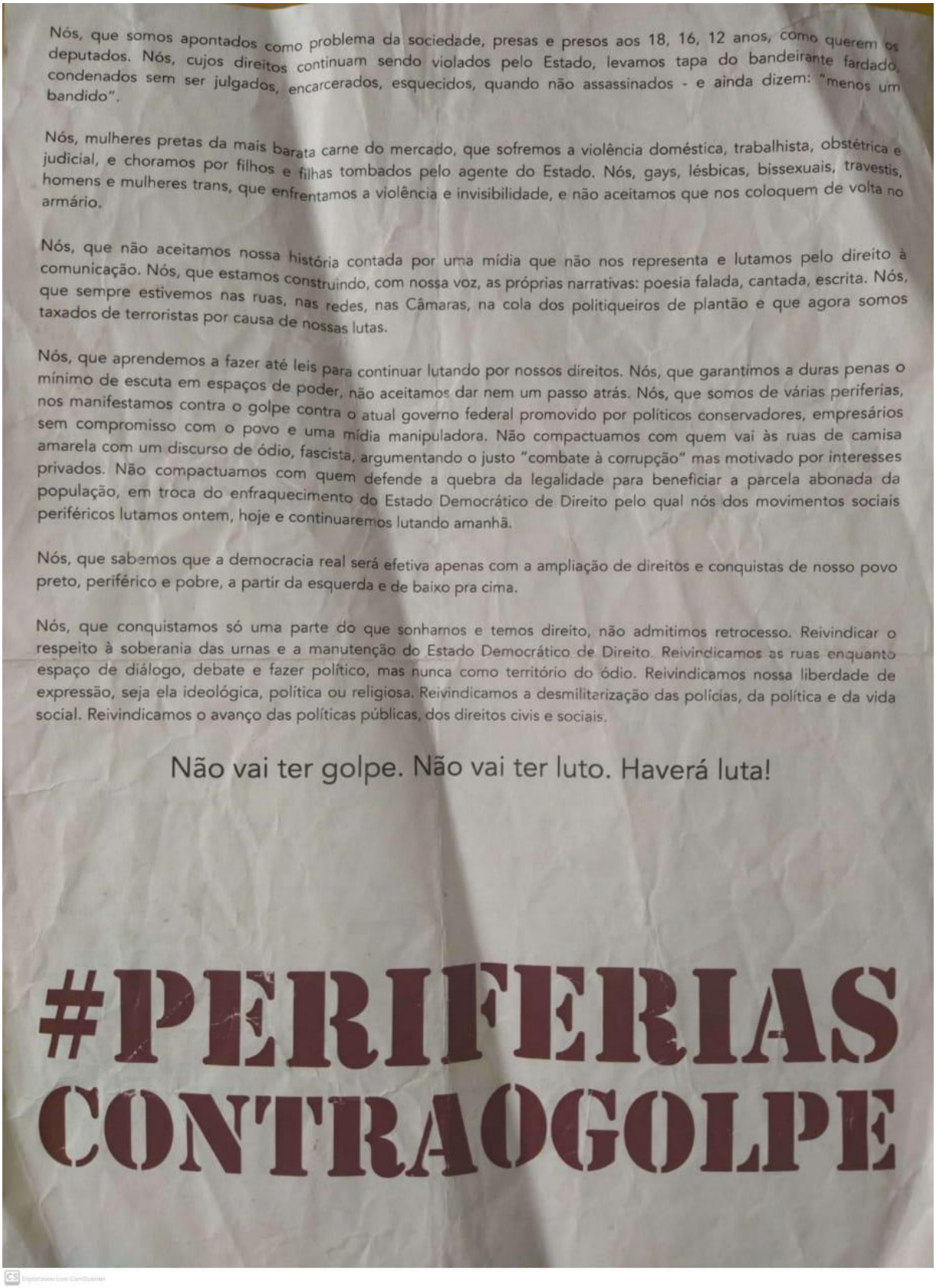
Figura 14 — Manifesto #PeriferiasContraOGolpe, produzido pela articulação em 2016



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016)

[12] Transcrição do manifesto apresentado na Figura 14 e Figura 15.

Figura 15 — Verso do manifesto #PeriferiasContraOGolpe



Nós, que somos apontados como problema da sociedade, presas e presos aos 18, 16, 12 anos, como querem os deputados. Nós, cujos direitos continuam sendo violados pelo Estado, levamos tapa do bandeirante fardado, condenados sem ser julgados, encarcerados, esquecidos, quando não assassinados - e ainda dizem: "menos um bandido".

Nós, mulheres pretas da mais barata carne do mercado, que sofremos a violência doméstica, trabalhista, obstétrica e judicial, e choramos por filhos e filhas tombados pelo agente do Estado. Nós, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, homens e mulheres trans, que enfrentamos a violência e invisibilidade, e não aceitamos que nos coloquem de volta no armário.

Nós, que não aceitamos nossa história contada por uma mídia que não nos representa e lutamos pelo direito à comunicação. Nós, que estamos construindo, com nossa voz, as próprias narrativas: poesia falada, cantada, escrita. Nós, que sempre estivemos nas ruas, nas redes, nas Câmaras, na cola dos politiqueiros de plantão e que agora somos taxados de terroristas por causa de nossas lutas.

Nós, que aprendemos a fazer até leis para continuar lutando por nossos direitos. Nós, que garantimos a duras penas o mínimo de escuta em espaços de poder, não aceitamos dar nem um passo atrás. Nós, que somos de várias periferias, nos manifestamos contra o golpe contra o atual governo federal promovido por políticos conservadores, empresários sem compromisso com o povo e uma mídia manipuladora. Não compactuamos com quem vai às ruas de camisa amarela com um discurso de ódio, fascista, argumentando o justo "combate à corrupção" mas motivado por interesses privados. Não compactuamos com quem defende a quebra da legalidade para beneficiar a parcela abonada da população, em troca do enfraquecimento do Estado Democrático de Direito pelo qual nós dos movimentos sociais periféricos lutamos ontem, hoje e continuaremos lutando amanhã.

Nós, que sabemos que a democracia real será efetiva apenas com a ampliação de direitos e conquistas de nosso povo preto, periférico e pobre, a partir da esquerda e de baixo pra cima.

Nós, que conquistamos só uma parte do que sonhamos e temos direito, não admitimos retrocesso. Reivindicar o respeito à soberania das urnas e a manutenção do Estado Democrático de Direito. Reivindicamos as ruas enquanto espaço de diálogo, debate e fazer político, mas nunca como território do ódio. Reivindicamos nossa liberdade de expressão, seja ela ideológica, política ou religiosa. Reivindicamos a desmilitarização das polícias, da política e da vida social. Reivindicamos o avanço das políticas públicas, dos direitos civis e sociais.

Não vai ter golpe. Não vai ter luto. Haverá luta!

#PERIFERIAS CONTRAOGOLPE

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016)

O texto publicado em 21 de março de 2016 teve, em dez dias, 2.328 adesões de pessoas físicas e de mais de 520 organizações, na maioria, coletivos culturais. Até o final daquele ano, as assinaturas chegaram a 2.569 e, até 2020, totalizavam 2.592. O mesmo texto foi lido no Sarau do Binho em uma noite encantada que reuniu mais de 400 pessoas de diversas regiões da cidade, onde o avanço do conservadorismo foi tratado no microfone aberto, em poesia, canções e conversas na rua escura. A intenção era que as pessoas presentes promovessem o escambo de ideias e atuassem como multiplicadoras daquela mensagem, construindo uma espécie de engajamento orgânico e horizontal.

Figura 16 — Ato Periferias Contra o Golpe realizado em abril de 2016

Fonte: Movimento Cultural das Periferias/Facebook

Com a repercussão do manifesto nos dias que se seguiram, intensificou-se um debate sobre seu teor crítico à gestão petista, que vinha desde as reuniões preparatórias e se explicitou na discussão em torno da palavra “migalhas”, grifada acima no terceiro parágrafo do manifesto. Um pequeno grupo passou a reivindicar a remoção do termo e a afirmar que era necessário defender o governo de Dilma Rousseff naquele momento. Após alguns dias de debate, o trecho foi editado nas páginas do Periferias Contra o Golpe e passou a circular nas redes sociais com a seguinte versão:

> Nós, que não defendemos e continuamos apontando as contradições do governo petista, que atendeu **poucas** das nossas demandas reais enquanto se aliou com quem nos explora. Nós, que também nos negamos a caminhar

> lado a lado de quem representa a Casa Grande. (PERIFERIAS CONTRA O GOLPE, 2016, grifo nosso)

Apesar de representar apenas uma migalha do que foi toda a mobilização, o episódio sinaliza bem as tensões que existiam dentro daquela articulação e do movimento periférico em geral. Se por um lado ele é herdeiro do movimento social que deu origem e base de sustentação ao Partido dos Trabalhadores, que hegemonizou a esquerda brasileira nos últimos 40 anos, por outro lado via com maus olhos a partidarização e a aproximação com políticos que ocupam cargos públicos. No caso do Periferias Contra o Golpe, a crescente tensão e as próprias dificuldades intrínsecas a esse tipo de articulação diminuíram o engajamento e fizeram com que os demais eventos planejados não acontecessem com a mesma força que o primeiro ou simplesmente não ocorressem.

Tensões parecidas já haviam acontecido em 2013 nas reuniões que deram origem ao Fórum de Cultura da Zona Leste. Como mencionado no capítulo anterior, o fórum reúne iniciativas culturais da Zona Leste e teve papel central no desenvolvimento do Movimento Cultural das Periferias e na aprovação da Lei de Fomento à Cultura da Periferia. Sobre as primeiras reuniões de estruturação do fórum, Elaine Mineiro, geógrafa, militante e eleita em 2020 vereadora de São Paulo, afirma:

> A maioria das pessoas, além da cultura, também eram do partido. Principalmente, quem estava dentro de partido — não é que a gente tem problema, mas é que aquela estrutura de quem está dentro de partido não cabia naquele momento, não cabia naquelas pessoas. [...] E havia um grupo de pessoas que também eram de partido que achavam que a gente não tinha que constranger o Executivo, porque naquele momento era o [prefeito Fernando] Haddad. Então achavam que era um absurdo um movimento que era de quebrada querer constranger um governo de esquerda, que era um erro não reconhecer o esforço que tinha sido feito para eleger um governo progressista. Uma dessas pessoas que sempre levantava a mão e pedia destaque na hora de falar e queria ter estruturas, em toda reunião queria definir um nome para a gente, porque não podia chamar “fórum”. E isso irritou tanto, que acabou ficando fórum mesmo. São coisas que são bobas, mas elas vão definindo um pouco. Tanto que essas pessoas vão se afastando. E elas se afastaram com um olhar de que “essas pessoas não são capazes de produzir algo organizado, elas nem conseguem entender que um fórum não é um nome”. (informação verbal)[13]

Enquanto no episódio do Periferias Contra o Golpe o debate e as divergências internas acabaram levando a um esfriamento da mobilização, no caso do FCZL, como aponta Mineiro, essas tensões levaram algumas pessoas a se afastar, mas sem efeito desarticulador entre os demais militantes.

---

[13] Entrevista concedida por Elaine Mineiro à autora em agosto de 2020.

3.2 QUILOMBO PERIFÉRICO

Quatro anos depois do Periferias Contra o Golpe, esse quadro de afastamento da política institucional deu sinais de mudança. Para a eleição municipal de 2020, foi apresentada pelo movimento negro e periférico uma candidatura coletiva para a vereança de São Paulo, encabeçada por Elaine Mineiro, que, além de militar no campo da cultura da Zona Leste, também atua na UNEafro Brasil. A UNEafro é uma das mais importantes organizações do movimento negro da atualidade no país. Fundada em 2009, tem 35 núcleos nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo ao menos 15 na cidade de São Paulo[14]. Nesses núcleos, são organizadas ações comunitárias, tendo, entre as mais conhecidas, os cursos preparatórios para o vestibular. Segundo o site da organização:

> Núcleos de Base representam uma alternativa de mobilização, constituindo-se em espaços voltados para a construção de lutas sociais e concretas ações comunitárias locais voltadas para a transformação das condições de vida. Estes serão locais propícios para a formação política teórica e prática, fomento para surgimento de novas lideranças comunitárias e cultivo da mística.
> A formação de novos quadros e lideranças é essencial para fortalecer todos os movimentos e também para levar a pauta étnica para as outras lutas. A força dos núcleos comunitários deve estar voltada para a sua organização na periferia das cidades e demais localidades onde existam explorações e injustiças. (UNEAFRO BRASIL, [20--])

O anúncio do que viria a ser a candidatura coletiva Quilombo Periférico foi feito em 10 de agosto de 2019, em um evento denominado *O papel da Cidade-Periferia na resistência à extrema direita no Brasil*. Organizado pela UNEafro Brasil, o encontro fez parte de uma série de debates chamada Faremos Palmares de Novo, promovida ao longo daquele ano com o propósito de definir o programa da candidatura que esse setor do movimento negro organizado apresentaria. O evento do dia 10 de agosto reuniu cerca de 100 pessoas. Participei como uma das convidadas que compunha a mesa, ao lado da urbanista Erminia Maricato e do sociólogo Tiaraju D'Andrea. Na mediação estavam Elaine Mineiro e Douglas Belchior, fundador da UNEafro e importante liderança do movimento negro no país.

Nas três eleições anteriores à corrida de 2020, Belchior havia sido o candidato do movimento — concorrendo em 2014 e 2018 a deputado federal e, em 2016, a vereador em São Paulo —, mas não se elegeu em nenhuma delas. Em todos os pleitos, a chapa disputou pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), mas, em 2018, Belchior e uma série de entidades negras denunciaram publicamente o

[14] Com a pandemia da Covid-19, a organização também passou a construir um núcleo virtual.

racismo do partido, por meio da “concentração dos recursos em torno de candidaturas brancas e de candidaturas que já são donatárias de mandatos, logo, já têm recursos, logo já usufruem de toda estrutura partidária" (ADORNO, 2018). Dessa forma, é possível afirmar que, apesar de permanecerem na estrutura de um partido de esquerda, as candidaturas de Belchior e do Quilombo Periférico são gestadas e patrocinadas pelo movimento negro.

Depois da derrota em 2018, a avaliação das entidades do movimento negro que apoiaram a candidatura foi de que era necessário apresentar outra pessoa para a disputa eleitoral, uma mulher, com fortes ligações com os territórios periféricos. Mais tarde, a proposta assumiu a forma de candidatura coletiva. Nesse formato, testado pela primeira vez na política partidária e eleitoral brasileira em 2018, várias pessoas são apresentadas como cocandidatas e, em caso de vitória, tornam-se coparlamentares. Apesar de não ser um regime oficial, o formato tem se mostrado eficiente nas urnas e obtido reconhecimento público e regimental.

Na composição para a disputa à vereança de São Paulo em 2020 estavam Elaine Mineiro, que encabeçou a candidatura coletiva, e Alex Barcellos, ambos com quem eu já tinha cruzado antes como jornalista — ela em ações do MCP e ele em articulações do Campo Limpo e no Periferias Contra o Golpe, quando havia me colocado naquele grupo de *WhatsApp* quatro anos antes.

Elaine tem 36 anos, é geógrafa e moradora da Cidade Tiradentes, na Zona Leste, para onde se mudou em 1987 depois de ser removida do cortiço em que vivia com a família no Bixiga, na região central de São Paulo. No conjunto apresentado como solução habitacional, as condições de vida a que a família foi submetida levaram sua mãe a se envolver com lutas por necessidades básicas naquele momento: água, luz, creche, escola e transporte público, em diálogo com a igreja católica e o Partido dos Trabalhadores. A iniciação cultural de Mineiro ocorreu por volta dos 12 anos, quando, para se safar do cotidiano violento do bairro, sua mãe a incentivou a frequentar uma organização não governamental (ONG) católica em Itaquera. Ela explica, no entanto, que tanto as formas de fazer política no partido quanto a formação cultural nas ONGs que se proliferaram nas periferias nos anos 1990 são bastante diferentes das práticas do movimento cultural.

> Minha mãe era muito próxima à igreja e, naquela época, era uma igreja mais progressista do que a gente tem hoje no bairro. E nas reuniões da igreja que a gente ia, eles faziam cesta básica, essas coisas, tinha multimistura da Pastoral da Infância, tinha Pastoral da Juventude. A gente fazia discussões sobre sociedade. A gente ia em Aparecida do Norte todo

> ano. Mas a gente não ia em outubro. Ia no 7 de setembro, na Romaria dos Excluídos. Era uma igreja muito militante e aguerrida. E isso para mim fazia muito sentido. Então quando eu comecei a fazer arte, [...] eu me sentia atraída por coisas que tinham algum questionamento, que apresentavam um pensamento crítico sobre a vida e sobre o mundo. Mas, de alguma forma, aquilo me fazia falta [na ONG], porque eu fazia teatro e dança numa obra social católica que não era aquela igreja progressista que eu conhecia. Eu sentia falta daquilo e a minha sensação é que uma coisa estava separada da outra. Que a militância estava ligada a partidos políticos. Todo mundo que era da igreja que minha mãe frequentava era próxima a partidos e a arte era outra coisa. E eu não me enxergava nos partidos. Meu irmão sempre foi petista. Era uma época em que o partido fazia coisas muito admiráveis. De fazer reunião aqui no meu quintal, dos vereadores virem aqui no território, de ser muito mais próximo, mas eu não me encaixava naquilo. Tinha algumas estruturas, que hoje eu consigo ver, que eram extremamente machistas, que eram extremamente racistas. Naquele momento eu nem conseguia identificar isso, mas depois eu fiz essa reflexão. É essa estrutura do partido, de decisões que vêm de cima para baixo, que não respeitam quem está fazendo aquilo na base. Então eu nunca me encaixei. Não gostava. Nunca me filiei. Nunca militei. (informação verbal)[15]

Dessa forma, a trajetória política de Elaine ocorreu via movimento cultural e, mais recentemente, pela UNEafro, onde coordena um núcleo. Elaine também é integrante da Comunidade do Jongo dos Guaianás e do Samba das Pretas, na Cidade Tiradentes, e participou das primeiras reuniões do Fórum de Cultura da Zona Leste e do Movimento Cultural das Periferias durante a luta pela aprovação da Lei de Fomento à Cultura da Periferia.

Além dela e de Alex, os demais integrantes da chapa e hoje covereadores são Débora Dias, Samara Sosthenes, Julio Cezar de Andrade e Erick Ovelha. Entre eles, apenas Samara, uma mulher travesti, não residia em um bairro periférico durante a campanha. Ela e Julio Cézar são os únicos que não declaram atuação na cultura — ela passou pelo movimento de moradia e hoje milita pelo movimento LGBTQI+ e ele atua na assistência social e é Babalorixá, como detalhado nas biografias publicadas no site oficial da candidatura:

> Alex Borges Barcellos, tem 40 anos. **É articulador cultural** na agência Solano Trindade e na Rede Juvesol – Juventudes e Economia Solidária, produtor do Festival Percurso ex agente comunitário na União Popular de Mulheres, UPM. Integra o coletivo sócio educativo Resenha Poética da Várzea e participa da rede do Ocupa Política. Ex educador popular da Incubadora Municipal de Economia Solidária de São Paulo. Ex Gerente de Comércio e Varejo. Empreendedor Social da Speriferia Economia da Cultura, Criativa e Solidária.
>
> Débora dias, tem 22 anos preta, moradora de Sapopemba e sapatão, estudante de Ciências Sociais da UNIFESP, foi orientadora sócio educativa em CCA, é educadora Popular e articuladora da UNEafro Brasil no Núcleo Ilda Martins (Fazenda da Juta-ZL) e no Projeto Agente Popular de Saúde. **É**

[15] Entrevista concedida por Elaine Mineiro à autora em novembro de 2020.

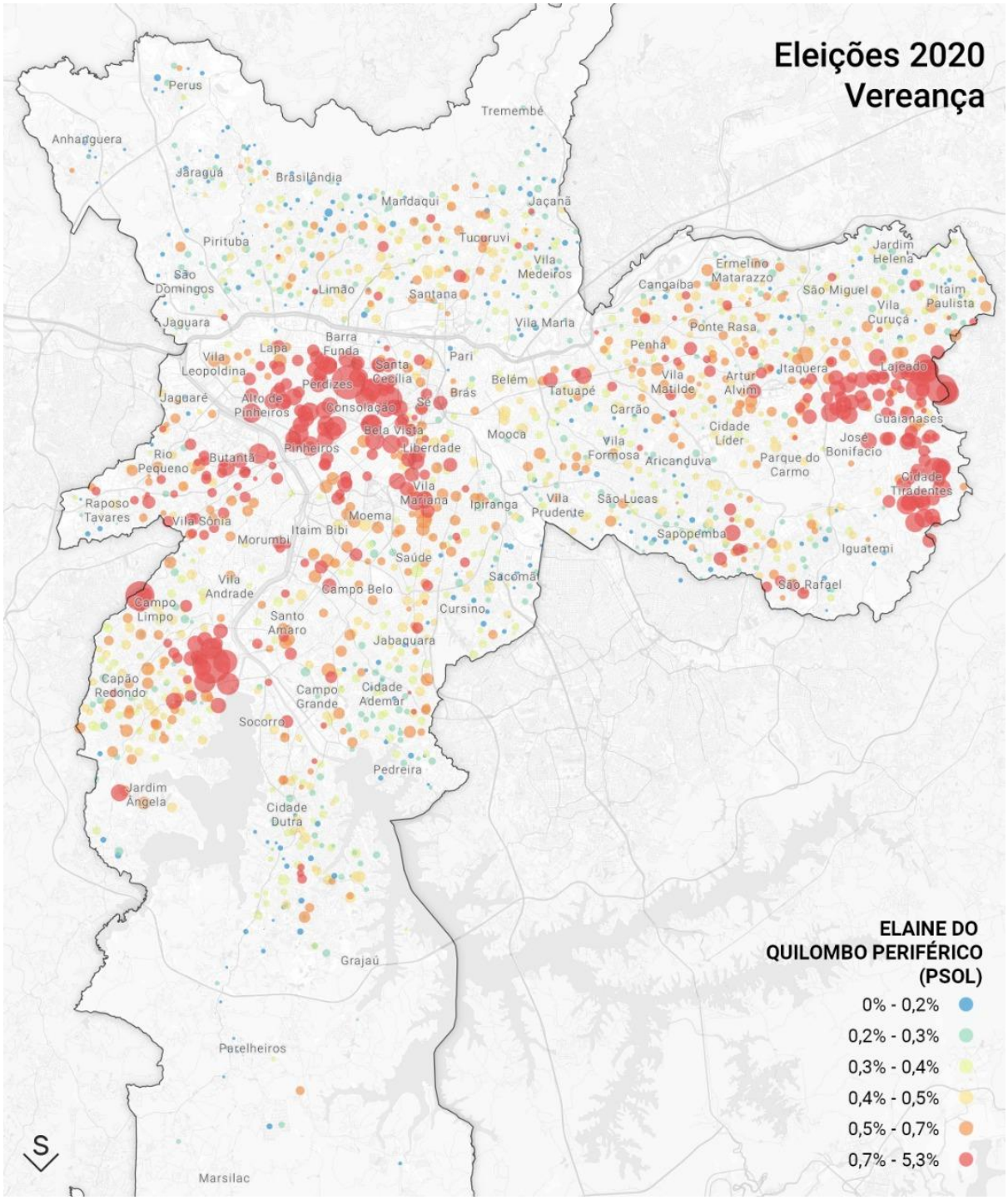
> **artista e pesquisadora da Coletiva Emana ZL** . E Co-Candidata do Coletivo QUILOMBO PERIFÉRICO
>
> Antonio Erick Gomes da Silva o “Erick Ovelha”, tem 31 anos. É morador do Jd São Luís, Zona Sul de São Paulo. É jornalista e educador físico, pós graduado em fisiologia de exercício: saúde, doença e envelhecimento. **Atua na Associação Cultural Esportiva Bloco do Beco como agente cultural. É pesquisador do samba** paulista desde 2006 e compõe um trabalho junto às comunidades de samba de São Paulo. É co-fundador do Quilombo Cultural Ybira Samba, comunidade de samba da região do Jd Ibirapuera, Zona Sul. **Faz parte do coletivo Maloka Socialista, uma facção periférica que atua em diversos campos da cultura e audiovisual**. É atuante no Movimento Negro Unificado – MNU, desde 2018.
>
> Júlio Cezar de Andrade, 34 anos, é morador de Guaianases, Zona Leste de SP. É assistente social, pós graduado em direito da criança e do adolescente e mestre em Serviço Social. Colaborou com a fundação e articulação de núcleos de base da UNEafro Brasil entre 2009 e 2012. Foi Conselheiro Tutelar na região do Lajeado de 2011 a 2016. Atuou como educador social em serviços de acolhimento e abordagem de rua e atualmente coordena um serviço de convivência e fortalecimento da criança e do adolescente. É profissional e reconhecido ativista do Serviço Social e Babalorixá da casa Ile Aye Dun.
>
> Samara Sosthenes tem 33 anos, é travesti, nordestina, moradora da ocupação Prestes Maia, no Centro paulistano, a maior da América Latina, é coordenadora da UNEafro Brasil no núcleo Laura Vermont, na Luz. Militante do movimento negro, de mulheres e LGBTQIA+, trabalhou como articuladora social no centro de cidadania LGBTI sul. Foi integrante do movimento de moradia por três anos atuando como coordenadora de ocupações no extremo da Zona Sul e no Centro de São Paulo. Também atua como voluntária na Pastoral do Povo de Rua com a população em situação de rua e de extrema vulnerabilidade. (QUILOMBO PERIFÉRICO, [2020, grifos nossos)

A candidatura Quilombo Periférico representa uma coligação entre o movimento negro e o movimento cultural periférico, de forma que a dimensão territorial do movimento negro é fortalecida pela animação e elaboração que os sujeitos periféricos ligados à cultura têm produzido, enquanto o repertório de disputas institucionais do movimento cultural é ampliado com o aporte do movimento negro, que nos últimos anos tem pautado nacionalmente a política de cotas, o racismo estrutural e o genocídio da população preta. Ambos concebem a formação em uma acepção que coincide com o entendimento de Gomes (2003), já mencionado no segundo capítulo, de educação como amplo processo, “constituinte da nossa humanização, que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho, nos movimentos sociais, na escola, dentre outros” (p. 38). O movimento cultural, a partir de instrumentos de educação não formal (GOHN, 1999), e o movimento negro, na busca por inserção em instituições de ensino

superior por meio dos cursinhos populares, almejam construir subjetividades capazes de interferir nos processos políticos.

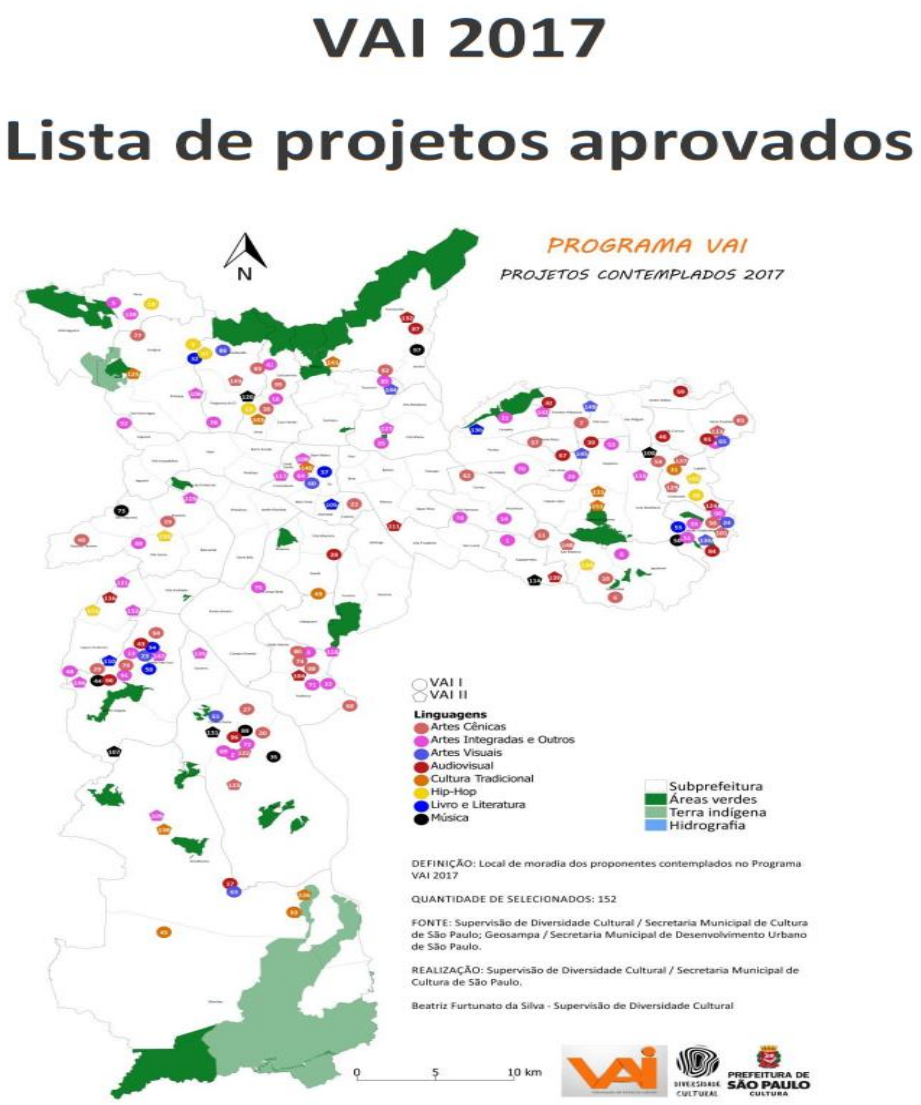
O mapa de votos recebidos pelo Quilombo Periférico (Mapa 7) revela forte relação entre o resultado na eleição de 2020 e a cartografia dos contemplados pelo VAI (Figura 17), a da articulação política em torno da Lei de Fomento (Figura 18) e a das ocupações culturais (Figura 19), bem como com o próprio local de articulação dos cocandidatos. Isso sugere o aporte decisivo que a produção desses espaços de encontro do movimento cultural teve para o resultado vitorioso da candidatura. Dessa forma, parece-nos que a ação política realizada nesses espaços criou um tecido social que legitimou a ação eleitoral.

Mapa 7 — Mapa de votos obtidos pela candidatura Elaine Mineiro do Quilombo Periférico na eleição municipal de 2020 em São Paulo, por local de votação



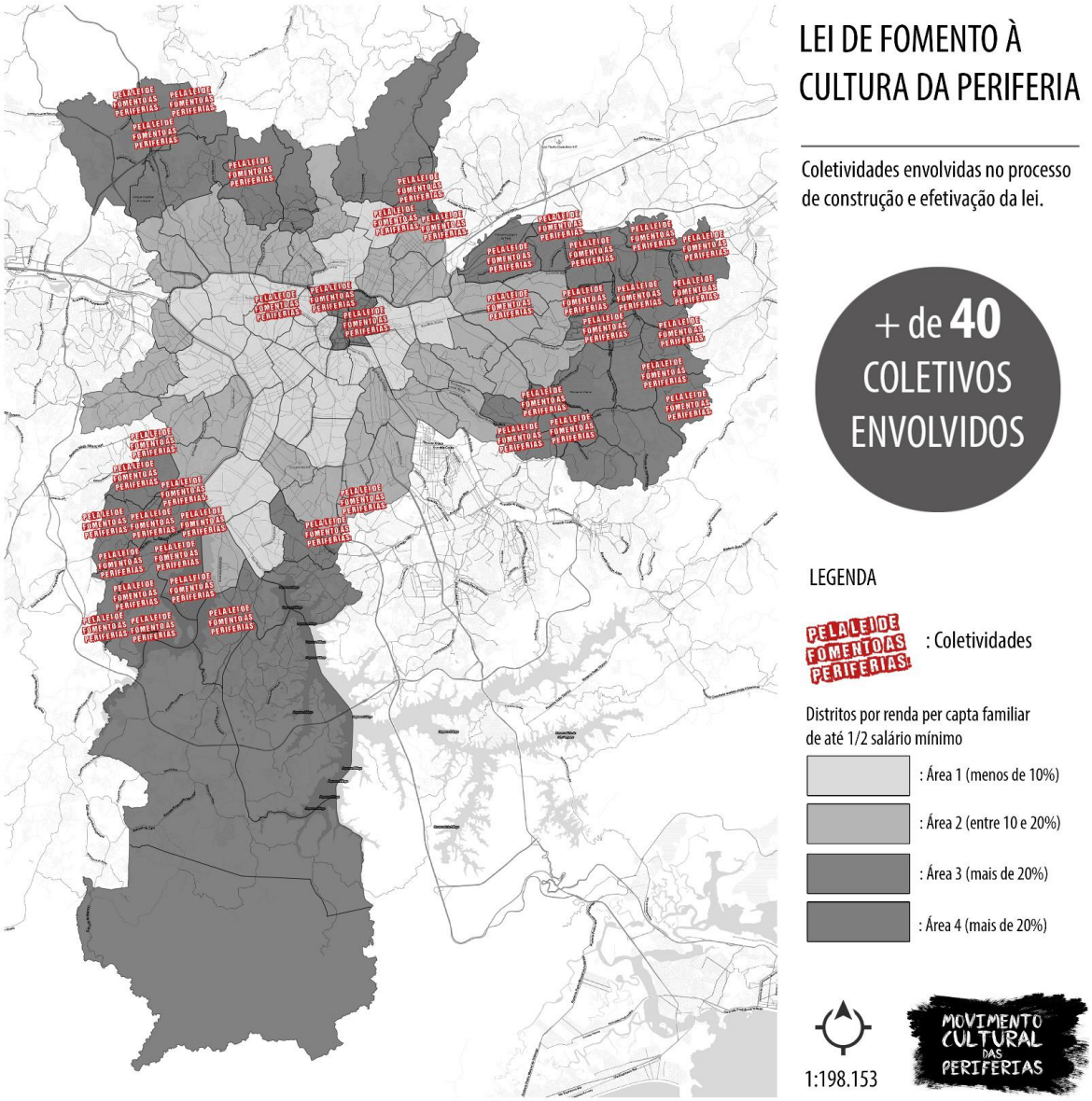
Fonte: TSE/Pedro Mendonça/LabCidade (2021)

Figura 17 — Lista de projetos aprovados no VAI 2017



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da Cidade de São Paulo (2017)

Figura 18 — Distribuição dos coletivos envolvidos na elaboração e luta pela Lei de Fomento à Cultura da Periferia em 2013–2016



Fonte: Movimento Cultural das Periferias

Figura 19 — Cartaz de divulgação dos encontros territoriais promovidos pelo MCP em 2018

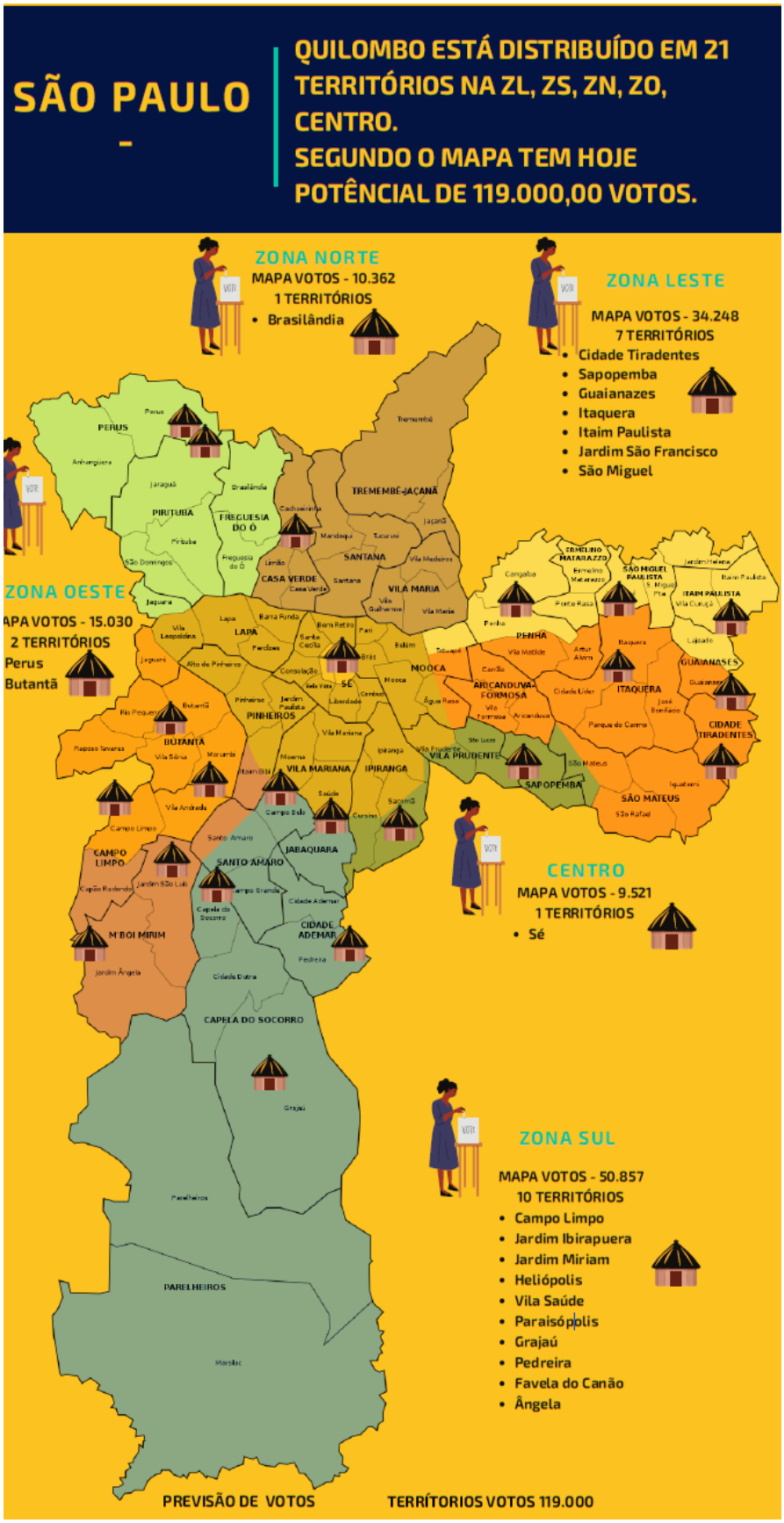
Fonte: Movimento Cultural das Periferias

Alguns dos espaços e equipamentos apresentados no mapa e nas figuras acima foram utilizados deliberadamente como base eleitoral na estratégia da campanha do Quilombo Periférico, como mostra um dos mapeamentos feitos pela candidatura durante a preparação da estratégia eleitoral (Figura 20). Sobre esse mapeamento, o agente cultural e agora covereador Alex Barcellos comentou em entrevista à autora:

> A gente visitou o povo de terreiro, foi conversar com os povos indígenas. A gente deu atenção para a muita gente que estava isolada. Tem esse plano de voltar a falar de política nesses espaços que não deixaram de fazer política, mas se afastaram da política institucional. O processo de redes conectadas foi um processo muito potente da nossa candidatura. Redes que se organizam organicamente, mas que se organizam em lutas. Cada uma no seu espaço, mas se vendo na luta. Então, esse processo de ter redes, o que muitas vezes falta para muitas pessoas e que outras têm que pagar para ter, a gente tinha isso muito orgânico próximo de nós. Eram redes de jornalistas, rede de periferias, redes da cultura, rede de alimentação saudável, rede dos terreiros, redes das igrejas, da assistência social, dos professores. E a mesma coisa foi feita nesse mapa, a gente se debruçou nas redes que cada um tinha. [...] A cultura permeia esse mapeamento. Ela é a principal fonte. Mas tem outras que a gente colocou como segmento: eu, economia solidária; Elaine, cultura periférica; Julio, assistência social; a Samara, transcidadania; a Débora, educação popular; o Ovelha, saúde e educação. (informação verbal)[16]

[16] Entrevista concedida por Alex Barcellos à autora em novembro de 2020.

Figura 20 — Bases eleitorais da candidatura de Elaine Mineiro do Quilombo Periférico para vereança de São Paulo em 2020



Fonte: Quilombo Periférico (2020)

Aqui vale ressaltar a escolha do nome da candidatura, Quilombo Periférico. Beatriz Nascimento (2006) levanta a hipótese de que “o que ficou conhecido na historiografia como quilombos são movimentos sociais arcaicos de reação ao sistema escravista, cuja particularidade foi a de inaugurar sistemas sociais variados, em bases comunitárias” (p. 113). A autora estuda a transformação desse conceito ao longo do tempo, apontando que, no final do século XIX, o quilombo “recebe o significado de instrumento ideológico contra as formas de opressão”, com uma mística que “vai alimentar o sonho de liberdade” (Ibid., p. 122).

> Esta passagem de instituição em si para símbolo de resistência mais uma vez redefine o quilombo. O surgimento do quilombo do Jabaquara é o melhor exemplo. Os negros fugidos das fazendas paulistas migram para Santos em busca de um quilombo que era apregoado pelos seguidores de Antonio Bento, quilombo este que na verdade viria a ser uma grande favela, frustrando aquele ideal de território livre onde se podia dedicar às práticas culturais africanas e ao mesmo tempo uma reação militar ao regime escravocrata. É enquanto caracterização ideológica que o quilombo inaugura o século XX. (Ibid., p. 122)

Já Carril (2006) chama atenção para o fato de que o rap, nos anos 1990 e 2000, se apropria, retoma e passa a utilizar o termo quilombo em suas letras. Segundo a autora, “o conteúdo político-cultural do quilombo, na manifestação *hip hop*, trata de procurar outras vias de inserção no sistema econômico e social que exclui seus moradores” (p. 180).

No nome Quilombo Periférico, sintetiza-se o projeto político descrito por Belchior naquela mesa de 2019 onde a candidatura foi apresentada, ao explicar o ciclo de debates Faremos Palmares De Novo:

> Nós vamos pensar o mundo, o Brasil, a cidade a partir das nossas periferias e vamos construir uma chapa preta, um grupo de pessoas que vai nos representar nas eleições. Elaine Mineiro tem a tarefa hercúlea, mas não sozinha. Nós não começamos ontem. Nós somos fruto das aspirações dos desejos dos nossos ancestrais. Nossos ancestrais, apanhando num pelourinho, sendo sacrificados e mortos, desejaram que um dia a gente estivesse aqui discutindo como tomar o poder nesse país e fazer a reparação que a gente tanto quer. Então nós encarnamos isso. Nós reivindicamos isso. E eu convido todo mundo que está aqui a participar desse projeto, de discutir a cidade de São Paulo a partir das beiradas e de tomar o poder a partir de quem constrói a cidade, de quem gera as riquezas, de quem sempre entregou sua lágrima, seu suor e sua vida. Faremos palmares de novo. (UNEAFRO BRASIL, [2019)

Dessa forma, o nome da candidatura ecoa quase uma redundância: o quilombo é sempre periférico e tem em sua própria definição uma dimensão territorial. Expõe a dicotomia e a utopia de existir fora do regramento oficial e resistir dessa forma.

3.3 PROJETO URBANO

No debate promovido pela UNEafro em que o nome de Elaine foi apresentado para a disputa da vereança, em 2019, a urbanista Erminia Maricato, que havia sido convidada para compor a mesa, fez uma longa apresentação com dados e o quadro de segregação racial e espacial em São Paulo e outras cidades do país. Maricato contou parte do percurso do Fórum Nacional da Reforma Urbana e falou sobre o projeto que vem sendo desenvolvido no âmbito do Projeto Brasil Cidades (BrCidades). Lançado em 2017, o BrCidades se define como uma “rede em torno da proposta: Um Projeto para as Cidades do Brasil” (MARICATO, 2019), que reúne intelectuais, professores universitários, lideranças sociais e urbanistas. E terminou sua fala propondo o seguinte desafio:

> Nós lançamos uma rede, que é um projeto para as cidades do Brasil, a partir da Frente Brasil Popular. Esse projeto explodiu. Nós estamos em 16 estados e 25 universidades. Dezesseis estados com pensadores, estudiosos, profissionais e lideranças sociais para discutir um projeto para as cidades do Brasil. A nossa proposta é de médio e longo prazo, não é de curto prazo. Você não faz reforma fundiária nesse país no curto prazo. Você não combate o racismo com metas apenas de curto prazo. Foram mais de três séculos, de machismo, de patrimonialismo. Mas 2020 é uma meta de curto prazo. **Eu queria deixar um desafio e um convite para vocês**. Nós temos, em cada cidade grande, em alguns estados e cidades médias, núcleos construindo um projeto de cidade para 2020. Mas um projeto também para continuar depois de 2020. Nós não temos filiação partidária. Nós não temos filiação de candidatos. Mas decidimos que nós vamos apoiar e assessorar candidatos que concordem com o nosso programa, que a gente está construindo [...] **Então, o que eu queria era pedir que vocês constituíssem um núcleo que pensasse um projeto para a cidade**. Uma cidade antirracista e uma cidade antimachista. A gente se propõe a ajudar a divulgar o projeto de vocês. A gente se propõe, inclusive, a divulgar para fora da cidade de São Paulo, se for o caso. Mas que vocês tomem nas mãos a ideia de elaborar, a ideia de formular uma proposta. Que a gente consiga disputar depois das eleições e também ter controle social sobre os mandatos. (UNEAFRO BRASIL, 2019, grifos nossos)

Diante dos militantes do movimento negro e do movimento cultural periférico que organizaram aquele evento, ao que se refere a urbanista ao desafiar os sujeitos coletivos reunidos ali a construir um projeto para a cidade?

O que aquele momento evidencia nos parece exemplar das inquietações que estão na essência da pergunta orientadora desta pesquisa: qual é o projeto urbano dos sujeitos periféricos organizados na cultura? Ao elaborar essa questão, eu me senti diversas vezes compelida a provar, antes de mais nada, que os sujeitos periféricos organizados em torno da cultura têm um projeto para a cidade, e não apenas uma demanda por políticas culturais. E que ainda que esses sujeitos não dialoguem a partir da gramática consagrada no planejamento urbano e não se

relacionem com a institucionalidade pelas mesmas portas — dialogando com a Secretaria de Cultura e não com a pasta de Obras, Desenvolvimento Urbano ou Habitação —, eles produzem, na prática, cidade, e, ao fazê-lo, formulam um projeto urbano.

Como mostramos ao longo da pesquisa, esse projeto urbano se manifesta na produção de uma consciência sobre a cidade, o cotidiano, a segregação urbana e os mecanismos racial e territorialmente orientados que perpetuam as desigualdades. Ao tensionar a segregação com a produção de localização a partir da criação de espaços de sociabilidade, convivência, produção e consumo cultural em territórios periféricos, produzem centralidades que impulsionam deslocamentos contra-hegemônicos pelo espaço físico da cidade, o que tensiona a ordem urbana que determina a posição dos corpos e hierarquiza as vidas para a servidão no trabalho. Além de autoconstruírem suas casas, autourbanizam seus territórios, sem ignorar a função primordial do Estado na distribuição da riqueza socialmente construída, e reivindicam a distribuição justa e territorializada dos recursos públicos. Por fim, esses sujeitos coletivos se dispõem a disputar um espaço no parlamento da maior cidade do país e conquistam uma disputada cadeira entre os 55 vereadores de São Paulo. Ora, se tudo isso não é um projeto para a cidade, o que seria?

No texto “Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil”, Villaça (2010) afirma que

> o planejamento urbano no Brasil passa a ser identificado com a atividade intelectual de elaborar planos. Uma atividade fechada dentro de si própria, desvinculada das políticas públicas e da ação concreta do Estado, mesmo que, eventualmente, procure justificá-las. Na maioria dos casos, entretanto, pretende, na verdade, ocultá-las. (p. 222)

Aqui vale ressaltar que um dos partidos do pensamento urbano crítico que se desenvolve a partir dos anos 70 no Brasil era justamente a participação popular no processo do planejamento. No entanto, essa relação ainda é, nesse pensamento, condicionada à gramática tecnicista do planejamento, o que mantém a participação popular tutelada pelo conhecimento técnico. No mesmo texto citado acima, Villaça (2010) afirma que os anos 1990 foram justamente a década que marcou, no planejamento urbano, o “início de seu processo de politização, fruto da consciência e organização populares” (Ibid., p. 235). No entanto, em outro artigo, publicado numa coletânea organizada pelo autor em 2011, afirma que, apesar das tentativas dos planejadores de incluir a participação desses movimentos no planejamento, confundido com a elaboração de planos diretores, isso sempre foi feito de maneira

“tecnificada, como uma tarefa dos técnicos, como algo do âmbito da boa técnica” (VILLAÇA, 2012, p. 174).

> A entrada em cena dos Planos Diretores, no espaço que deveria ser da Reforma Urbana, acabou tendo grande influência na definição, tanto da pauta dos debates em torno da questão como dos interlocutores desse mesmo debate. Assim, por exemplo, ao segmento técnico, particularmente aos ‘urbanistas’, foi aberto um amplo espaço, já que teoricamente eles deteriam o “saber-fazer” do planejamento urbano. Seriam os entendidos no assunto, os que saberiam como deveria ser feito um Plano Urbanístico, os que dominariam o jargão e possuiriam a receita das ‘exigências fundamentais de ordenação da cidade’ requeridas pelo Plano (Ibid., p. 176)

Dessa forma, o desafio de “pensar um projeto para a cidade” proposto naquela ocasião mencionada acima nos parece incorrer nessa mesma busca comum no campo do planejamento urbano por elaborações tecnicistas, que não reconhecem e não partem das práticas correntes dos sujeitos periféricos e do movimento negro.

Rolnik (2009) afirma que a linguagem do planejamento urbano é parte da estratégia de privatização do controle da cidade pelo capital e, citando Boaventura, afirma que o uso dessa linguagem “se vale de uma ‘epistemologia imperial’ para construir seu discurso, desqualificando e humilhando, em nome da ciência e da técnica, o conhecimento dos demais grupos sociais” (p. 39). Mas não é possível sequer dizer que os sujeitos periféricos não utilizam uma linguagem técnica: para citar apenas um exemplo discutido neste trabalho, só no âmbito da elaboração da Lei de Fomento à Cultura da Periferia, esses atores produziram cartografias, processos participativos, avaliações orçamentárias, mensurações de desigualdade e textos legislativos.

Durante sua fala no debate mencionado ao longo do capítulo, Elaine Mineiro afirmou:

> Eu não tenho dúvida que se essa lei [de Fomento à Cultura da Periferia] tivesse sido escrita dentro da universidade ou num outro espaço de militância política, a gente não ia estar falando em outra coisa nessa cidade. Isso é para a gente pensar o quanto a periferia pode ser revolucionária, mas o quanto a gente pode ser, às vezes, impedido de praticar essa autonomia, de praticar essa vanguarda, no que precisa ser nosso processo na esquerda. A lei de fomento à periferia ficou sendo discutida durante três anos na quebrada, com militantes do movimento de cultura. E isso é muito louco de pensar quando as pessoas falam que a periferia tem um estranhamento com a academia, tem um estranhamento com o teórico, e não é verdade. A gente conseguiu sentar e elaborar uma lei, uma lei super progressista, como a gente não tem mesmo na cidade de São Paulo, e mesmo assim a gente não está discutindo essa lei, a não ser nós periféricos que estamos na academia. [...] Então, pensar isso aí: o quanto a periferia está produzindo isso aí, mas nós, enquanto esquerda, enquanto movimento organizado, [damos] visibilidade. Ou a gente só lembra da periferia quando o calo aperta e a gente vira para a periferia e se pergunta: e aí, como

> resolve, periferia, agora que o bagulho ficou louco? (UNEAFRO BRASIL, 2019)

Para nós, a situação do campo do planejamento urbano que, mesmo diante da produção e elaboração que parte das periferias, com sua própria forma e a partir de suas próprias referências, a ignora ou subalterniza, é um exemplo do que Sueli Carneiro (2005) definiu como epistemicídio.

> O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. (p. 97)

Se, para Carneiro, o epistemicídio está relacionado à negação do processo educacional, aqui entendemos que ocorre também no processo permanente de exclusão ao direito à própria concepção de projeto de cidade, ora pelo capital, ora pelo Estado, ora pela universidade, ora pela própria intelectualidade e as organizações do campo popular.

Desde meados dos anos 1990, esses sujeitos periféricos têm assumido a tarefa de autourbanizar seus territórios, equipando-os com espaços culturais, de forma que podem exercer atividades laborais alinhadas com seus desejos e as transformações na produção capitalista e, dessa forma, tensionam a segregação urbana ao construir centralidades culturais, uma vez que aproximam de seus locais de moradia um direito até então delas apartado. Esse esforço, no entanto, não é desassociado de exigências e reinvindicações ao Estado — pelo contrário. Além de reivindicar a óbvia necessidade de distribuição de recursos que corrijam as injustiças históricas, nos últimos anos, esses sujeitos se propuseram a disputar o Estado, a partir de uma empreitada eleitoral própria. Nesse projeto eleitoral, assumido em coligação com o movimento negro organizado, cristaliza-se o entendimento diferenciado sobre as estruturas das injustiças que atravessam a cidade, entendendo o racismo como elemento estruturador da desigualdade, da segregação e da linguagem excludente dos projetos de cidade. Colhido pela geógrafa Silvia Raimundo, o depoimento de José de Souza Queiroz, o Soró, uma das principais

vozes da Comunidade Cultural Quilombaque, de Perus, na Zona Noroeste, aponta essa direção:

> A cidade desejada não definida pelo valor da terra, pela especulação imobiliária, pelo contrário, deve ser definida por aquilo que dá vida ao território humano e suas circunstâncias, pela cultura e educação, elementos fundamentais que definem o ser humano. O desenho da cidade que queremos não é somente o território do necessário, é também o território do que a gente acha legal, bacana. É o modo de enfrentar essa determinação da cidade como produto, como mercadoria. (SORÓ, 2017, p. 226)

Nesse sentido, o projeto que se anuncia é de uma cidade antirracista, decentralizada e infraestruturada com serviços básicos, mas também com recursos que permitam o desfruto e a elaboração de novas utopias.

Ao longo dos três capítulos desta dissertação, buscamos demonstrar que os sujeitos periféricos organizados em torno da cultura têm construído um projeto para a cidade de São Paulo. Esse projeto é contra-hegemônico, uma vez que nega a captura das cidades para a conformação de paisagens para a renda (ROLNIK, 2019). Mas também é diferente daquele proposto pelo campo popular desde que este entrou em cena, a partir dos anos 1970, pois se apresenta com uma gramática diferente daquela consagrada no planejamento urbano e parte de um enlace, a cultura, diferente daquele que ligou o campo democrático popular e a produção acadêmica numa relação simbiótica, a moradia. O que buscamos demonstrar aqui é que a ação e as formulações desses sujeitos são também planejamento e produção de cidade, e é necessário ouvi-las e incorporá-las ao planejamento urbano para reconhecer e corrigir as distorções produzidas por uma linguagem que privilegia a produção de instrumentos que resultam em homogeneização e favorecimento estrutural da produção de paisagens para a renda.

REFERÊNCIAS[17]

ADERALDO, Guilhermo André. **Reinventando a "cidade"**: disputas simbólicas em torno da produção e exibição audiovisual de "coletivos culturais" em São Paulo. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ADORNO, Luís. Pré-candidato do PSOL diz que partido é racista e não mantém coerência. **UOL**. São Paulo, 23 jul. 2018. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/07/23/pre-candidato-do-psol-diz-que-partido-e-racista-e-nao-mantem-coerencia.htm. Acesso em: 15 mar. 2021.

BICHIR, Renata Mirandola. Investimentos viários de pequeno porte no município de São Paulo: 1975–2000. In MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (org.). **São Paulo**: segregação, pobreza urbana e desigualdade social. São Paulo: Editora Senac, 2005.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. **Periferias**: ocupação do espaço e reprodução da força trabalho. São Paulo: FAU-USP; FUPAM, 1979.

BRITO, Gisele. Juca Ferreira afirma que vereadores usam casas de cultura para distribuir cargos. **Rede Brasil Atual**: São Paulo, 11 abr. 2013. Disponível em https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/2013/04/juca-ferreira-afirma-que-vereadores-usam-casas-de-cultura-para-distribuir-cargos/. Acesso em 30.09.2019

BRITO, Gisele; RODRIGUES, Aline; VAZ, Anabela Gonçalves; BRITTO, Leonardo; MATOS, Ronaldo; MARLON, Tony. **Inventário Campo Limpo**: Memoráveis Paisagens. São Paulo: SESC Campo Limpo, 2018. No prelo.

BROWN, Mano. Poetas da periferia de São Paulo mandam 'bala no peito do capitalismo'. [Entrevista concedida a] Gisele Brito. **Rede Brasil Atual**: São Paulo, 11 jul. 2012. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/07/poetas-da-periferia-de-sp-mandam-bala-no-peito-do-capitalismo/. Acesso em: 12 dez. 2019.

BUGNI, Renata; JACOB, Miguel Stevanato. Índice de Vulnerabilidade Social: Uma análise da cidade de São Paulo. In MARGUTI, Barbara Oliveira; COSTA, Marco Aurelio; FAVARAO, Cesar Buno (org.). **Territórios em números**: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de UDHs e regiões metropolitanas brasileiras, livro 2. Brasília: Ipea/INCT, 2017.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de Muros**: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Departamento de Regularização de Parcelamento do Solo (Resolo). **Parecer**. São Paulo, 2012. Disponível em:

[17] De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

https://splegisconsulta.camara.sp.gov.br/Home/AbrirDocumento?pID=6718. Acesso em: 10 mar. 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Secretaria Geral Parlamentar. Secretaria de Documentação. Projeto de Lei 01-00624/2015 dos Vereadores Reis (PT), Eliseu Gabriel (PSB), Toninho Vespoli (PSOL), Quito formiga (PSDB), Claudinho de Souza (PSDB), Marquito (PTB) e Ushitaro Kamia (PSD). São Paulo, 2015. Disponível em: http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0624-2015.pdf. Acesso em: 8 set. 2020.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia**: a longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural**. 1.ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

D'ANDREA, Tiaraju. **40 ideias de periferia**. São Paulo: Dandara, 2020a.

D'ANDREA, Tiaraju. **A formação dos sujeitos periféricos**: cultura e política na periferia de São Paulo. Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos Periferia e Sujeitas e Sujeitos Periféricos. **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, v. 39, p. 18–36, 2020b.

DANTAS, Adriana Santiago Rosa. **As escolas privadas da periferia de São Paulo**: uma análise desde a colonialidade do poder à brasileira. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

DELORENZO, Adriana; BRITO, Gisele; FARIA, Glauco. Cidades em crise. **Fórum**, São Paulo, 25 jun. 2012. Disponível em: https://revistaforum.com.br/revista/cidades-em-crise/. Acesso em: 13 jun. 2020.

DESENROLA E NÃO ME ENROLA. **Nota oficial**. São Paulo, 1 jun. 2017. Facebook: desenrolaenaomenrola. Disponível em: https://www.facebook.com/desenrolaenaomenrola/photos/nota-oficial-as-trabalhadoras-e-os-trabalhadores-da-cultura-acabam-de-deliberar-/776185025871897/. Acesso em: 12 mar. 2021.

DICIONÁRIO DE RUAS. **Rua Gabriel Mattel**. São Paulo, 20--. Disponível em: https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/logradouro/rua-gabriel-mattel. Acesso em: 12 fev. 2021.

DURÁN, Pedro; BALZA, Guilherme. Covas demite André Sturm e chama Alê Youssef para a Secretaria de Cultura de São Paulo. **CBN**, 14 jan. 2019. Disponível em: https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/239043/covas-demite-andre-sturm-e-chama-ale-youssef-para-.htm. Acesso em: 13 out. 19.

FIM de semana. Direção: Renato Tapajós. Produção: Elsa Lopez Kathuni, Ermínia Maricato, Renato Tapajós, W. Jacy (Jota). São Paulo: 1976. 30 minutos. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=gDm-vajAtrM&feature=emb_title. Acesso em 9 abr. 2020.

FONTES, Leonardo de Oliveira. **Da formação cultural à mobilização social: espaços de formação e mobilização ao longo de três gerações nas periferias de São Paulo.** *Lua Nova* (online). 2020, n. 109, pp. 51–101. Epub: 5 jun. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-051101/109. Acesso em: 16 set. 2020.

FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE. Manifesto Periférico: #Pela Lei de Fomento às Periferias. São Paulo, 23 mai. 2014. Disponível em: http://forumdeculturadazonaleste.blogspot.com/2014/06/manifesto-periferico-pela-lei-de.html. Acesso em: 12 ago. 2020.

FURTADO, Celso. **Prefácio a nova economia política**. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria** (UFMG), Belo Horizonte, n. 9, p. 38–47, 2003.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente:** Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo. Cia. das Letras, 2013.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em Risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

LACERDA, Larissa Gdynia; UNGARETTI, Débora; FURTADO, Martim Ferraz Costa; SANTORO, Paula Freire. Periferias contemporâneas: territórios populares nas franjas da zona norte paulistana. In XVIII ENANPUR – Tempos em/de Transformações – Utopias. Natal, 2019. **Anais XVIII ENANPUR 2019**. Natal: EDUFRN, 2019.

LUANDO, Luan. Poetas da periferia de São Paulo mandam ‘bala no peito do capitalismo’. [Entrevista concedida a] Gisele Brito. **Rede Brasil Atual**: São Paulo, 11 jul. 2012. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/07/poetas-da-periferia-de-sp-mandam-bala-no-peito-do-capitalismo/. Acesso em: 15 jan. 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, pp 124–151, 2016.

MEDEIROS, Jonas Marcondes Sarubi de. **Movimentos de mulheres periféricas na Zona Leste de São Paulo**: ciclos políticos, redes discursivas e contrapúblicos. 2017. 1 recurso online (257 p.). Tese (doutorado) — Universidade Estadual de Campinas,

Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/330745. Acesso em: 2 set. 2018.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. **É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana**. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARICATO, Erminia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

MARICATO, Erminia. As cidades pedem socorro e repensar o Brasil é preciso. **CartaCapital**. São Paulo, 4 abr. 2019. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/as-cidades-pedem-socorro-e-repensar-o-brasil-e-preciso/. Acesso em: 30 mar. 2021.

MARICATO, Erminia. **Filmes**: Fim de semana (1975) e Loteamento clandestino (1978). São Paulo, 1 fev. 2016. Disponível em: https://erminiamaricato.net/2016/02/01/filmes-fim-de-semana-1975-e-loteamento-clandestino-1978/. Acesso em: 10 jan. 2020.

MARINO, Aluízio. **Ação cultural e territórios insurgentes:** “Uma pesquisa-ação com coletivos culturais de São Paulo e Bogotá”. Dissertação (Mestrado Planejamento e Gestão do Território). Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC. Santo André, 2016.

MARQUES, Eduardo Cesar. Espaços e grupos sociais na virada do século XXI. In MARQUES, Eduardo Cesar; TORRES, Haroldo (org.). **São Paulo**: segregação, pobreza urbana e desigualdade social. São Paulo: Editora Senac, 2005.

MARQUES, Eduardo Cesar. Os Espaços Sociais da Metrópole nos 2000. In MARQUES, Eduardo Cesar (Org.). **A metrópole de São Paulo no século XXI** – Espaços, heterogeneidades e desigualdades. São Paulo: Editora Senac, 2015.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (Online): Recife, v. 18, n. 3, p. 363–377, set./dez. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p363. Acesso em: 12 mar. 2020.

MORAIS, Ana Cristina da Silva. **Periferias**: da militância ao ativismo. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

MOVIMENTO CULTURAL DAS PERIFERIAS. **#rachou** — Secretaria municipal de Cultura desconectada com a cidade. São Paulo, 2 mai. 2019. Facebook: MovimentoCulturaldasPeriferias. Disponível em: https://www.facebook.com/MovimentoCulturaldasPeriferias/posts/2346700865543361. Acesso em 23 set. 2019.

MOVIMENTO CULTURAL DAS PERIFERIAS. 1 Vídeo (165,25 minutos). **Audiência Cidadã da Cultura pt 1**. Facebook: Movimento Cultural das Periferias. São Paulo,

12 mar. 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=2286907978233209&ref=watch_permalink. Acesso em: 2 abr. 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. In RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2007.

PADIAL, Binho. Campo Limpo Taboão. In PADIAL, Binho; POETA, Serginho. **Donde Miras**: dois poetas um caminho. São Paulo: Edições Toró, 2007.

PERIFERIAS CONTRA O GOLPE. **Manifesto #PeriferiasContraOGolpe**. São Paulo, 21 mar. 2016. Facebook: periferiascontraogolpe. Disponível em: https://www.facebook.com/periferiascontraogolpe/photos/a.1523484911290064/1523484857956736. Acesso em 12 set. 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Gabinete do Prefeito. **Ofício ATL SEI n.º 034260076**. São Paulo, 2020. Disponível em: https://splegisconsulta.camara.sp.gov.br/Home/AbrirDocumento?pID=231274. Acesso em: 10 mar. 2021.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?**: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

QUILOMBO PERIFÉRICO. **Nós**. São Paulo, [2020. Disponível em: https://quilomboperiferico.com.br/#quem-somos. Acesso em: 11 nov. 2020.

RACIONAIS MCS. **Fim de semana no parque**. São Paulo: Zimbabwe Records: 1993. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=37uL-WfTBx0. Acesso em: 9 de abr. 2020.

RAIMUNDO, Silvia. A lei de fomento à cultura da periferia: prática de luta e obviedades de uma cidade em xeque. In FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE. **Nenhum passo atrás**: Fórum de Cultura da Zona Leste. São Paulo: Forma Certa Gráfica Digital, 2019.

RAIMUNDO, Silvia Lopes. **Território, cultura e política**: Movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

RIZEK, Cibele. A produção da cidade e de suas representações: das ideias clássicas às inflexões recentes. In ROLNIK, Raquel; FERNANDES, Ana (org.). **Cidades**. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

RODRIGUES, Artur; SETO, Guilherme. Prefeitura de SP promete festival com peças censuradas pelo governo Bolsonaro. **Folha de S.Paulo**, 12 out. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/prefeitura-de-sp-promete-festival-com-pecas-censuradas-pelo-governo-bolsonaro.shtml. Acesso em: 15 out. 2020.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para renda, paisagens para vida. In **Revista Indisciplinar.** EA-UFMG – Belo Horizonte (MG). V. Semestral. v. 5, n. 1, p. 18–45, 2019.

ROLNIK, Raquel; RIBEIRO, Ana Clara; VAZ, Lilian; SILVA, Maria Lais P. Dez anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela Reforma Urbana às cidades da Copa do Mundo. In RIBEIRO, Ana Clara T.; VAZ, Lilian; SILVA, Maria Lais P. (Org.). **Quem planeja o território?** Atores, arenas e estratégias. 1.ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2012, p. 87–104.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais**, v. 11, p. 31, 2009.

ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em Perspectiva** (Impresso), São Paulo, v. 13, n. 4, p. 100–111, 1999.

ROLNIK, Raquel. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Passado e Presente. 2. ed. rev. São Paulo: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970–80)**.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SÃO PAULO (Município). Lei n. 10.558/1988, de 17 de junho de 1988. Institui o Plano de Pavimentação Urbana Comunitária – PPUC. **Diário Oficial do Município de São Paulo**: Executivo, ano 33, n. 112, p. 1, 18 jun. 1988. Disponível em: http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-10558-de-17-de-junho-de-1988. Acesso em: 28 mar. 2020.

SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Lei n. 13.540, de 24 de março de 2003. Institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais – VAI – no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura e dá outras providências. **Diário oficial do Município de São Paulo**. Ano 48, n. 56, 25 mar. 2003. Disponível em: http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13540-de-24-de-marco-de-2003. Acesso em: 13 fev. 2021.

SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Lei n. 15.897, de 8 de novembro de 2003. Altera a Lei nº 13.540, de 24 de março de 2003, que criou o Programa para Valorização de Iniciativas Culturais – VAI, instituindo duas modalidades de apoio às atividades artístico-culturais, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura. **Diário Oficial Cidade de São Paulo**: Executivo, ano 58, n. 214, 9 nov. 2013. Disponível em: http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-15897-de-08-de-novembro-de-2013. Acesso em: 13 fev. 2021.

SÃO PAULO (Município). Lei n. 16.496/2016, de 20 de julho de 2016. Institui o Programa de Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo. **Diário Oficial Cidade de São Paulo**: Executivo, ano 61, n. 135, p. 1, 21 jul. 2016. Disponível em:

http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16496-de-20-de-julho-de-2016/consolidado. Acesso em: 31 mar. 2021

SILVA, Lívia Lima da. **A literatura fora do lugar**: a constituição de poetas e escritores nos saraus das periferias de São Paulo. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) — Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

TANAKA, Giselle. **Periferia**: Conceito, Práticas e Discursos. Práticas sociais e processos urbanos na metrópole São Paulo. (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

TAS, Marcelo. [Orelha de livro]. In YOUSSEF, Alê. **Baixo Augusta**: a cidade é nossa. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

UNEAFRO BRASIL. 1 Áudio (111,81 minutos). **Faremos Palmares De Novo**. SoundCloud: UneafroBrasil, [2019. Disponível em: https://soundcloud.com/user-146419039/faremos-palmares-de-novo-audio. Acesso em: 10 jan. 2021.

UNEAFRO BRASIL. **Organização**. [20--] Disponível em: https://uneafrobrasil.org/organizacao/. Acesso em: 10 jan. 2021.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). **O processo de Urbanização no Brasil**. 2.ª ed. Atualizada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2009.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 2012.

“VOU quebrar sua cara”, diz secretário de Cultura de Dória a agente cultural da Zona Leste. **Periferia em Movimento**, São Paulo, 30 mai. 2017. Disponível em: http://periferiaemmovimento.com.br/vou-quebrar-sua-cara-diz-secretario-de-cultura-de-doria-agente-cultural-da-zona-leste/. Acesso em: 13 out. 2019.

YOUSSEF, Alê. **Baixo Augusta**: a cidade é nossa. Belo Horizonte: Letramento, 2019.